

editora boca ltda

FUNDO CEMAP
AC

beijo

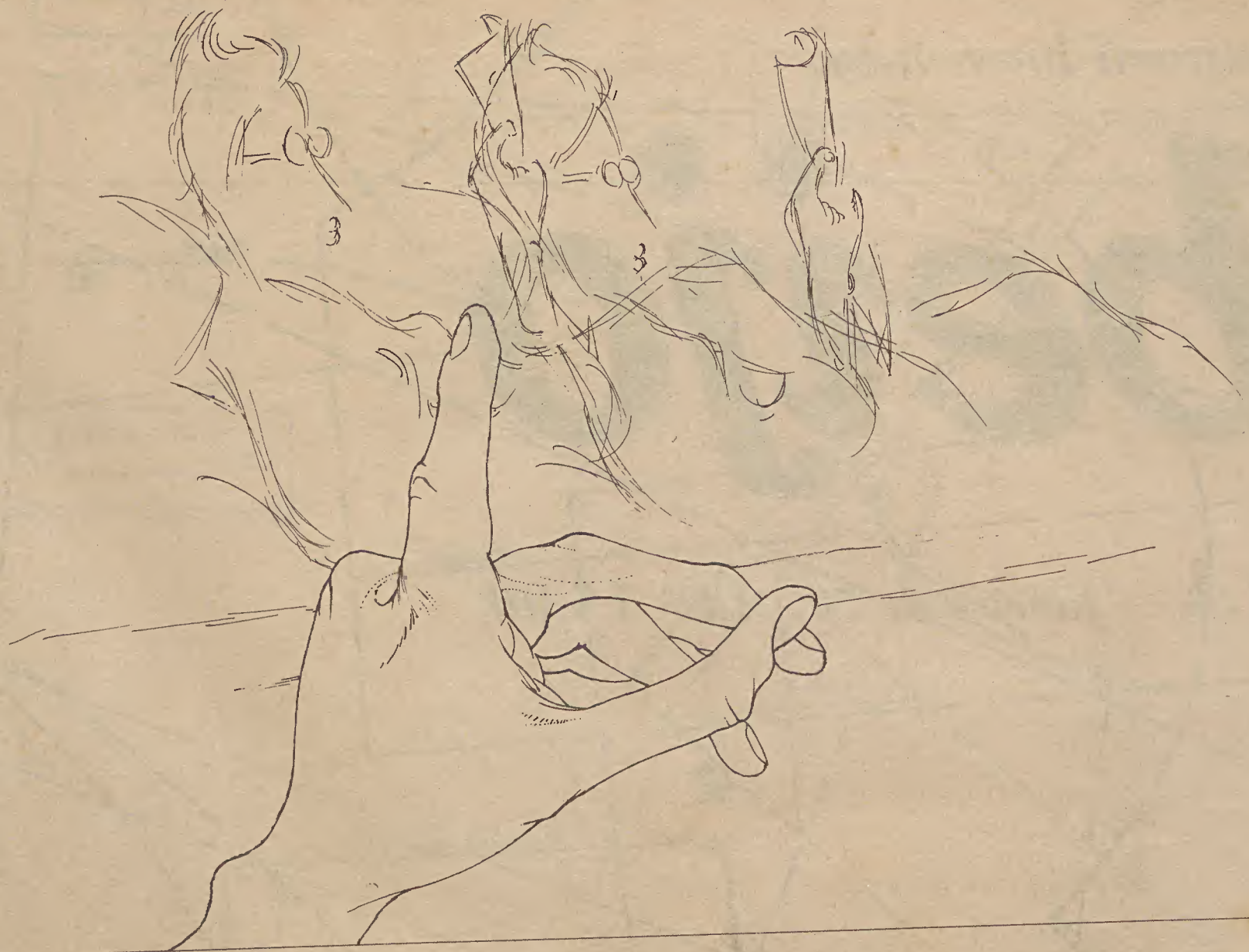
Nº 6 janeiro de 78 Cr\$ 15,00

CEMAP - MEMORICA
CLASS: _____

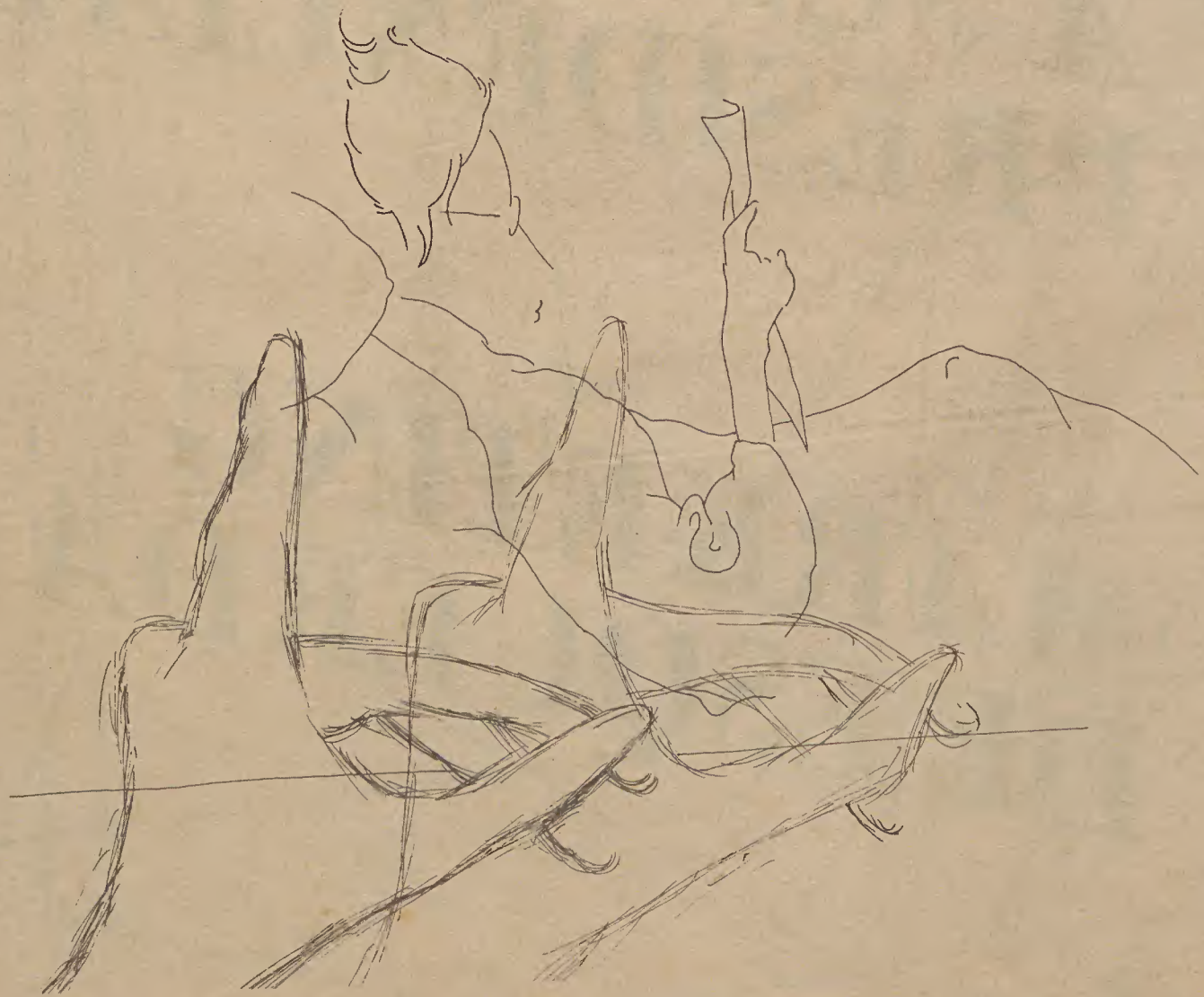
A SUSTENSÃO PRESIDENCIAL

MARKETING DE ESQUERDA



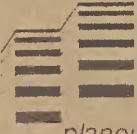


Wiedano



Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia
Democracia

Em 1978 vamos todos construir um edifício para ficar na história.
Ou a história terá pena de nós.


**MAURO
MAGALHÃES**
planejamento e incorporações s.a.

Marketing de Esquerda

(Modelo para armar)

DE LIBERALITATE ET PARSIMONIA

Se alguém dissesse: César mercê de sua liberalidade, assumiu o poder, e muitos outros, por terem sido liberais e reputados como tal, alcançaram posição elevadíssima, eu responderia: ou és já um príncipe ou estás a caminho de sê-lo; então, no primeiro caso, a liberalidade é danosa e no segundo, é bem mais necessário ser tido como liberal. César foi um dos que aspiraram ao poder em Roma, mas se, depois que o alcançou, houvesse vivido mais tempo e não contivesse sua liberalidade, teria arruinado o império. (Maquiavel - O PRÍNCIPE)

ESTA GARRAFA EMPREGA, PAGA, CONSTRÓI, COMPRA, EXPORTA, DESENVOLVE, PARTICIPA.

Refrescante. Agora você vai ver o que há por trás dessa garrafa. Para começar uma rede de 43 fabricantes de Coca-Cola do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Empresas brasileiras da gema, empresários autônomos, independentes. E Coca-Cola ainda representa milhões de dólares de açúcar brasileiro, suco concentrado de laranja, café em grão e solúvel exportados para empresas afiliadas. (De uma propaganda da Coca-Cola, na revista ISTO É no. 51)

PARA ONDE VAI A TELEVISÃO BRASILEIRA?

Ao que tudo indica, hay crise. Não por um repentino acirramento da luta de classes ou por uma incrível ofensiva de um movimento de massas (coisa que tem sido um fantasma, e não apenas para as classes dominantes); bem mais pela incapacidade do Estado, na forma que se constitui, de atender com eficiência às necessidades de acumulação da burguesia e àquelas geradas pela reprodução das classes. É ao nível da forma de dominação e hegemonia que o processo de remanejamento se desenvolve: não existe nenhuma força social em movimento com pique suficiente para discutir o poder enquanto poder de classe. Vai, então, o debate político se desenrolando nos limites das "classes esclarecidas" que, por serem esclarecidas, não iriam discutir o capitalismo no Brasil. Se há hoje uma burguesia na oposição, essa oposição (burguesa) não exclui a barganha: a tecnoburocracia e o aparato coercitivo são impecilhos, tudo bem, mas a fragilidade das nossas (?) classes dominantes não permite que eles sejam apressadamente postos de lado. O remanejamento é balizado então pela ambigüidade do "empresariado interno" que vive, no

Cato



mesmo movimento, o desejo de uma influência imediata no poder e a incapacidade de sustentar uma ordem social mais aberta, como nas liberais-democracias européias. Nem liberal-democracia clássica, nem autoritarismo galopante, se vê. Um Estado organizado para permitir a influência mais direta do empresariado nos processos decisórios, mas que não perca a capacidade de controle social. Abrir para prosseguir. A racionalidade de um Estado com esses traços, que reaproxime as classes da política, exige um fortalecimento do sistema hegemônico, controle ideológico via estrutura partidária e restante da da sociedade civil, ao mesmo tempo que — manipulação ideológica na jungle é pouco — tenha no bolso alguns dispositivos do tipo “de emergência”. Se a nova ordem que se trabalha traz o pressuposto de aproximação das classes que são hoje excluídas de qualquer participação política cabe à burguesia, antes que essas classes se aventurem, fornecer uma política para essa participação. Os rumores de um Partido Trabalhista estão aí mesmo e, com ele, o clientelismo, os esquemas de patronagem e outros bafejos do populismo começam a circular. Apesar da situação não favorecer a retomada dos grandes líderes à “país do povo” e da democracia populista como ela se deu antanho, até que a farsa da repetição, em outras bases, não seria de se jogar fora. Assegurado o lugar da participação política em limites responsáveis, poderia até sobrar para um PS, especialmente se social-democrata, uma beira na estrutura partidária. Pelo jeito — na racionalidade desse remanejamento — às classes (com o perdão da palavra) subalternas, está reservado o papel de, mais uma vez, servirem de massa de

manobra para viabilizar os projetos dos outros. Se a burguesia insatisfeita conclama a Nação para uma “democracia responsável”, está claro que a ela interessa bastante a divulgação do ideário liberal. Em um mesmo movimento ele tem funcionalidade como forma de pressão junto aos renitentes, como atrativo dos setores sociais insatisfeitos e serve como base ideológica para o tipo de saída que se prepara. O nacionalismo, os ideais democráticos da Nação brasileira, os direitos do cidadão, e de resto, os costumeiros estereótipos liberais, vão sendo divulgados num forte material ideológico que tem — e isso hoje vai ficando mais claro — capturado, com alguma facilidade, seus similares à esquerda.

ADIVINHE QUEM VEM PARA JANTAR

Tenta-se criar a idéia de que existe uma imprensa irresponsável, que não tem direito à liberdade. Que o AI-5 só é aplicado contra os irresponsáveis. Nós, inclusive, temos pensado muito nisso. Nós gostaríamos de demonstrar que isso não é verdade, que não somos irresponsáveis, que não somos prejudiciais à segurança da nação. Nossos originais estão à disposição de todas as autoridades. Se alguém de bom senso ler esses originais vai perceber que 99% deles basicamente pleiteiam o restabelecimento do regime democrático no Brasil, participação popular, melhoria das condições de vida do povo, luta contra a dominação da economia nacional pelo capital estrangeiro etc... Não vejo em que isso possa ser prejudicial à Nação, a nós, à segurança nacional. (Do diretor do seminário MOVIMENTO à revista ISTO É no. 51)

**Demc
Demc
Demc
Demc
Demc
Demc
Demc
Demc
Demc
Demc**

**Demc
Demc
Demc
Demc
Demc**

MAS O QUE IMPORTA?

Programas produzidos e distribuídos pela Rede Globo estão sendo vistos em 52 canais de televisão de 24 países. Autores, compositores, técnicos e artistas — mais de 4000 profissionais — encontraram, na Rede Globo, condições de trabalho que possibilitaram a criação de uma linguagem própria. Um jeito brasileiro de fazer televisão que, agora, atravessa nossas fronteiras e começa a despertar a atenção e a preferência do público lá fora. São mais divisas para o País e vantagens para todos que participam desta conquista. A televisão feita no Brasil está indo cada vez mais longe. (De uma propaganda da Rede Globo, jornal VERSUS de novembro/77)

USE RASTRO E FIQUE À VONTADE PARA FAZER SUA POLÍTICA

A presença de uma propaganda de dicção politizada nas páginas da imprensa de oposição não acontece por uma simples estratégia de conquista de novas faixas de consumidores para os produtos anunciados. Não se trata, obviamente, de um problema técnico em função de uma necessidade de ampliação de vendas. Ou talvez, diga sim respeito à ampliação de vendas, só que numa perspectiva mais ampla, que reivindica uma estratégia política para a redefinição de uma forma de poder, num percurso seguro. A utilização de slogans políticos nessa propaganda acrescenta muito pouco, ou nada, aos divulgados na grande parte do material ideológico produzido no sentido da “democracia responsável”. Mesma lenga lenga. De menos monótono, há o fato de sua publicação estar alcançando, aos poucos, a chamada — por preguiça de nomeação — imprensa independente, especialmente aquela que se quer porta-voz da “oposição conseqüente”. A metalinguagem inocente produzida por essa imprensa, junta-se, para maior confusão, esse novo tipo de propaganda. Lembrando que na imprensa anúncios representam dinheiro, e sendo inacreditável uma opção de transformação radical da sociedade por setores ligados ao capital, só resta pensar que desses setores há algum interesse na existência de uma imprensa de contesta-

ção. Se essa contestação, por sua parte, se oferece dócil aos mitos da ordem, divulgando a fala natural da conciliação, então, ainda que exista uma diferença (para que seja contestação), ela estará favorecendo a possibilidade mais opaca da recuperação. A tendência dessa imprensa realizar-se enquanto um projeto liberal, de dicção “popular”, exclui a possibilidade de qualquer radicalidade. Não apenas ao nível contudístico de um programa político e suas variações, mas na manipulação de técnicas e esquemas de linguagem que não são meras neutralidades sem história, à disposição de qualquer interesse. A propaganda politizada de produtos (e o principal deles é a própria política), encontra, portanto, nessa imprensa de oposição, um ambiente perfeitamente habitável. Um lugar de coexistência pacífica entre a “luta contra a dominação da economia nacional pelo capital estrangeiro” e “uma rede de 43 fabricantes de Coca-Cola. Empresas brasileiras da gema”. Assim como a democracia foi uma fala da CONCLAP. A questão de ser, ou não, o “verdadeiro” nacionalismo ou a “verdadeira” democracia, leva a coisa para o terreno do mito. Certo é que a burguesia aposta — com tudo em cima — na sua hegemonia para definir a possível democracia vindoura. E se aí houver mais espaço para a contestação, no que diz respeito à imprensa, a dita “independente” já se afigura como o lugar (seguro) para sua prática. Patrocínio exclusivo da burguesia, em sua nova embalagem liberal. (Marcos Augusto Gonçalves)

**cia
cia
cia
cia
cia
cia
cia
cia
cia
cia**

O nosso teatro da crueldade: Stammheim

Comentário sobre a República Federal Alemã e o terrorismo

Nem a morte, nem os mídia são "meios de expressão" do terrorismo — meios em nome dos quais procura-se sempre qualificá-los. Acontecimento minimal, não "real", simultaneamente modelo de simulação e ritual, o terrorismo conjuga o máximo de espetacular e o máximo de desafio numa peripécia insolúvel, na qual tudo é reversível. E é o desencadeamento desta reversibilidade que é a sua verdadeira vitória — uma violência nova que sela o fim da ordem política.

(ver Libération de 4 de novembro)

A insolúvel polémica sobre a forma pela qual Baader e seus camaradas morreram é também obscena — e pela mesma razão: existe igual obscenidade em querer atribuir por força sentido ao ato dos seqüestradores e em querer restituir a morte de Baader na ordem da verdade dos fatos. Princípio do sentido ou princípio da verdade: eis as verdadeiras fontes do terrorismo de Estado.

Sem dúvida, a estratégia do governo alemão atingiu de um só golpe a perfeição: não somente ele aproveitou de maneira quase improvisada o seqüestro frustrado para liquidar no ato os prisioneiros que o incomodavam mas também o fez de tal forma (grosseira, equívoca, incoerente) que conseguiu aprisionar todo mundo na busca histórica da verdade, — o que é a melhor forma de abolir a inanição simbólica desta morte.

Os seqüestradores fizeram tantos erros em Mogadiscio que só cabe pensar que eles fizeram tudo "de propósito": eles finalmente atingiram ainda que obliquamente, o seu objetivo, ou seja, lançar o desafio da sua própria morte como resumo da morte virtual de todos os réfens e mais radicalmente ainda, como morte do poder que os mata (pois é preciso repetir sempre: o lance seqüestro não é o de bater o poder no seu terreno, mas sim o de opor uma outra ordem, a ordem simbólica do desafio à ordem política da força. Não perceberemos nada do terrorismo se formos incapazes de distinguir que não se trata nem de um ato de violência *real* nem de opor uma violência a outra — o que seria um absurdo pela desproporção. Além disso, toda violência *real*, assim como a ordem *real* em geral está sempre do lado do poder).

O segredo é opor à ordem do real um imaginário absoluto, absolutamente ineficaz no plano real mas cuja energia implosiva absorve todo o real, energia na qual toda a violência do poder *real* se abisma. Tal modelo já não é mais da ordem de transgressão: repressão e transgressão pertencem à velha ordem da lei, quer dizer, à ordem de um sistema *real* em expansão. Num sistema assim, tudo que o contradiz, inclusive a violência inversa, não faz senão acelerar a sua expansão. No nosso caso, a virulência vem da implosão — e a morte dos terroristas (ou dos réfens) pertence a esta ordem implosiva: a abolição do valor, do sentido, do real num ponto determinado, mesmo que infinitesimal, provoca uma aspiração, uma absorção, uma convocação gigantesca, como pudemos ver em Mogadiscio. Em torno deste ponto ínfimo, todo o sistema do real se adensa, se enrijece, lança todos os seus anticorpos. Ele se torna tão denso que ultrapassa as suas próprias leis de equilíbrio e involui na sua própria supereficácia. No fundo, a tática profunda da simulação (pois é sempre simulação o que está no modelo ter-

rorista e não morte *real*) é provocar um excesso de realidade, e fazer o modelo se desagregar sob um excesso de realidade.

O sono paradoxal é aquela franja do sono na qual na verdade não dormimos, mas sonhamos. A morte paradoxal é aquela na qual o real da morte é suspenso, aquela franja onde a morte assume força de lance e de jogo simbólico, antes de se tornar *real*, isto é, resíduo — sendo o real nada mais que o princípio residual da degradação da morte e do resto.

Se, portanto, podemos fazer a hipótese de que os seqüestradores buscaram intencionalmente a sua morte, esta espécie de morte paradoxal que brilha um instante

intensamente antes de cair novamente no real, podemos pensar, inversamente, que se o governo alemão também acumulou tantos erros no *affaire* Baader, isto não aconteceu sem que houvesse um objetivo bem definido (ainda que não consciente).

Ele poderia ter preparado a morte de Baader de forma conveniente — mas não o fez. Longe de ver nisso um episódio secundário: é preciso entendê-lo como sendo a *chave* da situação. Ao semear esta dúvida, esta ambigüidade deliberada a respeito dos fatos, ele fez com que fosse a verdade a respeito desta morte — e não a própria morte — que se tornasse apaixonante. Todo mundo se esgota na argumentação e no esclarecimento — esclare-

cimento reforçado pela encenação e atuando como dissuasão gigantesca da morte e do jogo — todo o mundo e sobretudo os revolucionários, os quais apreciariam muito que Baader tenha sido "assassinado". Abutres da verdade, eles também.

Suicídio ou assassinato, que importa? Mas é que, não esqueçamos, se eles foram assassinados e, se pudermos prová-lo, então as massas, guiadas pela verdade dos fatos, saberão que o Estado alemão é fascista e se mobilizarão para vingá-los. Bobagens. Uma morte, ou é romanesca ou não é morte. E esta não necessita ser vingada, ela está na ordem imaginária. Que contrasenso, recair no real com um contrato de vingança e de equivalência! Os vingadores se equivalem aos moralistas: sempre avaliar o preço e fazer pagar o justo preço. Não há a menor importância no fato de que se roube a "realidade" desta morte (a verdade sobre...), pois ela não pertence à ordem do real e nisto está a sua força. São exatamente os vingadores que a degradam, ao instituí-la como fato, como capital de valor morte e ao esgotá-la na vingança, enquanto que esta morte não saldada, não liquidada na equivalência, do sentido e da vingança, abre um ciclo vertiginoso no qual o próprio sistema só pode se implicar a prazo, ou brutalmente, senão pela sua própria morte. Contra esta morte vertiginosa o sistema se defende colocando um ciclo inverso — reciclagem da verdade contra o ciclo insolúvel da morte.

Tal é a manobra genial do governo alemão que consiste em entregar, mediante erros "calculados" um produto não acabado, uma verdade improvável. Desta forma, todo mundo se esgotará no término do trabalho, na busca final da verdade. Sutil incitação à autogestão. Ele, governo, se contenta em produzir um acontecimento morte, os outros vão realizar a arte final do produto. A verdade. Ninguém entre os revoltados pela morte de Baader escapou a esta armadilha e todos operam com o mesmo autonomismo na franja de complicitade aberta que todo poder inteligente articula em torno das suas decisões (é a mesma armadilha dissuasiva que existe na "solidariedade": assim, em 68, o poder reprime os estudantes e todo mundo se "solidariza" com eles — de fato, o poder deixou às massas guiadas pelos seus aparelhos a tarefa de se solidarizar e asfixiar a virulência simbólica dos acontecimentos de maio na greve geral).

Portanto, longe de o desservir, os bávaros de Stammheim atuaram dentro de uma estratégia de simulação do Estado alemão que, somente ela, mereceria ser analisada e denunciada — estratégia de união sagrada, de maneira nenhuma moral, contra a violência terrorista mas, muito mais profundamente, estratégia de união sagrada na produção da verdade, dos fatos, do real. Mesmo se esta verdade explodisse (se dentro de quinze anos se estabelecer enfim que Baader foi friamente liquidado) isto ocasionará sem dúvida um escândalo, mas nenhum poder balançará: apenas se mudará de equipe, se for necessário. O preço da verdade, para o poder é superficial. Em compensação, o lucro da mobilização geral da dissuasão, da pacificação e da socialização mental obtidos pela cristalização sobre a verdade é gigantesco. Ótima operação, sob a qual a morte de Baader corre o risco de ser definitivamente enterrada — (Jean Baudrillard, Libération, 5/6-nov. 1977).





A Coluna do Castelo

A SUSTENSÃO PRESIDENCIAL

EMPASTAMENTO. S. M. 1. Ato ou efeito de empastar (-se). 2. Disposição em pasta; empaste. 3. Med. Estudo de parte edemaciada, o qual dá a sensação, a quem a examina, de tocar uma pasta. 4. Encad. Empaste.

EMPASTELAR. (De em: 3 + pastel + ar2.) V. t. d. Tip. Misturar (caracteres ou outro material tipográfico) com os de diferente caixa ou caixotim. 2. Tip. Inutilizar as oficinas de (um jornal). P.3. Tip. Desfazer-se (forma, granel ou linha de tipos). 4. Tip. Cair (matriz de linotipo) em magazine ou canal errado.

Trechos da crônica política dos últimos meses.

Sempre que vou a Brasília, volta-me à memória uma história de Kafka, A Muralha da China, quem será o sucessor do Presidente Geisel? É compreensível que o governo queira adiar a abertura da questão, mas é evidente que a questão vazou. Isso, mais a circulação no Congresso, de manifestos atribuídos a militares — manifestos que o governo define simplesmente como apócrifos — não chega, no entanto, a abalar a unidade das Forças Armadas. Podem existir divergências de opiniões, umas mais liberalizantes, outras mais próximas da chamada "linha dura". Essas divergências, todavia, fazem parte da história dos militares brasileiros.

O processo de indicação tende a ser — em essência — semelhante ao adotado pe-

los dois últimos governos revolucionários. O Presidente da República e um círculo bastante fechado de chefes militares (e, eventualmente, algum espécime raro trajado à paisana) chegam até um nome que é apresentado ao Alto Comando do Exército, e este referenda a indicação. E, no fundo, como dizia um deputado, tudo poderá mudar se ocorrer um tiro numa reunião de estudantes. "Estamos nas mãos de um universitário provocador — ou de um policial maluco", murmurava ele desconchado.

Fato ou boato, a verdade é que ainda na semana passada, quarta-feira, o Ministro do Exército, General Sylvio Frota, à paisana e elegantemente trajado, volteou pelo estrelado salão azul do Hotel Nacional em Brasília e permitiu docilmente que inúmeros parlamentares volteassem ao seu redor: Com uma peculiaridade: o apocalipse tinha data marcada. Em princípio, dia 9, a partir do momento em que a esposa do Presidente Carter, Rosalynn, deixasse o Recife, última etapa da sua viagem de três dias ao Brasil.

No caso dos chamados liberais, é claro que o tumulto não interessa. Mas também já não já não interessaria a perpetuação de uma situação de imobilismo político. Do outro lado deste cenário de expectativa, a sociedade civil movimenta intensamente os escassos instrumentos de que ainda dispõe. Manifestos de intelectuais, como o

divulgado há dias, no Rio de Janeiro, ou o de jornalistas profissionais, encaminhado na semana passada aos presidentes da Câmara e do Senado, bem como as manifestações estudantis ocorridas em mais de uma dezena de capitais ou grandes cidades brasileiras, foram alguns dos caminhos então encontrados, a fim de que as inquietações pudessem vir à tona.

"Você leu os discursos pronunciados pelo MDB na televisão? Pois leia e observe até que ponto o governo poderá permitir. O excesso será punido", comentou com um jornalista o secretário particular da Presidência da República, Heitor de Aquino. A que acrescentou o chefe do SNI, João Baptista Figueiredo: "Vi o programa do MDB e não gostei. É assim que eles querem diálogo?" "São uns loucos", desabafava o Marechal Cordeiro de Farias, um dos incansáveis peregrinos do entendimento.

Mas já faz meses que se fala em "alternativas óbvias". "Pode botar em letra de forma. Assim, que o Presidente abrir a temporada, eu estarei ao lado da candidatura Figueiredo", assim se manifestou o Sr. Humberto Barreto. Para o infatigável Sival Boaventura — que já se pronunciou com igual clareza a favor da candidatura do General Sylvio Frota — Barreto está muito bem entrosado com a ala mais radical da Oposição, tendo ma-

tido contatos com os srs. Alencar Furtado, Fernando Lyra e Roberto Saturnino. No decorrer da solenidade, os dois primeiros candidatos à sucessão de Geisel, aqueles dos quais mais se fala, os Generais Sylvio Frota e João Baptista Figueiredo, trocaram tapinhas nas costas, numa demonstração de profunda amizade e total entendimento. "As punições aplicadas aos estudantes da UNB são apenas fruto de uma luta travada entre duas alas do sistema, representado de um lado pelo reitor da UNB, José Carlos de Azevedo, e do outro, pelo Ministro da Educação, Ney Braga, afirmou, por exemplo, o deputado Paulo Marques (MDB-PA). Ocorre que o general de divisão César Montagna — preterido nas promoções de março último — ainda não passou para a reserva. E, ao que se informa em Brasília, não pretende solicitar reforma.

Casuísmo Áulico — "Papai não não apoiará a candidatura do atual chefe do SNI", não se cansa de repetir a amigos e até a estranhos o filho do ex-presidente Médici, Roberto. Ao que parece, ele resente-se da atuação do General Figueiredo durante as conversações que marcaram a indicação de Geisel, pois ele teria garantido, na época, que não existiam relações entre o atual presidente e o general Golbery do Couto e Silva, não propriamente admirado por Médici.

Segundo Dallari, no entanto, não se deve excluir do debate sucessório, militares de formação humanística, "como o marechal Cordeiro de Farias. Na mesma linhagem pode estar o General Reynaldo Mello de Almeida, que é mais herdeiro do pai, José Américo, do que o General Figueiredo é do General Euclides, um democrata". Em contrapartida, Thales Ramalho afirmou que "pelo retorno do estado de direito, de uma ordem jurídica e constitucional qualquer preço deve ser pago". É certo que hoje, em Brasília, ninguém sofre mais do que os lobbies nacionais e internacionais, impossibilitados de garantir aos seus patrões quem será o presidente em 1979.

Entre militares que acompanham o que vem ocorrendo em São Paulo — e não são poucos os maiores e coronéis de Brasília que se mostram preocupados com São Paulo — observa-se que não existem vínculos muito profundos unindo a inquietação empresarial, por exemplo, com a rebeldia intelectual. "Acho que estamos chegando a esse ponto de maturação para que o poder retorne ao campo civil, com o papel dos militares reduzido", disse Passarinho. "Não há motivos para que os militares continuem no poder", acrescentou o Brigadeiro Grum Moss, numa longa carta ao *Jornal do Brasil*: "O País precisa voltar à democracia, à liberdade".

No caso dos dois coronéis, inclusive, é conhecida a sua passada identificação com o que se chamava de "linha dura". "Sou a linha dura, mas não sou nazifacista. coloco-me politicamente como de centro-esquerda e provo isto com a carta em que reivindico redemocratização, com minha participação na Revolução de Março de 1964 e com as denúncias que venho formulando desde 1963", disse o coronel da reserva Ruy de Castro.

Mas, se não há políticos e se os militares se sentem tolhidos em suas ações, quem governa o País? Segundo este coronel, que conversa informalmente — "como amigo, pois militar não dá entrevistas" — o problema da subversão já está equacionado. Não erradicado completamente, mas contido em níveis considerados bastantes reduzidos. E o combate à subversão, mais precisamente, as questões relacionadas com as chamadas Operações de Segurança, nesta fase em que se discute a hipótese da volta dos militares aos quartéis é um ponto dos mais delicados. "Houve, então uma guerra dentro do País", argumenta um militar com fluente trânsito. "Aquela guerra, as circunstâncias em que teve de ser travada, ainda não foram reveladas por inteiro. Uma abertura agora não deve levar o Brasil a viver uma situação semelhante. Isso seria inadmissível. Como inadmissível seria, também, uma tentativa de se discutir "as circunstâncias em que tal guerra foi travada".

Na verdade, alegando "razões de Estado" e a interferência de "forças que vão muito além da nossa capacidade de decisão", o *Correio Braziliense* divulgou ontem, em sua primeira página, que fora obrigado a desistir da pesquisa eleitoral para aferição de tendências latentes no Congresso a respeito dos nomes que reúnem a preferência dos parlamentares para a sucessão do Presidente Geisel. Em sua primeira página, dizia a *Tribuna da Imprensa*, no dia 10. de setembro: "Decidido: Figueiredo presidente, Frota será o embaixador em Portugal e o general Moacyr Potiguar Ministro do Exército". "Minha candidatura — disse Magalhães — representa o pensamento de amplos setores que desejam se ver livres do desgaste que o poder lhes acarreta". E acrescentou: "é chegado

a hora de devolver este encargo aos civis". Para o *Washington Post* a candidatura do Senador Magalhães Pinto por si só, é capaz de conseguir este tento

A Cizânia do Consenso — Os arenistas articuladores dessa candidatura iniciaram no meio da semana passada uma das fases mais delicadas da operação de tessitura do apoio político a Figueiredo: a atração do MDB. O manifesto de chefes militares, entre os quais o vice-presidente Augusto Rademaker, o ex-ministro do Exército Odylio Denys e o ex-chefe da Casa Militar do Governo Costa e Silva, General Jaime Portela, que poderá ser lançado até o fim da semana, defende o princípio da hierarquia das Forças Armadas e a manutenção dos postulados revolucionários, reforçando a candidatura do General Sylvio Frota. Se a bandeira do possível candidato possui tantos compromissos democratizantes, porque sua vocação liberal não se manifestou antes, sobretudo quando participou do governo Médici, como Chefe Militar? Foi a questão levantada pelos emedebistas, embora o Senador José Sarney tenha denunciado a existência de uma campanha clandestina "tentando envolver o Parlamento numa mesquinha intriga entre chefes militares e a classe política". Sarney referia-se ao documento que circulou no Congresso e que foi distribuído nas residências de deputados e senadores com o título "Pontos para a Reflexão", em que é defendida a candidatura do General Frota, apontado como "um democrata convicto, portanto um anticomunista, mas nunca um industrial do anticomunismo".

De fato, depois de lhe ter sido comunicado pelo Presidente da República sua exoneração, o General Sylvio Frota fez com que fosse transmitida, via telex, às principais unidades do País: "Já implantaram o capitalismo de Estado, que é o tirano da economia: a continuarmos assim, virá mais breve do que muitos esperam, o comunismo — o tirano das liberdades". "Pedi que dissesse os motivos, ao que se recusou categoricamente. Creio, firmemente, que o motivo de tudo foi meramente político com objetivos que podem, facilmente, ser deduzidos". Apesar de ter o chefe do Gabinete Militar, na sua nota oficial, desvinculado o fato da sucessão presidencial — "a exoneração do Ministro Frota é um ato de caráter pessoal, sem qualquer vinculação com problema político da sucessão" — a primeira verificação a fazer é que desapareceu um candidato a Presidente. Atrás dele o ex-Ministro poderá contar com a comunidade de informações e segurança cujos serviços exalta e cuja honorabilidade defende como se houvesse com uma ameaça concreta à segurança e à estabilidade desses auxiliares do sistema. Uma contradição a apontar é que o General Bethlem não é menos anticomunista do que o General Frota.

O Açoamento das Emulações — Do surpreendente episódio Frota pode surgir um novo General com grande Poder. Foi o responsável pela estabilidade, continuidade e normalidade da situação. Seu nome: os compromissos internacionais. Prova dessa necessidade de conciliação é a não punição do ex-Ministro, cuja declaração poderia ser facilmente enquadrada em inúmeros dispositivos de regulamento disciplinar do Exército e, até, se fosse o caso, na Lei de Segurança Nacional. Pondera ainda o *The New York Times* que, embora o General Figueiredo chefe em aparelho de segurança que foi o responsável pela tortura sistemática de presos políticos e dissidentes, no passado, a aura circundando sua candidatura é a de que é um homem com intenções democráticas,



que finalmente, colocará o regime em bases institucionais mais seguras". "Será o General João Baptista de Figueiredo, chefe do SNI, aquele que a Direita liberal acredita como seu melhor candidato?", indagou o jornal francês *Le Monde*.

Assim, o Partido Socialista francês desmentiu as "informações dadas pelo General Sylvio Frota de que estava se organizando na França um Partido Socialista brasileiro. Miguel Arrais passou há algum tempo por Paris vindo da Argélia e teve ocasião de falar sobre os projetos políticos em discussão no Brasil e, entre outras coisas, a criação de um Partido Socialista. Ele é em princípio, contra a formação de PS brasileiro, mostrando-se muito mais favorável à criação de um movimento trabalhista. Uma aliança com Brizolla que parecia até mesmo possível, mas a posição de social-democrata de Brizolla apareceu rapidamente.

Ninguém sabe até que ponto está o General Geisel convencido de que é preciso matar a antilei, acabar com este Estado autoritário que tão graves e tão fundas distorções produziu na estrutura moral, social e econômica do país. O General é, por formação, um tecnocrata. É possível que ele continue acreditando que basta corrigir algumas falhas, tapar as brechas, mas sem na verdade mexer na essência do sistema. Sem embargo levará avante com suas próprias forças a constitucionalização do país, definindo com nitidez as "salvaguardas eficazes" que considera indispensáveis à normalização institucional. Ulysses, da mesma forma, reafirmou a decisão da Oposição de não se extinguir no país. Lembrou que "o partido custou muito para ser montado e mantido e hoje, quando ele se identifica com a maioria da nação, principalmente com os trabalhadores, não podemos cogitar na sua extinção".

O Exército, disse Bethlem, não deve interferir na sucessão presidencial, nem antes e nem depois de janeiro. E indagou: "Se cada um de nós resolvesse opinar sobre um candidato, como é que o Presidente poderia dirigir a Nação". E como o Senhor vê essas negociações para as reformas políticas? — indagou o atento repórter. "Eu não vou dar opiniões", respondeu Bethlem. "Eu sempre me fuitei um pouco de falar sobre política".

Alguns radicais brasileiros argumentam que é necessário manter o Ato-5 para controlar a subversão. De qualquer maneira, não parece fácil encontrar a fórmula para uma extração sem dor da candidatura do Senador Magalhães Pinto. A revelação foi feita em Curitiba pelo Senador Leite Chaves, do MDB: "Já se tem informações de que estão sendo urdidos novos casuísmos para alijá-lo da disputa". O Centro de Informações do Exército (CIE), por exemplo, será redimensionado, com vistas à redução de seu complexo. Foi o responsável, por exemplo, pela organização das ações que venceram a guerrilha da região de Marabá e Xambioá e, mais recentemente, de instruir a estratégia que desmobilizou o movimento grevista da Universidade de Brasília. "Impressionantes e sérias", foi como o Coronel Camargo, assessor de Imprensa da Presidência, classificou as denúncias de torturas nas dependências do DOI-CODI no Rio de Janeiro. "As autoridades ligadas ao assunto — acrescentou — estão atentas e tomarão, em seus níveis de atuação, as providências que porventura vierem a ser necessárias". "Dada a circunstância de certo segmento da nossa imprensa persistir divulgando documentos de interesse de grupo caracterizadamente

subversivo", o Comando do I Exército voltou a reiterar os termos de sua nota de 6 de agosto de 1977.

Catalizadores da Omissão O governo brasileiro não teme pressões diretas ou específicas mas deve compreender as vantagens de um realinhamento do Brasil no mundo da legalidade democrática. Hoje, todavia, não é segredo que estivemos na iminência de ações armadas, tal o grau de mobilização da linha dura, no entanto surpreendida pelas medidas preventivas, tomadas a tempo junto aos Comandos do Exército, e a uma eficaz operação de emergência, cujo planejamento e execução ficou a cargo do General Hugo de Abreu. Geisel afirmou, na presença de mais de 700 empresários, reunidos na IV Conclap, que "dúvidas há, de várias ordens". E acrescentou: "Indaga-se se o modelo não é excessivamente dependente do exterior, pela ênfase nas exportações; discutem-se, freqüentemente, questões como as de desnacionalização e da estatização. Falando claramente: não vemos razões para mudanças do modelo".

O Presidente Geisel é um "leonino solar", já ultrapassou seu "inferno pessoalógico" e ingressa no melhor período do ano com dois trunfos capazes de acalmar o país: o anúncio de um nome civil para a Presidência da República, o envio do capitão-reitor da UnB a paragens menos agitadas, segundo previu o guru Joe Shalders, da OPUS (Obra Primária Universal Superior). O resultado da pesquisa feita junto aos empresários presentes apontou o General Euler Bentes Monteiro como o candidato favorito à sucessão presidencial, seguido, pela ordem, do Senador Magalhães Pinto, do General Figueiredo e do General Reinaldo Mello de Almeida. São conhecidas as relações de amizade do General Euler com os irmãos Geisel. Embora negue enfaticamente, Severo Gomes é considerado um dos articuladores civis da candidatura presidencial do General Monteiro. Outro político que se encontra regularmente com o General no apartamento da rua Figueiredo (Magalhães) é o senador emedebista Roberto Saturnino Braga, que também defende um modelo voltado para o mercado interno. John Moore, do Eximbank, afirmou, contudo, que "até agora não houve restrições ao Brasil para financiamentos por causa dos direitos humanos". "Eu já ouvi muitos comentários sobre recentes denúncias de torturas no Brasil", disse ele, "mas só posso dizer alguma coisa depois que receber relatórios oficiais do Departamento de Estado a respeito".

E por tal motivo que se vai tornando consensual, na burocracia e no Exército, a idéia de que alguns arranjos, fora do campo mais específico das instituições políticas, poderiam dar resposta às reivindicações dos empresários quanto à sua participação e a dos trabalhadores nos colegiados do Governo. "A Igreja vê com bons olhos a busca de maior participação política dos trabalhadores", contestou dom Mário Gurgel, bispo de Itabira. Mas alertou para o risco da formação de uma entidade representativa operária de caráter nacional que, a exemplo da CGT italiana poderia acabar servindo como arma política, manejada pelas esquerdas.

Como diria Ademar de Barros, muita água ainda vai passar por debaixo da ponte. Mas essa é outra questão. "É por essa razão — disse o ministro Bethlem — que a democracia necessita de instrumentos de defesa que assegurem a sua sobrevivência na guerra global que lhe é imposta pela subversão comunista. Atualmente,

estamos assistindo em países altamente desenvolvidos da Europa, vítimas de terrorismo assassino, o emprego em situação de emergência desses instrumentos, verdadeiras salvaguardas dos regimes democráticos". O senador mineiro acredita que esta não seja ainda a hora para se legalizar o Partido Comunista: "Como Presidente, eu estaria num regime democrático e de estado de direito. Mas confesso que não vejo vantagem no momento em se ter legalizado o PC. Estamos querendo sair de um estado de arbítrio para um regime democrático. Não podemos querer tudo de vez, sob pena de pôr tudo a perder". **Vaticínio das Cassandras** — Tudo tem base, logo se vê, na distensão. O Presidente Geisel disse ontem que as leis de exceção já podem se tornar dispensáveis, depois de necessárias "em algumas fases de nossa transição revolucionária". Um exame superficial que seja, da lista de membros do Alto Comando não indica qualquer alteração ideológica desse corpo de direção do Exército. A filosofia que impulsiona esses chefes militares é a mesma e é de fácil observação que muitos deles adotam atitudes mais agressivas em relação às endêmicas ameaças subversivas de que os antigos membros do mesmo corpo.

"O Alto Comando do Exército não é e nunca foi colégio eleitoral para Presidente da República", disse o General Dilermando Gomes Monteiro, afirmando que "não vê razões para se ficar lançando candidaturas ao gosto de cada um". O general disse que o "Presidente, na minha opinião, não deverá consultar órgãos ou personalidades isoladas, mas sim auscultar todos os órgãos nacionais".

Podiam ser mencionados outros obstáculos, reais ou imaginários. O General José Maria de Andrade Serpa defendeu o papel da imprensa na politização dos empresários brasileiros. "Estamos entusiasmados com a liberdade de imprensa que, por ocasião do Conclap, permitiu, pela primeira vez, que o empresário brasileiro tenha se dedicado à política — política com P grande — e estejam se politizando. Depois de ter-se referido à "economia forte que se controla no país" e ao papel dos técnicos militares", o General Andrade Serpa falou sobre o mercado interno: "Nossa economia é voltada para a exportação, mas a exportação é conjuntural. O que não é conjuntural é o mercado interno e no futuro a economia deverá voltar-se para o mercado interno. O General Ariel Pacca da Fonseca, disse ao deixar o Departamento de Ensino, que a dependência do país em matéria de material bélico é da mais alta inconveniência e que uma nação não deve esperar que outros, ainda que possuam afinidades democráticas, acorram para cooperar em sua defesa, mesmo contra um ataque externo. Na área tecnológica, o general destacou que esta se expande no mundo e no caso do Brasil e seu Exército, ou o país se prepara para conquistá-la ou será levado de roldão. Pior que isso, condicionados por ela, sob a direção de elementos não obrigatoriamente vinculadas aos nossos interesses".

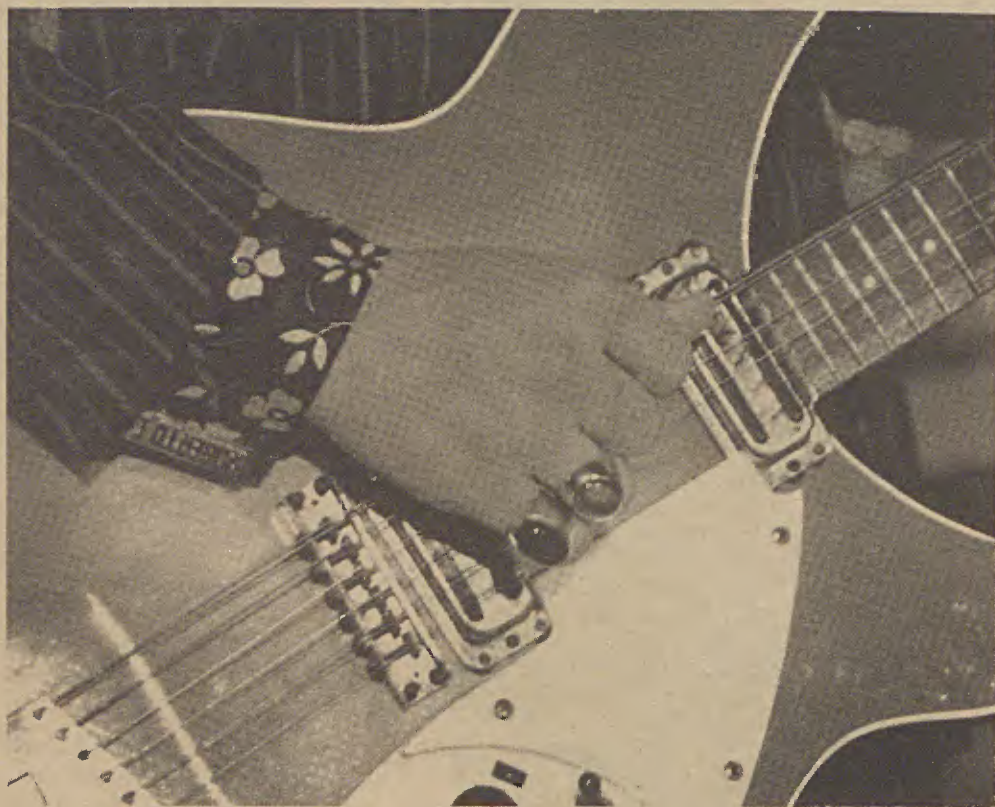
"Infelizmente eu vou para a história como um torturador, como um homem de maus sentimentos, em virtude do que houve durante o meu comando no II Exército em São Paulo", disse ao Jornal do Brasil, o General Ednard D'Ávila Mello, que chamou o testemunho de seus companheiros de Exército "que sabem que sou incapaz de qualquer violência". Nos militares, louve-se a melhoria de sua linguagem, que vai perdendo as formas rebarbativas que caracterizam ordens-dia, avisos e discursos desde aquela



hedionda Intentona de 1935, e voltam à simplicidade que comunica, não agride o bom gosto e educa em matéria literária as novas gerações.

Há várias previsões. Os Srs. Mário Andreazza, Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto e Costa Cavalcanti estão delineados para ocupar postos do Governo do General João Batista de Figueiredo. Já estão delineados quatro futuros governadores: Antônio Carlos Magalhães (Bahia), Laudo Natel (São Paulo), Ney Braga (Paraná) e Chagas Freitas (Estado do Rio de Janeiro).

A partir de hoje, o quinto dia começa o processo oficial da escolha do futuro Presidente da República. Nada impede que, aberto o processo dia 1 esteja o mesmo encerrado dia 2, (Pela transcrição, Ricardo Arnt e Genilson Cezar)



"But I was so much older then /
I'm younger than that now"
(My Back Pages, Bob Dylan)

Era uma vez um cantor que foi mito. Um mito em seu tempo. Foi jovem e envelheceu. Mas suas músicas vivem ainda numa espécie de purgatório da consciência burguesa progressista.

Se hoje, a universidade se encarregou de explicar o tropicalismo, e os populistas resguardam obcecadamente a manutenção das linguagens musicais populares, Roberto Carlos parece ser irredimível tanto musicalmente quanto ideologicamente. Todos os aspectos de sua obra esbarram no vulgar, no comercial, no banal. E não só isto, mas também o fato de sua obra ser colocada quase como sinônimo da alienação juvenil pós 64. Quer dizer: uma obra de direita. O que o condena irremediavelmente.

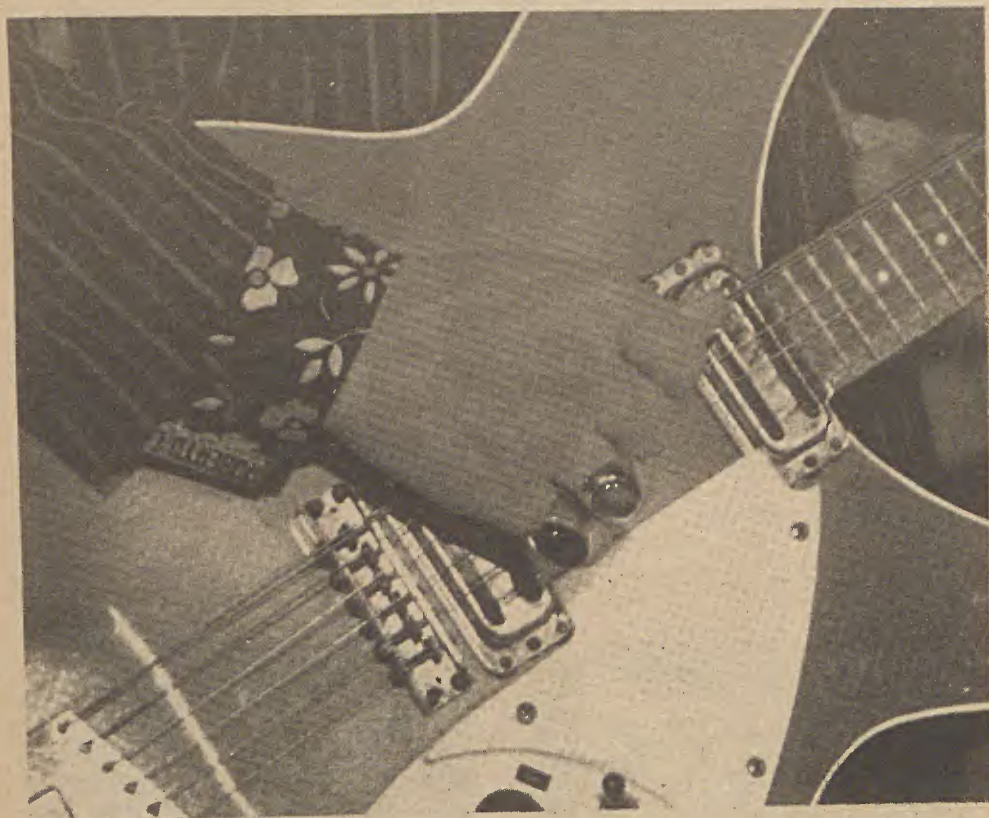
Numa sociedade informada pelos meios de comunicação de massa, onde o sentido geral da experiência dos fatos culturais parece ser sempre verticalmente cumulativo — como se fossem sedimentados em camadas — se produz ao nível geral muito mais uma absorção paralela à velocidade de um mercado em expansão do que uma reflexão articulada do fato com o processo cultural. No caso específico da música, manipulada pelos mais poderosos segmentos da indústria cultural, o rebaixamento de uma exigência crítica está diretamente ligado à violência com que penetra num cotidiano não regulado por nossa vontade. Estamos como que imantados à presença dessa massa musical que se impõe como natural. Evidentemente o estatuto de naturalidade não se impõe só pela indústria cultural, ele encontra sua ratificação na incapacidade de se construir uma percepção crítica que se oponha ao modelo estabelecido. Enquanto se mantiver o esquema vigente dum audição atomizada, capaz de entender apenas fragmentos do fato musical, será impossível transformar a massa em processo, o natural em histórico. E para transpor essa naturalidade é necessário restituir uma inteligência ao ouvido, dotá-lo de uma percepção crítica capaz de superar essa questão surda da indústria cultural.

Entendendo a música como reflexo do social, e o fato da indústria cultural a tratar quantitativamente e não qualitativamente, ou melhor, se percebermos que o valor musical lhe é indiferente e mesmo supondo-se que houvesse qualidade, mesmo assim as condições de percepção permaneceriam as mesmas buscando dessa maneira sua presença social. Por isso vai ser em outro espaço que vai se dar sua presença social "não alienada". Esse espaço é o confronto das ideologias sociais. Nesse ponto, por oposição à exigida demanda crítica da indústria cultural, vai ser processada a aferição do valor social da música e daí também seu valor musical. Mas ainda aí não se percebe a existência de um pensamento musical crítico, mas de uma percepção delimitada pelo confronto ideológico. Daí ser um espaço produtor de recalques e mistificações tornando o objeto musical muito mais deflagrador de posturas e compromissos do que de transformações. Como resultante desse processo, o objeto musical anseia perpassar a aderir a este espaço, sob a pena de ser recalcado ou cair no vazio. Por exemplo Roberto Carlos.

De início já se pretende recalcar sua obra como sendo-mera importação dum modelo musical estrangeiro, no caso os procedimentos do rock/pop aqui ditos "iê-iê-iê". Dessa maneira já se encerra — qualquer possibilidade de discussão colocando-o como agente da invasão cultural (que no seu caso mesmo que fosse verdade teria importância secundária em relação ao primordial: a sua inserção no discurso musical brasileiro) ao mesmo tempo que elimina a possível intenção de se analisar a incorporação de outras linguagens musicais ao processo musical brasileiro. Para pensarmos essas questões teremos que retirar sua obra do limbo em que ela se encontra e rearticulá-la como sujeito e objeto do processo musical brasileiro. Só assim é possível esclarecer o equívoco que situa sua música como correspondente ou cópia dum linguagem musical estrangeira, no caso o rock (Elvis Presley, Beatles, etc).

No processo musical brasileiro o procedimento correlato ao rock não está na obra de Roberto Carlos, mas na bossa nova. Pois não é o rock produto da assimilação e transformação de elementos da música negra americana (jazz e blues) por parte da classe média branca americana? O que corresponde à bossa nova na medida que ela foi produzida por músicos da classe média branca que assimilaram e transformaram elementos da música negra brasileira (samba).

É claro que apesar da similitude dos procedimentos não resultarem produtos iguais, dada as diferenças específicas no processo de desenvolvimento das linguagens musicais. Nesse sentido a obra de Roberto Carlos não deve ser entendida como correspondente ao rock. Quanto a questão de ser mera cópia, cabe perceber as duas vertentes de sua obra: elementos do rock, para precisar mais poderíamos citar Elvis Presley e João Gilberto. Aí se coloca o seguinte problema: para sua obra configurar numa cópia do rock americano sua vocalização deveria ter o mesmo sentido dos cantores de rock (Elvis Presley, Mick Jagger, John Lennon e outros) que era tentar aproximar a voz branca da emissão, timbre e textura da voz dos cantores negros americanos. Certamente Roberto Carlos não canta como um crioulo americano, e muito menos dá às palavras uma entonação e inflexão da língua inglesa. Também não canta como um crioulo brasileiro. Aliás, qual a voz do negro brasileiro? Ela se encontra fragmentada e dispersa, possível de ser identificada apenas em um outro cantor muitas vezes nem reconhecido como tal, incapaz de compor uma história, tamanho o recalque produzido pela tradição do bel canto, que fez do samba uma música negra padronizada



Por exemplo: Roberto Carlos

vocalmente pela voz branca.

A estrutura da canção de Roberto Carlos aparece então como uma original adequação entre elementos duma linguagem musical estrangeira e um projeto vocal intimista, via João Gilberto, vinculado a uma crítica aos esquemas vocais tradicionais da música popular brasileira.

Outra questão importante é verificar como seu trabalho se relaciona com as circunstâncias de produção na época, isto é, o social, o político, o econômico. Na sua profunda identificação tanto musical quanto ideológica com a classe média parece se situar a questão da sua alienação. Seu tema central, o afeto, e suas circunstâncias, o carro, o namoro, a velocidade etc., são recortes da sua própria consciência de classe. E como o engendrar desses temas é o próprio traço da consciência classe

média, Roberto Carlos emerge como verdadeiro portador dessa consciência. Então a "alienação" da obra de Roberto Carlos no confronto ideológico, resulta menos em consequência de si própria do que na impossibilidade da realização duma canção "participante" não imobilista. Na verdade o conflito de sua obra reside no fato dela ser ao nível da canção um reflexo do que somos, e não do que pretendemos ser tal como a canção participante, sua pretensa superação que mostrou ser uma ilusão conformista. E como passo para a compreensão e transformação do fato musical não bastará rotulá-la como alienado.

Se o valor da canção "participante" se dava na embriaguez dos grandes feitos históricos nos desobrigando duma resposta, Roberto Carlos solicita uma resposta imediata e próxima ao seu tema central: o afeto. Que é enfim um tema presente na música popular brasileira. Só que nunca pertence ao jovem, duma maneira tão direta, numa história que tematizou funcionários públicos adúlteros, dores de cotovelo e amantes difamadas. De sua obra jovem pode-se dizer que era ingênua, mas não que ela veiculava a sublimação da consciência afetiva classe média. Nesse nível ela assumia muito mais uma transgressão juvenil que uma integração às normas efetivas vigentes. Mesmo nas músicas em que aparece uma oscilação entre a transgressão e a oscilação, o contraditório está sempre presente.

Como essa contradição não é problematizada, ela vai aparecer ao nível da constatação, não menos verdadeira. Como nas canções que dizem: "Eu sou do tipo/ que não gosta de casamento/ e tudo que eu faço, falo / é fingimento...mas sei que gosto/ de garotas me rodear/ eu gosto de beijar/ depois então me mandar..." (*Lobo Mau*), ou: "Eu vivo num dilema/ não sei como parar/ eu tenho um problema/ minha vida é beijar/ eu beijo qualquer garota que vier... porém modesta a parte, meu beijo é diferente/ se para um dia ou dois, dói-me o coração/ então eu beijo, beijo, beijo" (*Terror dos namorados*) e também "Eu pego uma garota/ e nela dou um beijo com empolgação/ do beijo sai faísca e todo mundo grita/ que o fogo pode pegar/ nem bombeiro pode apagar/ o beijo que eu dei nela assim/ nem bombeiro pode apagar/ garota pegou fogo em mim/ sigo incendiando bem contente e feliz/ nunca respeitando o aviso que diz: que é proibido fumar" (*É proibido fumar*). Uma música que talvez melhor exprima uma das circunstâncias de suas canções diz: "Você passou por mim/ sem dar-me atenção/ mas logo percebi que para mim/ seria o fim de uma solidão/ o carro acelerei/ depressa alcancei/ dizendo logo alô eu acenei/ com ar de moço bom/ você está tão-só/ sozinho eu estou/ que tai irmos por aí a passear/ sem nada comentar/ no carro ela entrou/ e com o seu pezinho bem depressa acelerou" (*Ar de moço bom*).

O que se notava em suas letras era o retrato do ideário juvenil classe média. Ele não pretendia transformar a sua consciência de classe, e com isso transformar a organização social, mas apreender parte dela que refletisse a condição do jovem ao apelo de uma indústria de consumo que era parte integrante do processo sócio-econômico brasileiro. Seus objetos e circunstâncias não eram platônicos e irrealis, tinham uma presença objetiva no social. E duma certa maneira ele ainda acompanha cronologicamente a geração para qual começou a cantar e as marcas que ela produz. Efetivamente não existe um paradoxo no fato de agora cantar um tema como a preocupação ecológica. Nada mais coerente, para alguém que daqui a alguns anos provavelmente vai se dissolver na figura de um seresteiro.

Atualmente sua popularidade, apesar da diluição do mito, não pode ser mais identificada como um fenômeno estritamente vinculado à classe média. O modo transversal com que suas músicas atravessam o corpo social, aderindo a diversas classes sociais, expressa de um modo geral a captação que faz dos fatos culturais que se dão no imaginário do meio urbano. Espaço onde os fatos se desamarram de sua especificidade e circulam duma maneira dispersa e superficial. Usando uma metáfora poderia se dizer que suas músicas tocam na sala de estar mas também são escutadas no quarto de empregada. Roberto Carlos percebeu nesse espaço um eixo que une as diferenças.

O que importa afinal não é resgatar ideologicamente Roberto Carlos, mas mostrar que o espaço do confronto ideológico, se mostrou frente ao mito incapaz de dissolvê-lo. Ante a possibilidade desmitificá-lo, colocando-o no processo musical brasileiro, novamente foi mitificado. É sintomático que apesar da sua presença se dar há mais de 10 anos, ainda hoje seja recalcado como piegas e artificial. (Paulo Venancio Filho)

As canoas descem o Juruá

No dia 17 de agosto de 1977 o padre Egydio Schwartz, ex-secretário geral do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), saiu numa pequena embarcação do porto de Manaus, rumo ao Acre. Durante 26 dias, descendo vagarosamente os rios Solimões e Juruá, verificou a situação em que vive o povo, particularmente os índios e seringueiros. No mês passado, de passagem pelo Rio rumo à Europa, padre Egydio nos entregou o relato de sua viagem — um documento de 46 laudas — “para que vocês aproveitem com inteira liberdade”. O texto abaixo é um resumo parcial desse relato. Com sua divulgação esperamos abrir no Beijo espaço para a publicação de outros documentos do mesmo tipo, e o mais importante: mostrar o trabalho de uma novatendência do clero que tem se caracterizado por uma linha de atuação mais esclarecedora e polêmica do que a ação geralmente diplomática de outros organismos hierárquicos da Igreja. (Genilson Cezar)

(1) As ilustrações foram retiradas de trechos não utilizados do relato.

Da boca do Juruá até Cruzeiro do Sul, há ainda 205 seringais abertos. Há muitos desses seringais que estão arrendados, mas pode-se dizer que a maioria ainda vem sendo administrada pelos seus proprietários. Isto é algo de incomum na região Amazônica. Pois em outros rios, os seringais, em sua maioria estão ou arrendados, ou já foram alienados a grupos empresariais, que lhes deram completa nova feição administrativa.

Embora os proprietários desses seringais unanimemente teimem em afirmar aos visitantes e sobretudo aos seus seringueiros que os métodos de administração estão hoje totalmente mudados, em comparação daqueles dos tempos dos “coronéis de barranco”, deve-se no entanto negar isto. Se as táticas mudaram, os métodos continuam os mesmos. Procedeu-se a uma recauchutagem ou reciclagem, deu-se um invólucro novo a uma velha mercadoria.

O seringueiro, ontem como hoje, é estrangulado através do sistema de aviamento; raramente recebe pagamento em dinheiro até um seringalista me afirmava que encontrou seringueiros que nunca viram dinheiro. O relacionamento humano entre seringueiro e seringalista continua o mesmo, e é de inimizade...

A questão toda está na manutenção de um sistema doente, de exploração de um lado e de paternalismo de outro. A exploração através das mercadorias e o paternalismo são os dois pés doentes do sistema de extração da borracha.

Entretanto, foi aí no Juruá que encontrei pela primeira vez uma humilde tentativa de superação desse sistema. O seringalista Francisco dos Santos, vulgo Miúdo, do seringal Águia, Mun. de Carauari, após sucessivos fracassos dentro do velho sistema, iniciou a partir do princípio desse ano de 1977, um novo sistema de administração do seu seringal. Ele próprio, possivelmente, não atinou ainda com a mudança real introduzida no seu seringal. “Em 1973 — conta ele — recebi um bom financiamento do Banco da Borracha e conseqüentemente adiantei muita mercadoria para os meus seringueiros, mas o resultado da produção, ao contrário do que esperava, baixou muito. No final do ano, a maioria dos seringueiros me estava devendo. O mesmo sucedeu em 1974, 1975 e 1976. Premiado pela situação financeira do seringal, mudei agora de método. Ao invés de adiantar mercadorias ao seringueiro, comecei a pagar-lhes diretamente e na hora a borracha deixando que eles façam o que queiram com o dinheiro e que comprem o que quiserem, e onde quiserem.

Resultado: Vou ter um bom saldo este ano. Os seringueiros já reclamam menos.

A maioria terá saldo. Compram onde querem, o que corta muitas insatisfações”.

Embora haja queixas justas contra seu Francisco por motivo de exploração de pessoal em outro campo, achei por bem registrar esta experiência que abre uma nova perspectiva para a administração dos seringais. Dá chance para superar o paternalismo e abre para o seringueiro uma boa brecha para superar a exploração tradicional exercida pelos patrões através do sistema de aviamento. E se a exploração nos prelos das mercadorias continua acontecendo por fora, através de outros seringalistas e marreteiros, o seringueiro tem pelo menos a possibilidade de começar a enxergar melhor onde é que se localiza a exploração e se sentirá responsável pela sua superação.

De modo geral, pode-se dizer que qualquer mudança que se introduzir nos seringais, vai chegar tarde. Os seringueiros estão desanimados e levaria anos uma readaptação dos mesmos a um novo sistema. Por outra parte a atração que a cidade exerce sobre o seringueiro e todo o homem do interior amazonense está sendo irresistível. Diariamente famílias descem o Juruá à procura de um novo futuro da cidade. Nos seringais e nas praias, encontram-se homens trabalhando deveras de uma maneira sobre-humana. O objetivo desse esforço é sempre poder um dia “tentar a sorte na cidade”.

A situação histórica de organização interna dos seringais, também difundiu na Amazônia um machismo desenfreado.

Toda a mulher que aparece no seringal é objeto de análise, de comentários jocosos. Os homens a cercam imediatamente com sofreguidão, com preocupação, com “interesse”... como se cerca um bicho estranho. Nas embarcações, nas cantinas, nas colocações e nos barrancos dos rios reina esta atitude estranha. A mulher é freqüentemente vista mais como instrumento de prazer do que companheira, esposa ou irmã. Esta atitude contrasta visivelmente com a hospitalidade, com o carinho e o respeito do seringueiro em sua casa.

Acontece, porém, que a estrutura dos seringais preparou um ambiente que impossibilita a muitos seringueiros o casamento. Esta estrutura seguiu e segue interesses estritamente capitalistas. As preocupações sociais e familiares sempre foram reledas a segundo plano, ou nem consideradas. A exploração dos seringueiros através do sistema de aviamento impossibilitou o homem de sustentar com o saldo da borracha, de maneira digna, uma família. O resultado foi a presença de uma popula-

ção masculina francamente majoritária. Até hoje a força de trabalho formada de solteiros é muito grande nos seringais. Por outra parte, nas famílias seringueiras, os homens trabalham desde pequenos para o patrão, enquanto as mulheres sustentam a família, através da lavoura e da pesca. Isto prejudica, porque deprime psicologicamente o homem diante de sua própria família.

Outro fator que pode ter influído neste “machismo” foi a adoção de uma maneira aberrante e em circunstâncias totalmente diversas e a situação da mulher na sociedade indígena da Amazônia.

Percebe-se hoje que no Juruá as mulheres são realmente mais conscientes sobre a gravidade dos problemas sociais do que os homens. Isto se deve possivelmente a dois fatores: 1) a estrutura dos seringais domesticou os homens de tal forma que se acostumaram a trabalhar mais para os patrões do que para si e sua família. 2) as mulheres é que contribuíram mais para o sustento da família no dia-a-dia, através da lavoura e do peixe; agora subitamente a empresa pesqueira e os grupos empresariais com seus projetos, vêm respectivamente, roubando o peixe e obstaculando as lavouras de subsistência. Assim, as mulheres se vêem privadas do dia para a noite dos meios de subsistência da sua família. Desta forma, enquanto os homens assistem freqüentes vezes, em silêncio, à fuga do peixe, entre as mulheres ergue-se um clamor geral contra os pesqueiros. E se hoje quisermos ter uma visão autêntica e humana das dimensões do problema social do Juruá, devemos recorrer sobretudo às mulheres. Elas, sem dúvida, enxergam com mais nitidez.

Para o enfrentamento das grandes urgências na Amazônia talvez se devesse recorrer ou buscar inspiração na situação amazônica pré-jurupariana, isto é, ao tempo em que as mulheres mandavam...

A realidade Indígena no Médio e baixo Juruá e Solimões dividimo-la em duas: *Índios destribalizados* e *dos que ainda vivem organizados em comunidades*.

Dado o pouco tempo que tive para fazer a pesquisa, só posso deixar algumas referências, sem dados muito precisos, além de sua localização.

1. Destribalizados

Os encontramos em todas as cidades visitadas. Com mais freqüência nas cidades do Solimões.

Em Coari, quando estive à procura de um jovem que se acabara de transferir das missões do Alto Rio Negro para aquela cidade, em uma hora e meia de contatos, localizei 29 indígenas da tribo Cocama.



"As brancas umbaubeiras contrastam com os escuros ingazeiros"

A situação desses indígenas destribalizados é de exílio. Apesar de sua dispersão lembram-se constantemente de sua terra de origem: da geografia, dos peixes, da caça e sobretudo do seu povo distante. Mesmo distante da terra e do povo, e dispersos em cidades onde são discriminados e explorados, vivem na clandestinidade e em união. Comunicam-se frequentemente entre si e se conhecem mutuamente, visitam-se nos diversos bairros da cidade em que estão espalhados.

Diante do povo da cidade escondem a sua identidade indígena. Desejam os seus filhos batizados e o batistério (atestado de batismo), como equivalente a uma carteira de identidade que os leva ao status de branco. No que toca aos padrinhos seguem na cidade o costume do tempo em que moravam no interior, isto é, escolhem o patrão ou o comerciante que mais os explora, para compadre ou padrinho de seus filhos.

Nos seringais do Juruá vivem muitos índios dispersos e destribalizados, assim também, nos seringais de Petrópolis e Óbidos de José Tavera; no seringal Nova Sorte do Sr. Raimundo Farias e no de Gavião de Da. Maroca.

Quanto aos Grupos que ainda vivem em comunidade: há um Grupo de Tikunas próximo à fôz do Purús; índios Makus, na região do Rio Boa-Boá; diversos grupinhos de Culina nos Municípios de Juruá e Caravari. No Ria Xirú há, segundo diversas informações, pelo menos 2 núcleos de índios Culina. Mais de 100 deles estão trabalhando para o seringalista Vicente Tavera; 300 Kanamaris no seringal Três Unidos; um Grupo de Kaxinavá, no alto do Rio Gregório e vários pequenos grupos de Culina espalhados em Igarapé.

De todos os grupos indígenas, acima referidos, apenas um tem assistência e presença, o de Três Unidos, assistido pela Missão americana New Tribes. A FUNAI não tem nenhuma presença em todo o Juruá.

Em toda a região visitada os preconceitos contra os índios são generalizados. Eles se exteriorizam através de estereótipos, tais como: "Esses caboclos são uns vagabundos", "não querem trabalhar", "gostam e de beber cachaça", "vivem bêbados", "roubam tudo", "são sempre favorecidos em tudo", "são ladrões", "são ladrões", "são assassinos", "matam as pessoas à toa"...

do mais, o tratamento dispensado em geral ao índio é de se prevalecer sobre ele. Enquanto qualquer reação do índio contra o branco por mínima que seja, é descrita com a máxima crueldade e permanece na história, em toda a região.

Tudo isto preparou um ambiente de aversão, de violência e de ódio contra os indefesos grupinhos remanescentes de índios. Não tanto contra aqueles que já se submeteram totalmente ao branco, abandonando a sua cultura e tribo, quanto contra aqueles que ainda vivem reunidos em grupo.

Seringal Caitetu, arrendado a Antonio Rufino. Colocação Arara, Rio Juruá. Há ali uma pequena aldeia de índios Kulina. No dia 23 de agosto de 1977, o menino Francisco Messias, de 8 anos, acompanhado de seu irmãozinho menor, apareceu na colocação dum indivíduo de nome Norivaldo, moço de seus 20 a 30 anos, filho de Zelão do Igarapé Itucumã. Os dois índios pediram comida. Norivaldo atalhou o pedido dos meninos com brutalidade, dizendo que não dava comida a caboclo. Como, porém, Francisco insistisse, Norivaldo, dirigindo-se às testemunhas, disse: "Vou dar um tiro nesse caboclinho! Vou matar ele!" e já foi erguendo a arma (chumbeira Cl.16) e puxando o gatilho. O menino tentou fugir, mas a carga o atingiu na nuca, saindo no lado direito, abaixo do queixo. Francisco caiu gritando. Norivaldo aproximou-se e deu-lhe uma violenta coronhada na testa para acabar de matar o menino e lamentava: "Pena que não tenho um terçado (facão) para cortar o pescoço desse caboclo! "Achando que com a coronhada tivesse liquidado o menino, pegou-o pelas pernas como se pega uma animal abatido, e jogou-o na mata próxima.

Entretanto, o irmãozinho horrorizado conseguira fugir e foi avisar os pais e a comunidade Kulina. Estes vieram buscá-lo. Levaram-no numa longa viagem de canoa até a sede do seringal mais próximo, o seringal Juanico, e daí para a cidade de Juruá (Caitau). Dali foi levado, no dia 25 de agosto de 77 à tarde, para Fonte Boa.

Acontecimentos desse tipo são apenas a consequência de um ambiente de aversão, violência e ódio generalizado e gratuito, que se espalhou por toda a região. Tudo de mal que sucede é causado pelo índio. E as pessoas não conseguem objetividade para analisar cada acontecimento tranquilamente, em toda a sua verdade.

Observei, por exemplo, a reação de um grupo de pessoas, dum seringal próximo à cidade de Juruá (Caitau), quando uma pessoa contava a história acima relatada. Ainda não havia acabado a narração, quando um seringalista concluiu prematuramente e com voz convincente: "Está vendo, padre, é como digo: nesta terra só o caboclo pode fazer o que quer e nada lhe acontece. Não tou dizendo? E agora

ainda estão falando que tem esta FUNAI para proteger os índios!" Como quem não entendeu a lógica da observação perguntei ao seringalista: "O que foi que fez o índio?" "Não sei! — respondeu ele. — " De certo andou roubando roça (macaxeira). Eles roubam tudo. Andam aí pelo rio para cima e para baixo e quando encontram uma colocação abandonada ficam ali, até acabarem com a roça. Esses índios são uns preguiçosos, uns vagabundos! Não querem trabalhar. Não sei porque o Governo não dá jeito. Eles têm que desaparecer daqui. Não sei porque não os acabam de uma vez! Deveriam pelo menos levá-los à cidade, ensiná-los a trabalhar ali nas fábricas, educá-los!"

Tratava-se de um jovem seringalista que saiu recentemente da escola de padres de Manaus. E, tanto ele, quanto a sua esposa, faziam questão de me dizer que pertenciam ao grupo jovem de uma paróquia daquela cidade... Assim até a violência que o índio sofre por parte do branco lhe é atribuída, como se fosse uma barbaridade do índio contra o branco. Em verdade, por diversas vezes tenho visto esta atitude de violência totalmente gratuita contra as comunidades índias.

A situação dos prefeitos de todo o Juruá e Solimões é constrangedora. Para se elegerem foram obrigados a fazer uma porção de promessas ao povo. Outras vezes, receberam até dinheiro da Nação para adquirirem inutilidades, tais como, camisetas, bolas etc., para com elas comprarem eleitores. Na verdade, uma vez eleitos, estão hoje aí, nas mesmas condições do povo amazense: expectadores de um processo desenvolvimentista, que não está em suas mãos. Ou até pior, são "forçados" a compactuar das ações contra o povo e que por vezes, estrangulam até a capital do município. Assim o ex-prefeito de Eirunepe, doou a COMARA — Comissão Aérea da Região Amazônica — o terreno que estava ocupado por mais de 60 famílias de agricultores. É bem provável que tenham sido forçosamente levado a este gesto. Aquele grupo de colonos era exatamente aquele que abastecia de víveres a cidade. Em consequência de sua expulsão, simples e pura da área, Eirunepe está hoje passando fome, conforme me informou o próprio prefeito da cidade.

Um colono remanescente se nega a sair sem receber antes a indenização que lhe é devida por justiça. (Todos os demais já saíram sem receber nada.) O seu terreno, entretanto, já foi invadido por todos os lados. A sua casa está no alto de um terreno, tendo o Caterpillar da COMARA desaterrado todo o chão em volta. Há ali uma bela igreja de alvenaria, como

"Enquanto os uaxinins roiam o último ouriço de castanha"

marco de denúncia da injustiça cometida no local. As 60 famílias de colonos expulsas encontram-se na cidade e caminham hoje diariamente de duas a três horas, para chegar às suas novas lavou- ras, para as quais não têm garantia alguma. Enquanto o povo e as próprias autoridades do interior amazense se vêem a braços com o problema fome, as raras notícias que lhes chegam do resto do país só noticiam o grande desenvolvi- mento da Amazônia; a aprovação de grandes projetos pecuários, de mineração, agrícolas e industriais pela SUDAM e, conseqüentemente, favorecidos por incen- tivos fiscais, ou seja, por dinheiro público.

A única notícia notável que o Prefeito de Codajás me pôde fornecer sobre as perspectivas do desenvolvimento do seu Município, foi a promessa que obteve recentemente do Governo da instalação de um repetidora de TV.

Em toda a região visitada a Igreja está deveras num clima de revisão e mudança de seus métodos tradicionais de trabalho. Esta mudança vem favorecer muito uma mentalidade nova e uma atitude mais fa- vorável aos índios, ou de modo geral à classe oprimida. Tradicionalmente a Igreja tem-se aproximado mais dos patrões que dos seringueiros e índios. E nas amplas residências dos seringalistas, por vezes ver- dadeiros palácios feudais, como no serin- gal Cabiú, Petrópolis e outros, é que se reunia o povo para as celebrações da missa. Até hoje normalmente essas sedes de seringais ainda fedem de religião cristã, com seus santos, com seus quadros de papas, e até com retratos de filhas freiras, com seus quadros dos Sagrados Corações, nas paredes, mas normalmente, ontem como hoje, não se crê ali em Deus e na sua justiça. A exploração do homem índio e seringueiro está na ordem do dia. A presença tradicional do padre nos serin- gais, via patrão, ainda custará a ser defini- tivamente superada. É um processo lento que não pode ser conduzido apenas pelo padre. O povo foi domesticado ao ponto de não entender mais outro tipo de pre- sença de Igreja.

Pessoalmente não tenho conseguido resistir mais de duas semanas à pressão da tripulação e dos passageiros, também dos pobres a armar a minha rede no meio de- les. Fui com o correr da viagem "empur-

do delegado de polícia, com a cobertura do Prefeito Municipal. O tratamento aos presos foi de tal brutalidade, que alvoro- çou toda a população da cidade, que nas ruas ouvia os seus gritos. Um paroquiano do Pe. Bernardo, Sr. Manoel Campelo, foi igualmente preso, sob a acusação de "comunista", por motivo de sua ligação com o Pe. Bernardo. Acusavam-no de estar amando 50 homens para irem a Carauaria libertar o padre.

Em Caitaú (Juruá), Pe. Adriano, já velhinho, procura também acompanhar a nova dinâmica da Prelazia. Atento aos acontecimentos do povo, ele acompanha de perto a situação dos índios e seringuei- ros oprimidos. Foi ele quem primeiro me informou da violência contra o menino índio Francisco Messias, relatada acima, e interessou-se por um transporte rápido que levasse o menino ao hospital.

Pe. Guilherme, ex-professor de Teolo- gia Moral, num Seminário Maior da Holanda, é hoje a figura mais popular do médio Juruá, onde há 9 anos é vigário de Itamarati. Organizou uma pequena coope- rativa de consumo, que vem diminuindo muito a exploração da população da re- gião.

E com o seu "Jornal de Itamarati" se faz presente em toda a paróquia. Através dele, Pe. Guilherme e colaboradores do povo dão notícias as mais diversas sobre os mais diversos assuntos e ocorrências da região, do País e do mundo. Dá orienta- ção religiosa, familiar, e sobre questões de terra e dos índios. Notícias sobre os últi- mos acontecimentos do Brasil: política, economia, saúde. Notícias da Igreja do País: Preocupações dos bispos, suas decla- rações e os problemas da igreja e do povo de Deus no Brasil. O "Jornal de Itamarati" conta a história da Vila de Itamarati, que já foi cidade, mas cujos direitos de cidade foram cassados pela Revolução de 1964. Não falta a seção de humor e que- bra-cabeça no "Jornal de Itamarati".

A vila realmente existe por causa da presença da igreja ali. Talvez esta até fosse uma presença demasiadamente assisten- cialista. Pois hoje todas as obras públicas exceto CELETRAMAZON são iniciativa da paróquia: escola, fundada há 18 anos; igreja; trapiche de 70 metros de comprimento; ponte sobre um igarapé próximo à vila; a paróquia forneceu gratuitamente

"Nos brejos ainda pipilam tardios patinhos-de-igapó"

rado" para um camarote. A dificuldade de se ser, como padre, gente, povo, irá ainda muito longe no Juruá!

Verifiquei um grande espírito de trans- formação e mudança dessa situação, tanto na Prelazia de Coari, quanto na de Tefé. Sobretudo nesta última reina uma anima- ção muito grande e um espírito novo sopra atingindo toda a Prelazia. Na sede funciona um centro de pastoral com in- tensa participação de leigos e que dina- miza muito toda a pastoral da Prelazia.

Este espírito novo já começa a ter os seus resultados positivos e também as suas conseqüências dolorosas...

Assim em março de 1976, o Pe. Ber- nardo Coursol, vigário de Carauari, no Juruá, foi preso durante dois dias e trata- do como subversivo e comunista por ter feito na igreja um comentário contra as torturas que estavam sendo infligidas (choques elétricos...) a presos por ordem

durante oito anos luz pública nas ruas; centro social; cooperativa de consumo; incentivo à criação de gado; orientação para a plantação de café e arroz; máquina de arroz e engenho de cana; a defesa do povo contra as arbitrariedades e explora- ção dos patrões e financiamento para os trabalhos de um furo no Rio Juruá, a 20 metros da Vila e que possibilitou encurtar meio-dia de viagem Itamarati-Manaus. O furo se iniciou há cinco anos e se comple- tou neste ano de 1977.

Entretanto, este passado assistencia- lista em que a Igreja de Tefé abria escolas, hospitais e todo o tipo de obras públicas, está sendo lentamente superado. Pe. Bernardo, de Carauari, sente que esta supe- ração é dolorosa, "porque o povo se vi- ciou também com as nossas obras".

Em meio à pastoral das obras mate- riais, é evidente que o índio nunca teve vez. Algum raro missionário sentia o pro-

blema com angústia. Assim se lê, p. ex., no diário da Paróquia de Itamarati de 28 a 29 de abril de 1959: "Passei o mês de abril só, porque Pe. José faz a desobriga no Cheruan pela primeira vez. O padre visitou os índios da 1a. maloca. Eles são muito maltratados pelos comerciantes. Por ser muito mais longe não visitou a outra maloca. Pe. José batizou 28 índios. Voltando trouxe ele um Cearense que já morava há 9 anos na maloca..."

23/08/59 — "Em agosto Pe. José deu outra viagem para o Cheruan. Mais para facilitar umas mercadorias para os índios."

Depois que o Pe. José foi transferido, se silencia sobre os índios, até a vinda do Pe. Guilherme. Pe. Guilherme retomou inicialmente uma pastoral tradicional dos índios. Mostrou-me uma lista de índios batizados. Conta ele que um dia, tendo acabado de batizar um índio, este exclamou: "Agora fiquei homem!" — Isto lhe chamou a atenção de que o batismo para o índio tem apenas um significado de status de homem branco, ou de "civilizado". Hoje, Pe. Guilherme situa-se perfeitamente dentro das linhas de ação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Através de seu "Jornal de Itamarati", publica constantemente depoimento dos índios de País e notícias da pastoral indigenista que contribuirão muito para uma mudança geral nas atitudes e na mentalidade do povo da região, para com as populações indígenas.

A atitude da Igreja de Tefé, no sentido de caminhar rumo ao povo, contrasta profundamente com o que vi na Praça do Congresso em Manaus, no dia 12 de agosto de 1977. Arcebispos, Bispos, padres e irmãs, empenhados durante os festejos do centenário da Catedral daquela capital amazonense, numa calorosa campanha política ao lado da burguesia decadente. Mensagens de banqueiros, militares, policiais e firmas, congratulando-se e aliando-se. Uma das mensagens, elaborada e assinada pelo próprio cura da Catedral, aproveitou uma reunião de cúpula dos banqueiros da região amazônica e comparava — aliás com muito acerto — o significado dos festejos do centenário da Catedral com a reunião de cúpula dos banqueiros da região. Reminiscência histórica profunda, significativa e tristemente verdadeira!

**"Já começam,
porém,
os sapos
a coaxar e
os cuandus,
os ratos,
as catitas..."**

A grande empresa

Há por enquanto as seguintes experiências de estabelecimento da grande empresa na região:

No Solimões:

(Não me foi possível levantar todas as firmas que atuam no Solimões. Por isso a relação abaixo é bem incompleta).
GRUPO COMERCIAL E INDUSTRIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA. Em Codajás, Mun.de 22.899 km². A firma pertence aos Srs. Oscar Martinez e filho, José Carlos Martinez, do Estado de São Paulo. Adquiriram toda a região do Lago e Rio Piorini e do Lago Badajós. Aproximadamente 2/3 do Município. Embora tivessem feito (e pretendem fazer mais) apenas 50 ha. de derrubada de castanhal, seu principal objetivo imediato é a exploração da madeira de lei. No momento estão instalando uma grande serraria em Codajás.

Este novo tipo de progresso acontece tão alheio à região que o próprio Prefeito de Codajás não sabia o nome dos proprietários da firma que adquiriu há algum tempo 2/3 do território municipal e para me fornecer o nome do grupo foi preciso que consultasse documentos do Município. Pelo interesse do Prefeito se pode avaliar os "benefícios" que tais grupos irão, em verdade trazer à região.

Em Coari há diversas madeiras grandes em ação: Madeira Brasil, A.S. Guedes, Nachgue, Benedito Goes, Vasques, sendo a principal a M. Brasil. Fomos informados que ela está no momento passando ao grupo CIECS. O controle da exploração da castanha na região amazônica está sendo mantido pelas firmas I.B. SABA e CIECS, conforme as informações que pudemos obter em Coari.

No Juruá:

No Mun. de Caruari vem atuando dois Grupos:

1) APLUB — que adquiriu 3 seringais abaixo de Caruari, todos na margem esquerda do Juruá: *Sta. Rosa*; *São Sebastiãozinho* com o Ig. Paranapixuna; e *Gavião*, este confrontando com a cidade de Caruari. É na velha sede deste seringal que a APLUB está iniciando o seu projeto. Mantém 3 helicópteros, construiu uma estrada de aproximadamente 10km. ligando Gavião a Caruari. Em construção um campo de pouso. As informações que obtivemos dão conta, que a Firma pretende instalar ali serraria e fábrica de papel.

Quanto aos métodos de implantação desde projeto, são os mesmos de outras áreas amazônicas sob o controle da SUDAM:

— Os proprietários raramente aparecem ou são totalmente desconhecidos na região;

— O gerente do projeto tem a responsabilidade do andamento do projeto, mas nada tem a ver com o bem-estar social, físico e econômico do homem que trabalha no projeto. No caso uma centena de peões;

A responsabilidade desses peões está entregue a subempreiteiros, denominados na área Amazônica de "gatos". Estes normalmente pagam como e a quem quiserem;

— Aos antigos moradores da região ou posseiros são proibidas inicialmente as novas roças ou lavouras. Nas antigas se estabelecem obras do projeto, casas, depósitos. Assim se tem motivos de depreção (bananais e lavouras...). A APLUB liquidou assim os melhores bananais de abastecimento de Caruari. E forçaram desta forma os posseiros a sair da área;

— Os peões mal-pagos e longe das famílias, quando não impedidos de ter família pela ausência de contato social, começam a desafogar-se e a trazer novos problemas à cidade e à região aumentando os já existentes: fome, bebedeira, destruição da caça e pesca.

Desta forma para o povo da região começam a ser vistos como a praga que origina todos os males. Assim como para os peões, "gatos" e gerentes, da Firma, os posseiros e índios são a origem de todos os males.

EMPREENDEMENTOS FLORESTAIS JAPURÁ LTDA. (mais conhecida por Madeiras Morais) A empresa adquiriu 4 seringais acima de Caruari:

— *Marari* com o lago Sta. Clara;

— *São Romão* com o lago Sta. Clara;

— *Bom Fim*, todos na margem direita do Juruá;

— *S. Sebastião*, com o lago S. Sebastião, na margem esquerda do Juruá. Corresponde a umas 15 praias ("Praias" e "estirões", são a medida que o povo usa para medir as distâncias pelo rio) do Rio Juruá.

O interesse das Madeiras Morais por enquanto é apenas a exploração de madeira de lei. Como o projeto não está ainda em seu ritmo normal, também os métodos são, até o momento, bem diversos dos de um projeto aprovado pela SUDAM em franco andamento. Aqui há apenas pequenas equipes de trabalhadores diretamente a serviço de um gerente da Firma, um austríaco, conhecido na região pelo nome de Dr. Rutinik. Ele vem, pelo visto, tratando muito bem os peões, os quais o elogiam sobremaneira. "Rutinik", certamente terá no futuro quantos trabalhadores desejar. Com os seus métodos de tratar os peões, animando-os seja quanto ao salário, seja quanto ao rancho e lazer, irá derrotar qualquer seringalista da região.

O tipo de tratamento que o "Dr. Rutinik" dispensa aos trabalhadores é para um seringueiro, sempre explorado, deveras tentador. Em verdade, se trata de uma fugaz tentativa que mudará tão logo, os seringalistas estiverem derrotados e a Firma necessitar de centenas de peões para a exploração de madeira e outros objetivos que tiver na área e não mais tiver a direta responsabilidade dos seus peões.

No Caitetu, pouco acima da Caitaú, estão sendo feitas pesquisas de petróleo, por parte da PETROBRÁS, conforme informações que nos foram fornecidas na região.

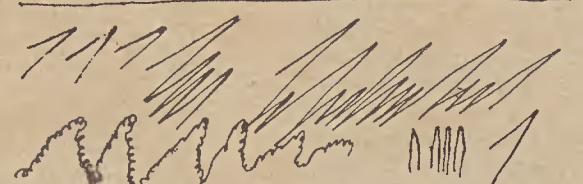
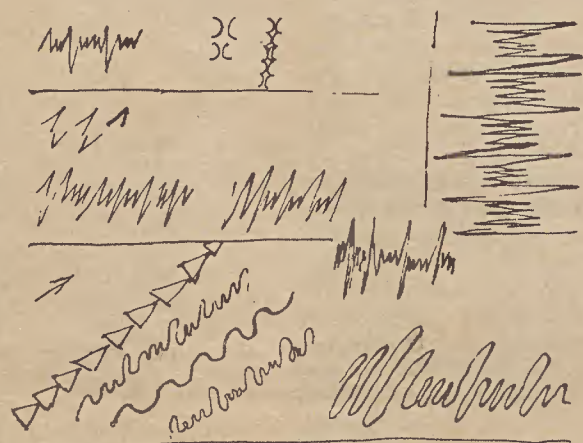
ensaios de psicose experimental

"As drogas nos aborrecem com seus paraísos Que nos dêem em vez disto um pouco de saber. Não somos um século para paraísos".

A publicação de textos do poeta belga Henri Michaux no espaço deste jornal é discutível, é pra se discutir. Retirá-los do contexto dos livros — no caso, cada um tinha até certo ponto objetivo específico: o relato e a reflexão sobre determinadas experiências — e atirá-los à dispersão da imprensa, extraí-los de seu corpo original e desmembrá-los nessa máquina de mil braços, o que pode significar, que efeitos pode produzir? A palavra divulgação não explica nem justifica nada nesse sentido. Apenas sublimaria o rapto que se está praticando, as torções a que se está submetendo os textos. Também, é claro, não existe o problema de alguma pureza a ser preservada. Os sentidos originários há muito já perderam o sentido. Trata-se talvez de uma dificuldade de registro: como passarão a agir esses trabalhos transportados para outro espaço de leitura, regidos por outros códigos de leitura, muito diversos daqueles ligados ao livro, ainda mais aos livros de um poeta dito difícil? O que restará das singularidades poéticas ao choque com essa objetividade múltipla e fragmentada que é um jornal? A questão, afinal, pode ser a seguinte: qual será a materialidade cultural ou ideológica desses textos neste espaço?

No meio dessa discussão, assumo os riscos de traduzir (precariedade) e fazer publicar trechos de três livros: *Connaissance par les Gouffres*, *Les Grandes Épreuves de L'Esprit* e *Misérable Miracle*. Não há o que dizer aqui sobre a operação poética de Michaux, espero que os leitores cuidem disso. Acho que podem produzir efeitos interessantes, aplicando um corte transversal no debate ideológico em torno de dois temas que estão entre os mais insistentes na imprensa atual: o tema das drogas e o da loucura. Há por assim dizer uma onda de liberação (pelo menos uma retórica) a seu redor, acompanhada por refluxos de repressão e interdição. Pode-se até acompanhar o seu progressivo ingresso no campo da moralidade do próprio senso comum. Circulam opiniões contrárias, feticizam-se certos conteúdos, formam-se espécies de partidos informes, investe-se cada vez mais afeto coletivo nessas questões. Com certeza, tornaram-se muito menos rarefeitas, muito mais materiais e cotidianas.

A intervenção dos ensaios de psicose experimental de Michaux nesse debate pode ser elucidativa, porque mais alucinativa e mais explicativa. Ela se passaria à margem da imediatidade opaca desse debate não somente por procedê-lo (Michaux é hoje quase um octagenário e suas experiências começaram ainda nos anos 50) mas sobretudo por ultrapassá-lo em seus estreitos limites sensíveis ou moralizadores. Nada há de pró ou de contra, de bom ou mal, de isso ou aquilo nesse trabalho. O que há é um processo de exploração aguda das complexas articulações que envolvem subjetividade e objetividade, das incessantes, instáveis e contraditórias atividades que se escondem por trás dessa totalidade a priori o Homem. A questão é como ler e situar esse processo. Seria ingênuo tomá-lo como operação de conceito, como ciência, esse trabalho está limitado pela experiência empírica de um indivíduo, está moldado pela ideologia de produção de um escritor. Mas seria fácil demais recuperá-lo como poesia, aventura estética, e assim isolá-lo como delírio da genialidade, irrealizá-lo em nome. Esse processo é um caminho ambíguo, foi descoberto e mantido numa tensão constante entre o desconhecido e a descoberta. É preciso lê-lo nessa tensão. (Ronaldo Brito)

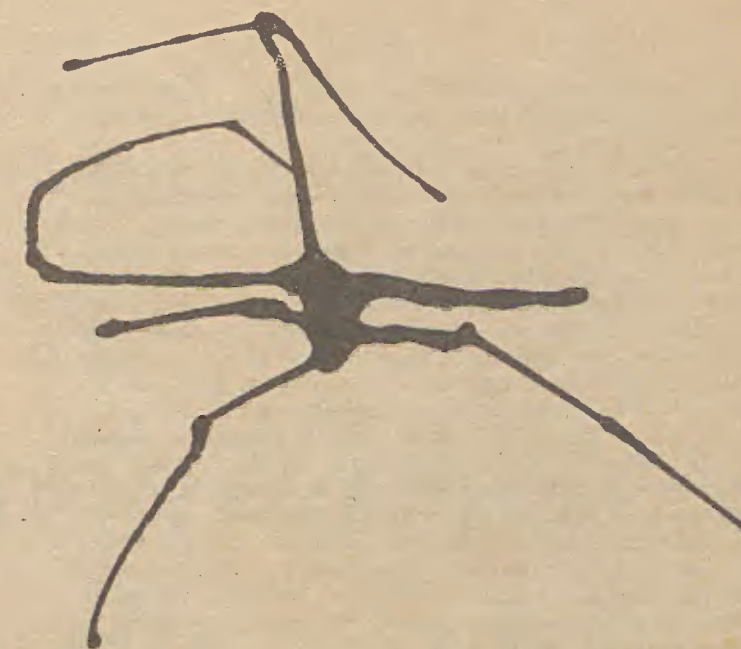
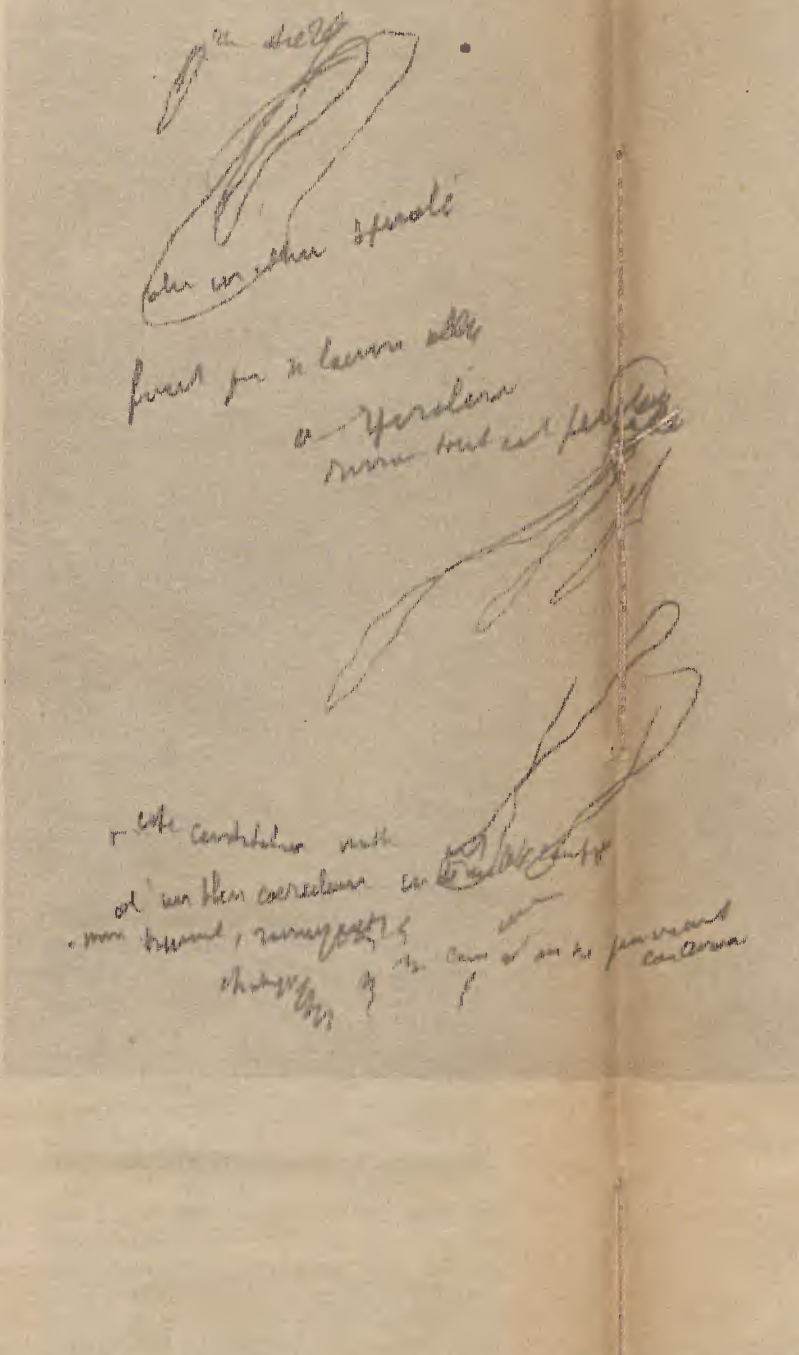
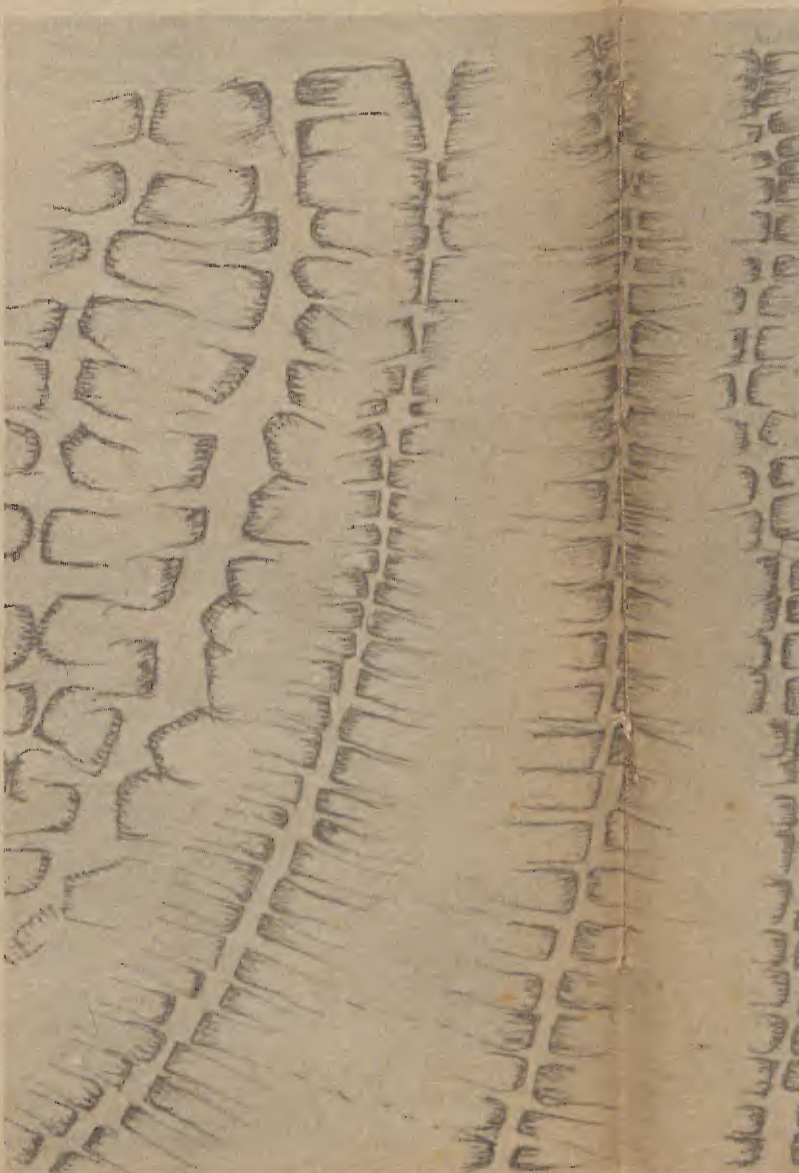


Vibrations et formes élémentaires qui soutiennent la plupart des apparitions et poussent à voir une pullulation de points, de lignes, de clichés et de colonnettes microscopiques ainsi que des formes classiques, fines, cénitres, indéfiniment répétées et de petites formes canaliculées aux déplacements égaux dans un axe et d'axes en axe.

Há pressa em mim. Há urgência.

Eu queria. Eu queria seja o que for, mas rápido. Eu queria partir. Eu queria me desembaraçar de tudo isso. Eu queria partir do zero. Eu queria sair daqui. Não sair por uma saída. Eu queria um sair múltiplo, em loque. Um sair que não cesse, um sair ideal que seja tal que, saído, eu recomece logo a sair.

Eu queria me levantar. Não eu queria deitar, não eu queria levantar, agora, não, eu queria me deitar imediatamente, eu quero me levantar, vou telefonar, não, não telefono. Sim, é absolutamente necessário. Não, decididamente eu não telefono. Sim, telefono. Não, me deito. Assim dez vezes, vinte vezes, cinquenta vezes em alguns minutos eu vou decidir, decidir o contrário, voltar à primeira decisão, voltar à segunda decisão, retomar de novo a primeira resolução, inteiramente, fanaticamente, levado como por uma cruzada, mas no instante seguinte completamente indiferente, perfeitamente descontraído.



Ali onde não se é nenhum outro senão seu próprio ser, era ali. Ali, numa rapidez louca, centenas de linhas de força penteavam meu ser, que não conseguia nunca se reconstituir tão depressa, no momento de se reconstituir era varrido por uma nova fileira de linhas, e ainda uma vez, e ainda uma vez. (Será que isso vai durar a vida inteira, agora que tudo se fragmentou, agora que me encontro no caminho por onde isso passa?)

Em um flash me lembro da curiosa aparência dos loucos despenteados, que não apenas o vento ou mãos divagantes tornam assim, ou simplesmente o descuido, mas a imperativa necessidade interior de traduzir, pelo menos dessa forma, o rápido, o infernal pentear-depentear de seres indefinidamente martirizados, atravessados, desafiados.

Assim, e sempre nessa incessante velocidade inumana, eu era atacado, furado pela toupeira elétrica abrindo seu caminho no mais pessoal da essência da minha pessoa.

Preso, não no humano, mas numa espécie de frenético agitador mecânico, num misturador-triturador, tratado como metal numa usina, como água numa turbina, como raiz numa desfibradora automática, como ferro sob o movimento infatigável de máquinas de moldar engrenagens. Mas eu devia permanecer consciente, eu!

Como um passarinho no turbilhão do rastro das hélices de um quadrimotor, como uma formiga embaixo das águas avassaladoras de algum vão escoamento, como eu não sei o quê, como ninguém.

Intenso além do intenso, esse combate, eu ativo como nunca, me superando milagrosamente, mas superado fora de qualquer proporção pelo fenômeno deslocante.

O horror estava sobretudo em eu não ser senão uma linha. Na vida normal, somos uma esfera, uma esfera que descobre panoramas. Passamos como castelo de um minuto a outro, passamos sem parar de um castelo a um novo castelo, esta é a vida do homem, mesmo o mais pobre, a vida do homem com a mente sã.

Aqui somente uma linha. Uma linha que se rompe em mil aberrações. O chicote de um cocheiro enfurecido seria para mim um descanso. E tampouco eu me apiedava. O acelerado linear em que me tornara não recuava, fazia frente a cada estilhaçamento, e quando estava se preparando para se reformar, quando ia se reformando, vinha uma força mais rápida que um bólido e... Era atroz, porque eu resistia.

Emoção? Eu não podia sequer me refugiar na emoção. A difusão natural das emoções que vão ao coração, que passa a bater mais precipitadamente ou mais gravemente, simplesmente não acontecia. Notei isso dez dias mais tarde quando, assistindo a um filme sem maior valor, tive uma emoção que me "penetrou na pele". Nos meus dias de horror eu havia esquecido esse caminho, esse conforto.

Ele volta ao pensar. O pensar "volta" a ele. De repente, várias vezes, longamente presente a nada, a nada senão nada, *tabula rasa* (não aquela do filósofo, sempre virtualmente plena, e que nada tem de assustadora, onde simplesmente — prazer de rico — decide-se consigo mesmo nada repor a não ser pouco a pouco, segundo certa ordem e sem deixar nada passar por cima, não), verdadeira *tabula rasa*, ele estava ali onde não se vê nada voltar, nada, nada, nada nem o menor signo de que algo, seja o que for, volte.

Agora, sem pensar ainda em algo muito determinado, o momento do nada passou, é evidente, é certo.

A consciência, também é a consciência da varinha de condão da re-consciência, a impressão confusa e confiante da proximidade do pensamento, da iminência do pensamento, do pensamento de novo à vontade.

Ele não o tinha mais. Ele o tem.

A maré mental onde se elabora todo pensamento retorna, retornou. Ele vai ter um pensamento. É inevitável... Chega um, um outro. Afluem, retomam o jogo entre eles. Estão no caminho outra vez.

De repente, seu pensamento balançava em momentos inquietantes, martirizantes, excêntricos ao seu cérebro, preso a qualquer coisa de imanejável, de estrangeira, vinda de fora, desordenada, nociva, semelhante a uma imagem mal focalizada, planante acima de tudo, oscilante.

Sua cabeça lhe parecia ora uma parada no caminho de outras cabeças, ora um alvo a mercê de outros, ou ainda um aparelho que em parte lhe escapava e que estivesse sendo telecomandado por estranhos — os verdadeiros proprietários — que o faziam funcionar e pensar como desejassem. Fosse qual fosse a explicação, por mais singular, abracadabrante que fosse, o certo é que ele não era mais o "mestre", mal podia manter-se "em dia". Mais ainda, não sabia "onde se meter em sua cabeça".

Tudo acabado! As horas de ocupação esgotaram-se. Novamente está só em sua cabeça. Admirável impressão. Prazer íntimo, talvez o mais íntimo, discreto a ponto de quase confundir-se com o "eu", grudando indissolivelmente ao ser em vida, e cuja ausência é uma catástrofe incessante, indizível, essencial. Unicidade reencontrada, que sorte! Consigo mesmo, com ninguém mais. Seu pensamento é atualmente pensado por ele só à exclusão de qualquer outro. Sem que esteja absolutamente à sua disposição, diz respeito a ele apenas, a ele antes de tudo, a ele, o manipulador. Mesmo se sua origem remonta a outros, ele o repensa, o retoma à sua maneira, sem que nenhuma intervenção presente o atrapalhe. E menos ainda o imponha.

As impotências do alienado (pois tratava-se exatamente delas, sob a ocupação da droga) são agora os seus poderes, os seus poderes retomados.

Ele pode voltar atrás, lembrar-se, orientar-se em sua memória em seu ambiente, em seu futuro. Pode pensar. Parar de pensar. Voltar a pensar. Repatriar seus pensamentos anteriores. Pode resistir à incontinência do pensamento, opor-se aos pensamentos contraditórios, pode seguir, seus pensamentos à vontade, ajudá-los, reajustá-los, ligá-los, integrá-los.

Ele pode fazer apreciações justificadas, que resistirão aos desafios, às críticas. Ele pode evocar... calcular, manipular números, símbolos.

Ele pode, ele pode, ele pode. Ele pode...

Eu estava, então, tomado por ondulações. Consideráveis ondulações. Grandes, fortes, aptas a me deformar. E eu tinha que enfrentá-las.

Meu corpo a meu redor tinha fundido. Meu ser me aparecia (quando mantinha as pálpebras baixas, sem referências visuais) como uma substância informe, homogênea, como é uma ameba. Ainda mais homogênea. Não me sentia diminuído somente indiferenciado. Sobre mim, sobre minhas fronteiras, com uma grande amplitude, ondas, ou linhas ondulantes, resistentes, cheias de energia. Serpentes de força. Elas começavam (foi necessário algum tempo antes que eu me emocionasse) a me embrulhar, a me atravessar, a me formar e deformar ritmicamente, a me atravessar demais, a me trabalhar demais, a me distrair demais de tudo, a me arrancar demais, exortar demais, torcer demais, dobrar demais, a querer me deixar dócil, a querer me deixar fluído, a querer me deixar sem resistência. Mas sempre sem impetuosidade, sem maldade, sem brutalidade, sem violência, sem grosseria, muito pacientemente, muito flexivelmente. E recomeçavam, recomeçavam sem trégua as irresistíveis tentativas insistentes, como braços artificiais modelando uma massa pronta. Eu, eu era essa massa.)

Braços sem substância, muito eficazes e numerosamente constituídos, como cabelos de mulher em gordas tranças.

As vezes eu sentia mais a mistura, às vezes a pregação (pregação biológica que buscava me remodelar). Massagem fluídica ou discurso, essa martelagem não acabava mais. Era necessário retomar indefinidamente a ginástica celular, responder ao apelo orgânico, responder sim, parar de bancar o resistente, o teimoso, e me tornar como todo mundo, me deixar dirigir para o bem, me adequar ao modelo homem honesto, homem segundo o ideal da sociedade.

E sempre e continuamente essas tiras ondulantes e sem corpo vinham e revinham me trabalhar com mais amplitude, me amaranhando e remassageando, banho turco psíquico para enfraquecer, desconstrair, o mais decidido, o mais seguro dos homens. Eu, sem inquietude, continuava a "ser". Sem mais. Já era muito. As pessoas se surpreendiam de me ver tão pouco emocionado. Com uma espécie de indiferença, eu esperava que esse rio! de ondas eclesiásticas e moralizadores resolvesse passar.

Visões, já não eram possíveis, quando muito umas poucas entre dois turbilhões. Eu via freqüentemente caretas. Será que vinham de meu ser desdobrado que, me assistindo falar seriamente (demais) e com excesso de docilidade e zelo a esses doutores curiosos que queriam que eu "comunicasse", gozava as minhas solícitas explicações? Essas caretas tornavam manifestas torções, formidáveis que nem a teratologia apresenta, sem entretanto tornar repulsivos os rostos que deformavam, feios de uma feiúra sem conseqüência, não sentida como feiúra.

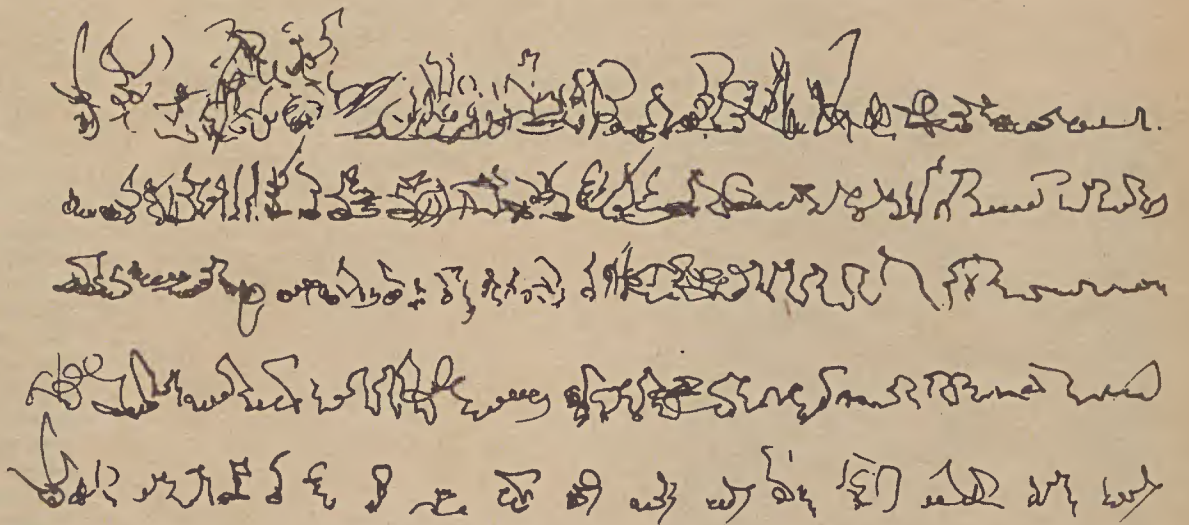
Eu estava, como escrevem os médicos, numa neutralidade afetiva perfeita. As caretas me interessavam — se é que isso não é uma contradição. Extremamente complicadas, com verdadeiros torneios faciais (se se pode dizer) a tal ponto a superfície que cobriam era imensa. Eu deveria ter desconfiado à vista dessa grandeza que traduzia a enorme invasão que eu sofria, mas a droga promovia essa invasão de um modo tão cuidadoso, por meio de gradações tão suaves que não me apercebi do perigo senão quando estava bem dentro dele. Mesmo então, não fui afetado (decididamente a droga me roubara a impressionabilidade). Tinha vindo para esse trabalho. Era minha tarefa estar ali e tudo o que tinha a fazer era ensinar tanto quanto podia às testemunhas, que, logo que eu abria os olhos, reencontrava sentadas, idênticas, imóveis, como se estivessem no terraço de um outro universo, enquanto o meu estava em plena desagregação.

Sempre fleugmáticas, silenciosas, inquisidoras, elas interrogavam com os olhos o mergulhador que voltava à superfície. Suas caras que se pretendiam naturais estavam constangidas.

Eu tentava laboriosamente lhes mostrar (e não dispunha de todos os meus meios) que as caretas se explicavam em suma pela combinação de linhas curvas, que facilmente sugerem caretas quando imaginamos nelas um olho, uma boca, um rosto. As linhas ondulantes, até então neutras afetivamente, logo parecem ameaçadoras. É que olhadas como figuras nós as

tomamos por monstruosas, horrorizantes, sofredoras ou malélicas ou ridículas em lugar de serem, como antes, simples linhas que se dobram, se distendem, se entrelaçam. Mas os doutores, mudos, sem dúvida incrédulos, esperavam que eu passasse a um outro assunto, a uma idéia menos "louca" ou — quem sabe? — a uma idéia definitivamente louca, mais claramente delirante, que pudessem logo identificar como tal, ao invés de ficarem na dúvida.

Para mim, o aspecto insólito da situação tornava-se mais patente, mais absorvente. De olhos fechados, estava no grande mundo dos fluídos, mais fortes do que tudo, eu mesmo fluído, mais compacto somente, mais constante. De olhos abertos, estava diante de quatro estranhos, sentados, sem fazer nada. Embora desgastado, eu respondia à demanda tácita, falava, me desfazia em explicações, depois fecharido os olhos mergulhava outra vez no rio de vagas inumeráveis onde não havia nem examinadores nem professores mas somente ondulações, ondulações e mais nada, ondulações incessantes, abraçando tudo numa perfeita e quase cósmica monotonia, numa incansável marola, longe das casas dos homens e dos raciocínios e das categorias dos homens e das divisões e das separações. A cada vigésimo de minuto, ou a cada centésimo ou a cada quingentésimo de minuto eu recaía ali, de novo naufragava e esquecia tudo, a lembrança de suas presenças e de sua realidade completamente outra. E esquecia naturalmente meu corpo. Sem referências visuais não há mais corpo. Nada mais do que ondulações. As visões eram mais e mais raras, mais e mais penoso e infrutífero o esforço de ir ao encontro delas. Num tempo exatamente curto um rosto me apareceu, com dezenas de olhos plantados numa clareira aberta em uma das faces, olhando para todos os lados. Mas eu estava cansado demais para prestar atenção. O tumulto interior não havia parado, nem sequer diminuído. Recomeçava indefinidamente. Luta maldita a retomar ao mesmo momento, sem progresso. Pela centésima milionésima vez era preciso enfrentar a desordenação, ou antes a ordenação imposta, contra o ataque sem variedade mas indefinidamente constante desse



insuportável e obstinado harmonizador anônimo que, regularmente rejeitado, não se cansava de querer acordar em mim sei lá que espécies de boas disposições, boas condutas, boas resoluções.

Este apelo orgânico, não falado, que queria diligentemente, com uma paciência de mulher (quando elas têm), me remodelar, me desembaraçar de minhas garras, de minhas singularidades, que queria que eu fizesse afinal minha submissão, era impagável. Mas essa ladra de insubordinação deveria agir melhor. Talvez eu escondo minha insubordinação (mesmo de mim) para melhor preservá-la, talvez ela se esconda longe demais, mesmo para um cogumelo sagrado. Em todo caso, roubou minhas garras, minha impressionabilidade, minhas diferenças súbitas de tonus. Roubou minha originalidade. (Um dos doutores, visivelmente decepcionado, fez mais tarde essa observação).

O corpo do salário e o salário do corpo

O trabalho por peças na Hungria

**O gancho deste artigo
é a morte de Stakhanov**

Miklós Haraszti é hoje um operário húngaro de 32 anos. Nada haveria de estranho nisto, num país cujo Estado se autodenomina Operário, se esta sua situação não fosse compulsória e até certo ponto punitiva.

Poeta e ex-estudante de filosofia e russo, Haraszti começou a se indispor com o governo húngaro por volta de 1965. Neste ano, por organizar manifestações contra a guerra do Vietnam diante da embaixada norte-americana, e jornadas coletivas de trabalho (não-oficiais) em que o dinheiro seria enviado como ajuda a Hanoi, foi expulso da Juventude Comunista húngara por "fracionismo e maoísmo". Posteriormente, no mesmo ano, é desligado da Universidade.

Todavia, se 1965 pode ser considerado como o ano em que se deu a ruptura de Haraszti com o governo húngaro, o mesmo não se pode dizer quanto às condições que possibilitariam o choque: não passaria de mero cronologismo. Tendo acompanhado o processo de burocratização estalinista, o Estado húngaro dificilmente permitiria manifestações que pudessem fugir do seu controle: a petrificação sempre se ressentiu da iminência da rachadura.

Em 1968, consegue voltar aos seus estudos na Universidade e põe-se a pesquisar e traduzir poemas e canções (laconicamente chamados de revolucionários pelo autor do dossiê que acompanha o livro) — com os quais chega a editar uma antologia. No ano seguinte, promove debates sobre a jovem literatura húngara, onde defende a necessidade de um posiciona-

mento dos escritores diante da realidade húngara e o livre debate de opiniões.

Aparentemente sem motivos, Miklós é detido em 1970: suas declarações nas exposições literárias pareciam não haver agradado os dirigentes húngaros. Imaginem vocês que Haraszti chegou a afirmar que "não havia mais soviets na URSS"! Colocado sob vigilância policial, rompe com as normas que lhe haviam estabelecido e é novamente preso. Durante os 25 dias em que é mantido preso, realiza greve de fome e, finalmente, é solto devido, inclusive, à intervenção de Lukács e outros intelectuais.

Tendo caído definitivamente em desgraça, só se lhe apresenta uma perspectiva: trabalhar por peças como operário, cuja classe, em tese, empresta qualificação ao Estado húngaro. É sobre sua experiência como trabalhador (principalmente na fábrica de tratores Estrela Vermelha) que Miklós Haraszti escreveu Salário por Peças, cujos manuscritos foram recusados à publicação em 1973, valendo-lhe em março deste mesmo ano uma nova detenção por tê-lo feito circular "clandestinamente". Haraszti havia tirado 9 cópias do seu livro...

Depois de quase um ano de processo, em janeiro de 1974, é condenado a 8 meses de prisão com sursis, sendo condenado também a pagar o custo do processo, aproximadamente 4 meses de salário (ver depoimento abaixo). Havia incitado a subversão por meio de um livro "susceptível de provocar a ira contra o Estado" (p. 172). A análise da situação da classe operária húngara seria, para o Onipotente

Estado Operário húngaro, a sua subversão.

O SALÁRIO POR PEÇAS: DAS REPRESENTAÇÕES E DAS SUBVERSÕES

Segundo Marx, o salário por peças consistiria na forma mais precisa do capitalismo exercer sua exploração. O salário pago aos operários estaria em relação direta com aquilo que produzissem, determinado de antemão quanto lhes caberia por peça realizada. Todas as atividades que mediatizassem a produção propriamente dita não seriam remuneradas e a taxa de mais — valia poderia ser determinada com estreita precisão.

Atualmente, no Ocidente, depois de inúmeras lutas operárias, nos poucos lugares onde ainda vigora, este tipo de salário segue o determinado mecanismo: os operários têm um salário horário mínimo garantido: se se realiza uma tarefa no tempo determinado, ou acima dele, obtém-se tão-somente o salário mínimo. Se se produz abaixo do tempo normativo, recebe-se o integral que caberia à produção da peça², havendo então a possibilidade de superar o mínimo.

Na Hungria, segundo Miklós nos fala, o sistema é muito mais implacável. Embora seja igualmente um trabalho assalariado por peças, não se tem um salário mínimo garantido e há uma constante redução da norma³, proporcionalmente ao aumento na velocidade dos trabalhos por parte dos trabalhadores — o que significa uma constante redução na remuneração real do operário. A insegurança é o móvel nesta estrutura de salário.

Tendo acompanhado o processo de burocratização estalinista, o Estado húngaro...

Capitalista por excelência, qual seria o sentido do salário por peças numa sociedade que se diz socialista? Introduzido na União Soviética por volta de 1936 (stakhanovismo), em plena vigência da teoria do "socialismo num só país" e em já avançado estado de burocratização, o salário por peças aparece como um desdobramento lógico de um sistema que já começava a criar interesses na manutenção das posições privilegiadas das camadas dirigentes. Ao mesmo tempo em que, reforçando os ideais burgueses, estimulava um certo aumento da produção — algo extremamente necessário para a manutenção do "socialismo num só país" — lançava também as bases para que a colocação das reivindicações da classe operária se deslocasse do campo do coletivo para a ilusão individualizante do permanente aumento de ganhos por vias do esforço solitário. Contudo, se em 1965 parece ter havido sua quase total extinção (com uma lenta e difícil tentativa de reinstauração posteriormente) na URSS, o mesmo não parece ter acontecido nos demais países do Leste europeu — é o que Haraszti nos mostra, particularmente na Hungria.

Oficialmente tido como "salário socialista por excelência" (p. 15) — o que em si já é um paradoxo — o salário por peças é minuciosamente analisado pelo Autor, que nos revela claramente as relações de poder necessárias a sua manutenção, a total coisificação a que tem que se submeter o operário para que possa retirar um salário razoável, assim como as embrionárias formas de contestação deste mesmo estado de coisas.

Trabalhando em máquinas cujo ritmo não é constante, o assalariado por peças é impulsionado a se adequar à velocidade máxima do "seu" instrumento de trabalho: a identidade com a máquina e a sua diluição. Não há uma vigilância ostensiva do seu trabalho, pois o próprio sistema de produção é o guardião de si mesmo. Contribuições húngaras para o fetiche do poder. É qualquer estado de seu corpo que diminua sua sintonia com a máquina deve ser reprimido, pois seria um impedimento para uma maior produção. "Mesmo em um trabalho onde eu encontrei o ritmo, tomando-se eu mesmo um ser mecânico, os sentimentos e os pensamentos não desaparecem, eles se transformam: o que desaparece é a relação direta que os une a mim, a nossa identidade. (...) Quando a grande porta do hall se abre para deixar passar o carro de material, eu sei (sem que isto seja um pensamento, eu sei simplesmente) que no meio desta corrente de ar eu tenho frio, mas eu não sinto que tenho frio." (p. 108/9) A alienação no limite de seu engendramento pela própria consciência. "Fazer amor sem amar: é o ritmo que me conduz, eu sei aquilo que sinto e aquilo que vou sentir, mas não sinto." (p. 109)

É todo o esforço para superar as normas — ainda que por intermédio de perda na qualidade — em busca de salários um pouco melhores, é vencido pela sua permanente redução. Os contramestres argumentam que a norma anterior já não é realista e, em nome do socialismo, os operários húngaros têm que trabalhar loucamente no sentido da diminuição dos seus ganhos reais. Todo salário tende a ser o mínimo, e todo esforço recuperado.

Individualizados por um trabalho em que a máquina monopoliza a atenção do operário, por prêmios dados a "brigadas" heterogêneas de trabalhadores (torneiros, fresadores, etc — dificultando novamente

a formação de interesses comuns articulados), pela bajulação aos chefes, visando a conseguir séries de peças mais favoráveis à rápida produção, os trabalhadores húngaros só podem se desesperar ao verem que seus "representantes sindicais" são seus próprios feitores — os contramestres.

Mas nos momentos em que os trabalhadores estabelecem alguns contatos entre si, nos momentos em que há uma pausa na corrida-sem-fim da produção por peças, Haraszti pôde constatar formas ainda embrionárias, no entanto radicais, de contestação ao regime (não só salarial) vigente.

Os operários designam simplesmente por eles aqueles que, de um modo ou de outro, participam do poder. Ao contrário do nós viscosamente abrangente do discurso oficial ("Nós devemos fazer sacrifícios.", etc), os operários tentam identificar-se tão-somente pela contraposição ao poder vigente: eles. Ainda que estejam desarticulados e não possam encetar uma ação comum, o seu todo, ainda que imaginário, determina-se no levantamento das diferenças reais e no cotidiano enfrentamento⁴.

E, se por um lado, o salário por peças escamoteia alguns conflitos, pois privilegia a ilusão de que é a vontade do trabalhador que lhe possibilita maiores ou menores ganhos, por outro, subjacentemente, a sobrevivência desta vontade coloca-lhe problemáticas das mais avançadas. Geralmente ao fim das jornadas de trabalho, os operários fazem a peruca, uma verdadeira paixão segundo Miklós. Aproveitando-se de rebarbas e pedaços de metais inúteis, os trabalhadores fazem, em suas máquinas pequenos objetos, onde, fundamentalmente, há a fruição do próprio exercício do trabalho, agora livre da compulsoriedade do trabalho por peças. "A peruca dos assalariados por peças é um fim em si, como toda paixão verdadeira.

A paixão, aqui, não é outra senão o trabalho, o trabalho como fim em si." (p. 139) A finalidade da atividade, sendo determinada pelo próprio trabalhador, insere-se no interior da produção ela mesma, longe do distante objetivo que é o salário. Muitas vezes não tendo utilidade alguma, o objeto ganha muito de artístico, e todo o seu processo é vivido como uma totalidade. "A alegria da unidade entre concepção e execução contrasta no mais alto grau com o nosso trabalho cotidiano." (p. 141)

Na peruca, a questão não é mais o "Faça isto!", mas sim o "Como fazer isto?"; não mais o "O que faz você?" e sim o "Como faz você?". Prioritização dos meios como produção também de si mesmo; fruição e produção realizados conjuntamente: "E como a peruca é o próprio modelo das alegrias não-existentes, o clima reinante na peruca não é outro senão o modelo de todos os movimentos reprimidos." (p. 142)

Segundo Haraszti, este é o anseio da maioria dos trabalhadores: o dia em que a Hungria se tome uma Grande Peruca, e o caráter ainda artesanal de sua realização clandestina seja coletivizado. Que a peruca deixe de ser algo marginalizado, para ser o critério da própria existência. E notem bem: pela primeira vez, nas atuais "sociedades socialistas" (assim como no resto das sociedades existentes atualmente), com anseios bastante concretos, con-

segue-se romper com os dualismos lazer/trabalho, produção/fruição (pedras angulares da dominação classista): provavelmente o limiar de uma sociedade radicalmente nova. Pois, como foi dito anteriormente, se o estalinismo foi a formalização deste projeto objetivista de sociedade, onde o desenvolvimento das tais forças produtivas (que por sinal excluíam os homens) eram os únicos parâmetros, por outro lado quase nunca levantou-se como meta a ruptura com estas divisões nos projetos que foram feitos a respeito de pretensas sociedades socialistas. Sem se darem conta do íntimo vínculo existente entre estas noções duais e as sociedades de classe, os chamados homens de esquerda muitas vezes buscaram romper com as classes partindo de pressupostos que estavam na raiz mesma da exploração. Não se apercebiam que não se trata já de optar entre uma moral espartano-trabalhista ou um suposto éden do lazer onde somente 2 horas de trabalho diário garantiriam um espaçoso lazer contemplativo. O que os operários húngaros, por exemplo, levantam é o fim desta dualidade e a instauração de uma existência balizada pela prática da atividade, onde, fora da falsa oposição lazer/trabalho (pois ambos alienados), coloque-se efetivamente a possibilidade de criação e de afirmação por meio das relações sociais, e não na fuga deles. A negação definitiva da noção feticizada de economia, onde a toda-poderosa mercadoria (ainda que travestida exclusivamente como bens sociais) continua sendo a pedra-de-toque, pois continua-se desprezando as relações que mediatizam a produção como critério de afirmação.

Difícil certamente será sua realização⁵, pois como o próprio Haraszti diz, "o ar do contramestre, quando ele surpreende um operário que faz a peruca, é o índice seguro, bem mais que a euforia dos operários, de tudo que está em germe nesta alegria." (Rodrigo F. Naves)

Notas:

1 — Autor do livro *Salaires aux pièces. Ouvrier dans un pays de l'est*. Éditions du Seuil. Paris. 1976.

2 — Por exemplo, se o salário mínimo horário de um trabalhador é Cr\$ 10,00; e se ele recebe uma tarefa cuja norma é de 3 horas, seu salário, por esta tarefa, caso a faça em 3 horas ou mais, será de Cr\$ 30,00. Caso a faça em 1 hora, receberá a mesma quantia, equivalente a 3 horas de trabalho.

3 — Norma é o tempo oficial e médio para a produção de uma peça. O preço da peça é dado pela multiplicação da norma pelo salário mínimo por minuto.

4 — Também no Brasil, o discurso populista muito usou deste recurso: o nós e a ampliação infinita do conceito de trabalhador.

5 — Todavia, as movimentações políticas de 53 e 56 questionaram diretamente o salário por peças.

Imaginem vocês que Haraszti chegou a afirmar que...

Mas nos momentos em que os trabalhadores estabelecem alguns contatos entre si, nos momentos em que...

Esta é a fala de Miklós Haraszti diante da Corte de Budapeste, que o condenou a oito meses de prisão — com direito a sursis — e a pagar 9.600 forints pelas custas do processo (aproximadamente Cr\$ 6.400,00), acusado de escrever um livro “susceptível de suscitar a ira contra o Estado”.

PRONUNCIAMENTO DO ACUSADO

Eu não repito aqui senão aquilo que já tinha dito há três meses sobre a data de acusação, assim como do processo verbal, ou seja que eles não reproduzem sequer esquematicamente as explicações dadas sobre o sentido real das citações do livro que figuram na ata de acusação.

O que é interessante notar a propósito da acusação de difusão clandestina, são as testemunhas: elas demonstraram que é habitual entregar aos conhecidos os manuscritos datilografados. Em consequência, o objetivo da polícia e do procurador era de declarar culpáveis os cidadãos que escrevem ou leem obras que não foram oficialmente publicadas.

As provas apresentadas pela acusação, concementes à incitação à subversão, se limitam a uma série de citações que não passam de duas páginas. E mesmo que as citações estivessem corretas, isto não provaria que a realidade foi falsificada, nem que as instituições fundamentais tivessem sido insultadas.

A verdade não é incitação à subversão.

Se uma obra não mente e nem mesmo faz alusão às instituições mencionadas na

Constituição, não se pode tratar de incitação à subversão, mesmo que o parágrafo em questão de nosso Código Penal ofereça uma liberdade de interpretação espantosa.

A acusação poderia ter convocado experts para demonstrar que minto, mas foi a defesa que convocou os experts.

Sua requisição foi recusada pela polícia, pelo procurador e, enfim, pelo Tribunal, privando assim a acusação da última chance de provar sua tese.

Falta de provas, falta de experts, por que quer então a acusação me condenar?

Já se entendeu isto. Porque ela considera como subversivo não somente o livro, mas sobretudo uma atitude, uma convicção.

Ela quer declarar criminoso a atitude que visa à exposição da realidade, a convicção de que nossa sociedade conhece os conflitos, a convicção de que o socialismo tem o dever e o interesse de pôr em evidência estes conflitos. A acusação se baseia numa ficção: aquela de uma sociedade em conflitos. Ela levanta, a ameaça de vários anos de prisão no caso da realidade desmentir esta ficção.

A aceitação deste ponto de vista não eliminará os conflitos. Ela retardará sua solução.

No presente caso, isto significa que

a manutenção do salário por produção, esta instituição de origem capitalista, pode servir aos interesses de certos grupos sociais, mas não aqueles da maioria. Assim como a não-revelação destes fatos e a punição pela revelação desta realidade não podem servir senão a interesses particulares.

Se a Corte aceita o ponto de vista da acusação, isto contribuirá para a defesa dos interesses de um grupo sociológica e humanamente bem definido.

Além disso, um tal julgamento consagrará, por assim dizer, a ingerência da polícia na vida cultural e lhe dará o direito de dirigir o desenvolvimento da cultura.

Com relação a isto, eu coloco uma outra questão: é justo que a polícia efetue perseguições em série, para apreender as cópias de um manuscrito em vias de publicação? É justo que ela confisque manuscritos, notas pessoais que não têm nenhuma relação com o presente caso? A polícia me seguiu durante dias. Depois ela declarou minha prisão, impedindo durante toda a minha detenção a possibilidade de eu me pôr em contato com minha mãe e meu advogado. Fui forçado a protestar contra tais procedimentos fazendo uma greve de fome. E só fui solto após tê-la feito por 14 dias.

Eu solicito à Corte que me absolva. (Rodrigo F. Naves)

NORDESTE TRUSTES & CARTÉIS
(Quatro histórias exemplares)

Delmiro Gouveia e a Machine Cotton

Agamenon Magalhães e a Lei Antitruste

O caso da Fosforita Olinda e a Philips Petroleum

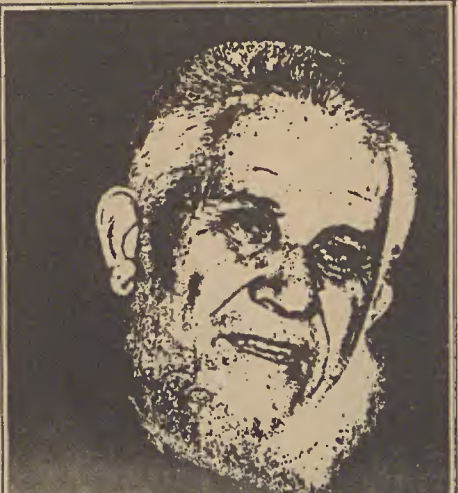
Herberto Ramos e a Fiat-Allis Chalmers

cadernos do **nordeste**¹

EDITORA ALTERNATIVA LTDA.

cadernos do **nordeste** 2

EDITORA ALTERNATIVA LTDA.



O PODER DE FREI DAMIÃO

O poder de Frei Damião. Delmiro Gouveia e sua fábrica da Pedra, destruída pela Machine Cotton. Agamenon Magalhães e a primeira Lei Antitruste do Brasil. A história do pernambucano Herberto Ramos, o primeiro industrial brasileiro a ganhar uma ação contra uma empresa multinacional. Os 100 anos de seca no Nordeste.

Editados por um grupo de jornalistas recifenses, os "Cadernos do Nordeste" têm por objetivo discutir questões que sempre foram vistas e debatidas de fora da órbita editorial da região. Segundo os editores, a publicação — apresentada em forma de temas monográficos, em 45 páginas impressas em offset — quer ser "nem tão simples como o jornal, nem tão complicada e chata quanto o sociólogo".

O primeiro número dos "Cadernos do Nordeste" recebeu o título "Nordeste, Trustes e Cartéis", e já se encontra em segunda edição. O segundo número, "O Poder de Frei Damião", esgotou em 30 dias sua distribuição e já está sendo reimpresso. O terceiro número abordará o tema "100 anos de Seca".

Editora Alternativa Ltda. Caixa Postal 1.539 — Recife
CEP 50.000 — Pernambuco

BEIJO
Humão

UM NOVO JORNAL CULTURAL

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 150,00

Nome

Endereço

CEP Profissão Idade

Cidade Estado



A "Folha de São Paulo" de 25 de dezembro, dia — salvo engano — de Natal, estampou esta notícia técnica:

Professor pesquisa, com sucesso a adição de sangue humano ao concreto

BRASILIA (Secursal) — A adição de sangue humano e bovino ao concreto está sendo pesquisada na Universidade de Brasília pelo professor João Bosco Ribeiro. O trabalho, ainda em sua primeira etapa, já demonstrou que o novo componente poderá substituir integralmente os aditivos químicos importados, de preços elevados, ocasionando a redução do peso específico da massa e do custo da construção civil.

Apesar da sensação de estranhamento (ou justamente por causa dela) sigo lendo. A matéria continua, desenvolta e simpaticamente técnica, no modo dos executivos bem falantes:

O professor João Bosco, que apresenta hoje o seu trabalho no "1.º colóquio sobre dosagem de concreto" que ora se realiza na UNB, disse que até agora "as pesquisas são bastante animadoras, tendo-se comprovado que a nova mistura permite maior trabalhabilidade da massa e significativa redução do peso por metro cúbico de concreto."

Exemplificando, afirmou que pelos métodos convencionais de utilização de aditivos químicos, um metro cúbico de concreto pesa 2,27 toneladas. Com a adição do sangue "in natura" em lugar dos aditivos, contudo, esse peso cai para 1,46 toneladas por metro cúbico. Para obter-se esse resultado foi adicionado 1,25 por cento de sangue humano àquela quantidade de massa.

TERRORISMO DO ÚTIL

Com gosto de lixo na boca vou relendo, sentido a cada palavra o adejar das asas do monstro nos *barateando* — *barateando* no sentido em que a personagem de "A Metamorfose" se transformava (ou era transformado) a cada dia um pouco mais numa imensa barata.

Porém, inútil a náusea e o inseto. Esta metáfora suja não tem sequer emprego: sangue de barata não flui como o vermelho latejante de desejos que nos habita. Só produziria um concreto esfarinhado.

(Argentina, são muito mais que *las cinco de la tarde* e la sangre derramada-me escorre grosso pelos olhos atrás desta notícia).

Não é difícil perceber que o que essa pesquisa propõe, corresponde à quintessência da tecnologia capitalista: a *degradação simbólica pelo terrorismo do útil*. O sangue, antiga matéria viva da honra e do juramento, de agora em diante não será mais inutilmente derramado. Uma nova racionalidade, liberta de sentimentalismos arcaicos, reinveste-o em usos bem mais concretos. Um indiscutível salto de qualidade, indicador de que uma nova fronteira foi cruzada: a fronteira do corpo inviolável, antigo território do exercício quase impune do desejo, da paixão, do desperdício.

Em que pese o estrelismo dos Barnards & Cia, manipulando uma Medicina de sofisticação discutível num mundo de 1 bilhão de famintos, até agora o uso do corpo (transplantes, doações de órgãos) tinha estado a serviço declarado da conservação da vida.

A utilização técnica do sangue como material indiferenciado (de bovinos ou humanos) para a fabricação de concreto introduz uma mudança de inquietante significação: sob o *alibi* do progresso tecnológico começa-se a utilizar industrialmente o corpo humano. A expropriação não atinge mais só a força de trabalho: estende-se até a matéria viva do corpo. Essa nova modalidade da expropriação esboça novas formas de perda do direito ao próprio corpo.



Claro a perda do corpo não é uma invenção capitalista. Trata-se de uma opressão com uma História e muitas formas. Uma delas, talvez a mais familiar, chama-se tortura. Assim como no simples encarceramento o prisioneiro perde direito à locomoção, na tortura o interrogador *dispõe* (pela violência) do corpo do supliciado como matéria a ser *trabalhada* para produção da confissão, ou melhor, de *uma* confissão. Quanto mais o torturador puder dispor do corpo torturado, melhor operará a tortura, até os limites da morte, entendida aqui como um "acidente de trabalho".

A inovação capitalista não está, portanto, na perda do corpo, mas sim na finalidade desta perda. Ela não será mais castigo exemplar, ou vingança implacável, "excessos" explicáveis pelo fanatismo religioso ou por um sentimento exacerbado de honra. Despida de sentimentalismo "irracional", ela se coloca agora a serviço da acumulação do capital.

Contudo, para que seja possível o aproveitamento industrial do corpo, é preciso quebrar o sentido sagrado que lhe cercava (e que nas sociedades "arcaicas" presidía inclusive aos ritos sacrificiais). Isto só pode ser conseguido através de uma *banalização* do corpo que o reduza ao estatuto de matéria inerte à disposição da produção industrial. Daí o próprio caráter banalizado da notícia. Perdida numa página interna, ela convive com os Índices de produção de petróleo da Bacia de Campos, uma avaliação do próximo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e uma apreciação do desempenho da Petrobrás em 77 (convivência, aliás sintomática, sob a rubrica "produção"). É preciso que esta notícia seja veiculada como uma a mais entre as outras, justamente para fazer prova da sua normalidade. Ou seja, prova da aceitação da manipulação industrial do corpo com vista a fins úteis. Sabemos os nomes dos lugares onde isto se deu: Treblinka, Dachau, Auschwitz. Se a técnica do concreto sangrento já existisse por ocasião da Segunda Guerra sem dúvida a Gorda Senhora comandante do campo de concentração de "Pasqualino Sete Belezas" teria obrigado os prisioneiros a "doações" de sangue para fabricação de "bunkers".

Mas o horror maior não está lá nos campos de extermínio. Está no fato de que o que era uma prática de guerra, explicável pela necessidade de uma monstruosa mobilização de recursos para a destruição chamada vitória, seja reproposta agora, normalizada pelo "respeitável" pretexto do progresso industrial e veiculada, sem nenhum sentido de obscena negação da vida, nas páginas do jornal — como matéria a mais.

Antes vermelha reivindicação da vida, o sangue é agora retalhado em componentes por uma química analítica a serviço do progresso. A utilização de sangue como coagulante de concreto, esta fusão entre orgânico e inorgânico, apesar da ressonância repulsiva, é um exemplo insuperável da pulsão de morte inerente ao processo de acumulação deste excremento chamado capital. Quando, no século XIX, um velho barbudo, brilhante e irado, escreveu que "o capital necessita do trabalho vivo como o vampiro do sangue" não podia calcular (ou podia) quão real se tornaria esta metáfora, ou melhor, quão fiel é o capitalismo à sua própria lógica.

Lógica que engloba em processos homólogos a destruição do meio natural e a destruição do corpo humano reduzidos a insumos da produção. Somente no dia em que a Ecologia — esta ciência da moda dos homens de boa vontade — abandonar as suas piedosas exortações para contenção da destrutividade e assumir o seu verdadeiro objeto teórico, que é o de ser uma História Crítica da Tecnologia, é que ela reencontrará a eficácia do político e cumprirá sua intenção libertária de defesa da vida.

Transposta a passagem que franqueia o corpo como matéria-prima industrial, não é difícil imaginar a generalização deste processo. A rigor, não há diferença nenhuma entre coagular concreto com sangue e utilizar cabelos para rechear colchões, por exemplo.

Quanto ao corpo dos mortos, grandes possibilidades: ossos, dentes, pele. Podemos até pensar num processo industrial completo que restaurasse um *canibalismo pragmático* (não sacrificial, mas alimentar). Um nome simpático "venderia" com facilidade esta "recuperação": "reciclagem de proteínas".

Claro que, em função do peso da tradição, seria necessário que os mortos (um pouco) antes de morrer declarassem dispor de seu corpo para uso industrial. Mas, quem resistiria a transformar algo tão morto como a morte numa ocasião (única) de reforçar o orçamento da família desamparada? Além disso, os *mídia* estão aí, para realçar a beleza do gesto, restituindo-lhe a nobreza do sacrifício. Inimigos a combater: o egoísmo da cremação e os tradicionais e superados caixões e velórios.

As possibilidades são tão amplas e variadas quanto os materiais da vida. Talvez com dosagem científica de sangue, suor e lágrimas consiga-se uma argamassa tão espessa quanto um povo sem história nem memória.

Sendo fator de diminuição dos custos — essa religião universal do capitalismo — o concreto sangrento será saudado como progresso. A publicidade, sempre gulosa de renovação de apelos, sem dúvida se apossará do tema para torná-lo objeto de uma diferença, portanto de uma *superioridade*.

Maior oportunidade de trabalho para os cérebros férteis dos nossos publicitários-a-peso-de-ouro. Podemos imaginar

excelentes folhetos explicativos de lançamentos imobiliários. Toda uma nova geração "sangue azul" na construção civil: prédios estilo falso neo-clássico ou mediterrâneo caricato, com argamassa confeccionada com sangue de novinhos Nelore precoces, especialmente importados. Na aparência a cuidada caiação de branco faiscante, típica das construções mediterrâneas, incapaz de deixar vir à luz a menor mancha de sangue. Para os apreciadores da arquitetura nacional, módulos estilo colonial "padrão personalíssimo" confeccionados com sangue cafuno, em diversas proporções de fator índio e fator negro. O sangue dos descendentes ajudando a construção de réplicas dos prédios feitos pelos avós escravos.

Os acidentes de trabalho, com operários despencando do alto no cascalho das misturas de concreto terão uma nova versão eufemística: "diminuição do peso específico do concreto". Ou: "melhoria do teor aglutinante da argamassa".

Engenheiros públicos relapsos e/ou corruptos terão maiores chances de defesa ainda, no caso de novas Gameleiras: se viadutos desabarem, a causa foi o uso "absolutamente acidental" de sangue hemofílico.

Claro, há um excesso sarcástico nessa exploração de possibilidades. Mas trata-se de um excesso que apenas se apossa de uma lógica e a leva às últimas consequências. Se há horror, é um horror verossímil, na medida em que "os excessos de um sistema são a sua própria essência".

Aqui se localiza um aspecto de importância estratégica: ao produzir fatos *normais* (fatos conforme a ideologia, conformadores e conformistas) o sistema produz, simultaneamente, *excessos*. E como um controle absoluto dos fatos é impossível, o sistema *sempre* produz fatos e excessos. Mesmo quando ele consegue recuperar um excesso através da explicação normalizadora — tornando normal hoje o horror de ontem através da destruição da memória — outros excessos são produzidos: o horror escorre continuamente pelas frestas do sistema. É isto que permite à crítica nomear, pelo excesso, outro real atrás do "real".

Existe a notícia da técnica do concreto sangrento na página de um jornal. Aceitar taticamente este excesso, permite revelar a natureza da tecnologia capitalista. Aceitar a normalidade dessa notícia implica em liquidá-la por excesso: a notícia normal fica *demasiado* normal, atingindo os limites do horror e do absurdo, tornando-se, pela sua própria normalidade, a sua mais veementemente denúncia. De fragmento obscuro, mas prenhe de sentido, ela se torna fragmento fragmentador, transitando da inocência das páginas natalinas para os sombios corredores da morte industrial.

No segmento da notícia, após o "lead" e as informações técnicas principais, considerações secundárias que enchem espaço na condensação arbitrária dos "copies": perfil do Professor (e senhora), itinerário da pesquisa científica, etc.

Engenheiro civil formado pela USP, o prof. João Bosco recebeu em sua casa, em 1976, a visita do professor francês Michel Venuat, diretor do maior laboratório de concreto da França. Naquela ocasião o professor brasileiro, que é casado com uma médica hematologista e chefe do banco de sangue de um hospital em Taguatinga, perguntou a Venuat se existia alguma pesquisa na Europa ou nos Estados Unidos sobre a possibilidade da adição de sangue ao concreto, pois eles, João Bosco e sua mulher, questionavam o assunto.

Venuat afirmou que no leste europeu estava se fazendo alguma coisa nesse sentido, remetendo mais tarde, a João Bosco, algumas das informações sobre os trabalhos desenvolvidos. A partir daí, como professor da UNB, ele começou a pesquisar alguns alunos.

Para os que meditam sobre a metafísica do casamento, uma consideração instigante: não será a técnica do concreto sangrento exatamente o resultado do enlace entre a Engenharia (concreto) e a Hemologia? Que técnicas maravilhosas não nos revelarão outras uniões, por exemplo, Química e Odontologia; ou Engenharia (resistência dos materiais) e Ortopedia?

Outro alegre capítulo da notícia: a pesquisa desliza do Brasil para os "países do Leste europeu" via França. Louve-se a solidariedade e a compreensão mútua dos homens de ciência. O fato de que entrem em perfeita consonância as atividades das comunidades científicas de *lugares* tão díspares como o autoritário Brasil, a liberal França e as populares democracias Leste europeu mostra com veemência que a Ciência segue seu Caminho, seus Simpósios, seus Professores, seus Privilégios, seus Métodos, suas Verbas, seus Idioletos, suas Cumplicidades com a perfeita coerência de quem veste a máscara do saber neutro e a-histórico.

Como as pústulas eram para os antigos uma *prova* face à qual era difícil sustentar o olhar, esta *continuidade* ostenta uma constatação: a manutenção da ideologia produtivista (e os seus corolários da industrialização do corpo) nos "países do leste" atesta aterradoramente uma *profundidade* que só pode ser nomeada por um conceito negativo: a profundidade de uma *não-ruptura*. (Fernando Mesquita)

Além do princípio da estupidez



Depois de Marcuse, Reich, Norman Brown, David Cooper, que já foram traduzidos para o português, a publicação do livro de Michel Foucault, *A História da Sexualidade*, talvez dê margem à discussão entre nós (até que enfim!) da questão teórica mais instigante e controversa da contemporaneidade: a aproximação entre marxismo e psicanálise, o inconsciente e luta de classes. Pode ser que essa esperança resulte em vão, quem sabe. Afinal, em termos de discurso sobre sexualidade, paramos em Gilberto Freyre. Nossa ousadia sexual, ao contrário do que muita gente imagina, não foi além do frenesi de bodum quitutes e açoites na varanda: doce mulata malvada *A scientia sexualis* cabocla continua sendo *Casa Grande e Senzala*. Há, é claro, em nosso discurso ficcional o fogaréu das páginas exóticas cabeludas temperadas com dendê: Jorge Amado, por exemplo; ou a câmara "sexy" de Walter Hugo Koury roçando nos lençóis da alta classe média paulistana. Judiação, não? O subdesenvolvimento deve, com certeza deixar marcas profundas no corpo, mesmo no corpo daqueles que escaparam à castração do trabalho manual: os intelectuais, que bem lá, no fundinho, não conseguem esconder o complexo sadomasoquista de terem se livrado dos efeitos mais degradantes e violentos da divisão social do trabalho. O verbo empalidece ao focalizar a sexualidade, e sua forma mais rica, o erotismo.

Em meio ao miserê generalizado deste país, objetaria um aspirante a sociólogo materialista, preocupar-se com

sexualidade não seria luxo, perfumaria, vício de ocioso?, coisa de intelectual diletante e europocêntrico? Muita gente acha que sim. Tal postura me cheira no entanto a economicismo. Vejo nela o moralismo de fundo patriarcal, que reforça a conhecida resistência contra a ciência do gozo: a psicanálise. Espantoso mas é verdade: não há nenhum livro sobre repressão sexual no Brasil. Nós, da periferia, não nos movemos bem nessa área. Aliás, Cortázar, apanhando outro ângulo — o da literatura — escreveu certa ocasião, com ironia, a respeito da dificuldade de se alcançar uma erótica do verbo na América Latina. E sem verbo não há erotismo possível. Ruborizamos facilmente quando falamos do erótico. E, quase sempre, falamos mal. Ou não falamos. O motivo seria a ausência de liberdade política e autonomia econômica? Em parte, sim. Segundo ele, "pretender-se dono de uma linguagem erótica quando nem sequer se ganhou a soberania política é ilusão de adolescente".

Certo, o "subdesenvolvimento da expressão linguística no que toca à libido torna quase sempre pornografia toda matéria erótica", lamenta Cortázar em seu ensaio, de resto, o único, que salvo engano, trata do assunto entre nós. Se é desigual a relação entre nível estético e evolução sócio-econômica, é bem possível que haja entre esta e a linguagem erótica uma não sintonia também. Caso contrário, Machado de Assis, mestre no assunto, seria inimaginável no Brasil. Tal questão não é fácil. Mas uma coisa parece inegável: apesar de seu caráter histórico-universal, o significado das interdições sexuais não é idêntico em qualquer canto do mundo.

A dinâmica do capitalismo é, como se sabe, universal; todavia, a acumulação de capital assume essa ou aquela característica conforme a inserção de cada país no sistema global, quer se trate de país hegemônico ou periférico e dependente. Por que, então, não aconteceria o mesmo com a sexualidade e sua repressão? Para Foucault, pelo menos até o século XVIII, a repressão sexual recaiu com mais intensidade nas classes dominantes do que nas classes dominadas. A sociedade moderna teria incentivado o surgimento de uma libido tagarela, a proliferação de discursos sobre o sexo, que se traduz numa "vontade de saber" sobre ele, criando dispositivos e instituições para reprimi-lo ou domesticá-lo, desde a escola, a confissão na Igreja até as clínicas psiquiátricas. Num ponto seu livro pretende-se original: no capitalismo não teria aumentado a repressão sexual; o que houve, na verdade, foi a emergência de mecanismos intersticiais de poder (o divã, as clínicas, etc) produtores de discursos com a finalidade de controlar a sexualidade, quer a "normal", quer a polimórfica-perversa. Essa idéia não me parece tão original assim: ela está, desde os anos 30, na reflexão da escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse), para quem o sexo no capitalismo, sobretudo no tardio, dessexualizou-se; tornou-se obsceno (a carne que sobra, na definição de Sartre), à medida em que o instinto sexual concentrou-se exclusivamente na genialidade, culminando na atual dessublimação repressiva. Para a teoria crítica de Frankfurt, não se coloca a questão tão cara à Foucault: saber se aumentou ou não a repressão sexual no capitalismo. Nela o que está em pauta é o estreitamento de Eros e a integração da genialidade requerida pela socialização antagonística, quer no Capitalismo tardio, quer na versão burocratizada do socialismo.

Foucault estuda apenas a Europa. Um estudioso ousado poderia, no entanto, descobrir nesse livro algumas pistas para se pensar no possível estatuto diferente da repressão sexual na periferia capitalista. E suas implicações políticas. A submissão às normas sexuais de uma sociedade se faz acompanhar também de submissão política. Não se trata de optar entre as duas preposições: trabalho, logo, existo. É importante estudar porque as pessoas desejam a barbárie e babam de volúpia ante a autoridade. Não é só por causa de ameaça do terror que as classes dominadas não se rebelam contra a ordem. Ou o reverso, que o marxismo vulgar não dá conta: se as pessoas são pura e simplesmente determinadas pelas condições materiais, por que elas resistem à opressão? É em torno disso que a psicanálise (a radical, de inspiração freudiana) pode ser útil. Estupidez é achar que política só existe nos pronunciamentos do MDB. É de mister colocar o erótico acima do umbigo, como dizia Cortázar.

Insisto: temos de deglutir as reflexões contemporâneas sobre política e sexualidade. Temos de remanejá-las de alguma forma para o nosso contexto. Lá se foi a época em que existia relação truncada entre marxismo e psicanálise, grilo entre a práxis e o êxtase. Hoje só os comunistas de varal, que sentem asco pelos desvãos da subjetividade (o desprezo do "pessoal" como esfera apolítica é sintoma disso) acham a psicanálise um saber burguês. No que toca à reflexão da sexualidade, estamos 50 anos atrasados. Mas não se deve obscurecer um fato, que talvez seja uma vantagem: não temos aqui de percorrer o processo que, na Europa, viciou e empacou a aproximação entre psicanálise e materialismo histórico.

A psicanálise enquanto novo ramo do conhecimento talvez tenha surgido como consequência das falsas e irrealizáveis promessas do capital; ao invés da personalidade plena e harmônica com que sonhavam os iluministas, a sociedade capitalista assistiu ao estilhaçamento do corpo nas relações de produção, a opacidade crescente nas relações sociais, cujos reflexos na subjetividade são o recalçamento e a repressão do desejo. Não é por acaso que em seus primeiros escritos, em suas cartas a Fliess, Freud apontava a transparência como condição para a felicidade humana: o dinheiro não traz felicidade porque não é um desejo infantil. Walter Benjamin diria quase a mesma coisa: viver em casa com telhado de vidro é uma virtude revolucionária par excellence.

A gênese da preocupação com o estatuto político da sexualidade talvez tenha a ver com a estagnação do proletariado, a inércia da práxis a partir de meados dos anos 20, a estalinização do marxismo; em suma, a ausência de revoluções socialistas na Europa. A travessia histórica torna-se problemática; o programa de transição, turvo e complicado. Começa-se, então, a esmiuçar a superestrutura cultural; o amadurecimento das "condições objetivas" não basta se não pintar o desejo de mudar a vida, a ardência revolucionária. E a pedra de toque desse desejo poderia estar lá na sexualidade. Não como *deus ex machina* da história. Não se trata de psicologismo, ou seja, erigir a sexualidade como portadora de mudanças sociais. No final dos anos 20, a preocupação com a sexualidade quer fisgar o ponto onde incide dominação política e repressão sexual. A primeira fase da obra de Reich denuncia a família como "fábrica de ideologias", lugar amargo da não transparência do corpo: infância mutilada e, mais tarde, orgasmo traído: a repressão atingindo, embora com variações diferentes, todas as classes sociais. Cubra sua mãe de porrada enquanto ela é jovem — tem um quê de reichiano no provérbio surrealista. Na miséria sexual encontra-se um dos fatores explicativos do comportamento político irracional das massas. Ou noutros termos, o problema está em saber porque o faminto não rouba. Em Reich, o orgasmo aparece um pouco ingenuamente como virtude, sinal de saúde psíquica e, quem sabe, princípio da negatividade social e política. O slogan *pão e orgasmo* diz tudo. Mas talvez, hoje, não diga mais nada; a sociedade capitalista avançada o domesticou. *Pão e espasmo* atualmente gruda mais na raiz. (Num certo sentido, até um tabaréu de Taubaté saca que beijo na boca não significa mais nada).

Com a escola da Frankfurt a retomada de Freud em 1930, época na qual a maioria dos marxistas olhavam com desdém para a psicanálise, ganha significado duplamente ofensivo e crítico. De um lado, mostrando a história do Ocidente como história da renúncia, que deságua na introjeção burguesa do sacrifício e sua espiritualização do amor; doutro investindo contra a moral ascético-heróica do stalinismo e o horror ao sexo que exibem as obras do realismo socialista. Adorno, que era chegado numa vida voluptuosa (segundo ele, é o burruês que deseja o contrário: arte voluptuosa e vida ascética) manteve até morrer a mesma posição, sem cair jamais no anticomunismo — para usar a mágica palavra, que na boca dos socialistas do tédio, serve de acusação idiota contra os que exercem a crítica na esquerda. (No Brasil é comum ouvir: não é o momento de se criticar a esquerda. Criticá-la é fazer necessariamente o jogo da reação...) Em sua última obra, *Teoria Estética*, Adorno não vacila: antes do desaparecimento da arte que o realismo socialista.

No final dos anos 20, a experiência stalinista e a "integração" do proletariado europeu ressoam na avaliação da sexualidade. Os teóricos de Frankfurt, apontando para a Rússia anti-sexual, cobravam: a felicidade será erótica ou não será felicidade. Nessa mesma época os surrealistas, para quem o desejo é o único rigor que o homem tem de conhecer na vida, criticam a visão econômico-produtivista da revolução; seria preciso fazer uma idéia física, sensual, erótica, convulsiva da revolução. "Conquistar as forças do êxtase para a revolução", como falou um marxista insuspeito: Walter Benjamin. Há um toque profético (no sentido que dá Isaac Deutscher a essa palavra) na "iluminação profana" dos surrealistas; daí as afinidades entre Andre Breton e Trotsky. Na *Revolução Traída*, Trotsky condena com amargura a lei de 1936, que proíbe o aborto na Rússia; logo depois viriam os decretos de 1944 restabelecendo o casamento e a família tradicionais. As "alegrias da maternidade", alardeadas por Stalin, são de fazer

inveja à moral do Vaticano: viva a procriação, abaixo o gozo! A essa altura é bem provável que um comunista-vó-de-pijama, lendo este artigo, se sacaneie e me acuse de má fé: por que a crítica recai mais na esquerda do que na direita? Simples, carinha; a burguesia é, por motivos políticos, incapaz de pensar e exercer o erotismo; sua visão reificada e instrumentalizante do corpo, cuja origem social está na exploração da mais valia, não lhe permite ir além do umbigo. Sua sexualidade é a sexualidade da fornicação. A burguesia não tem apenas limites gnoseológicos; ela tem também limites sexuais, embora Lukács tivesse visto só os primeiros.

Mais do que o surrealismo, a escola de Frankfurt — atenta à integração do proletariado — chamou atenção ao mesmo tempo para outra integração: a da sexualidade genital. Ela mostrou a ingenuidade da — utopia sexual fundada na liberação da organização sexual adulta. A crítica marcuseana ao genitalismo de Reich, que deposita confiança revolucionária na sexualidade normal — sadia — natural, tem como pano de fundo a recuperação e domesticação do orgasmo nas sociedades capitalistas avançadas. Não é à toa que Marcuse bota mais ênfase na palavra *eros*, que é mais abrangente e irrecuperável, do que na sexualidade. Esta, segundo ele, não é incompatível com a socialização repressiva. Lacan, Igor Caruso, Norman Brown, Bruce Brown, Helmut Dahmer, enfim, todos os estudiosos que se preocupam com o estatuto político da sexualidade, são unânimes em desqualificar o amor genital como atitude libertária. Aquilo que, para Reich, era altamente corrosivo à ordem capitalista — o desafogo das necessidades sexuais dos jovens — está integrado na sociedade industrial avançada. Diante disso soa bastante problemático, hoje, acreditar na força revolucionária emanada da sexualidade genital satisfeita.

Assim, através de dispositivos repressivos, a sociedade capitalista desublima o sexo, instigando a produção de discursos edulcorados sobre ele.

Em todos esses autores não há, no entanto, nenhuma estratégia (em termos de organização político-sexual, como por exemplo a Sexpol reichiana) para solapar no cotidiano, a integração social da genitalidade. Falta-lhes a junção entre teoria e prática, o que redundava muitas vezes numa postura erótica desencantada e contemplativa: "amor a quanto nos obriga, sim?"

Que eu saiba hoje em dia somente David Cooper (em seu belíssimo livro, *A Gramática do Viver*) não coloca o amor genital no impasse e nem desqualifica o êxtase orgástico. Otimista, Cooper permanece, num certo sentido, fiel a Reich: o êxtase orgástico descongela, ainda que de modo fugaz, o princípio da realidade; expurga do corpo os fantasmas paternos e como um raio apaga momentaneamente a luz da renúncia dentro da cabeça. Sua gramática, sob esse ângulo, é dissonante, estranhada, transgressora: o êxtase orgástico se banha de negatividade. A impossibilidade de alcançá-lo não significa, como quer a dominação, infortúnio pessoal, mas infortúnio político: resistência introjetada no mais íntimo do indivíduo, contra o prazer. O mistério, o lusco-fusco, a opacidade mistificadora que envolve, é ideológico: parodia no corpo a não transparência da totalidade social. Não é, assim, vã a distinção entre orgasmo e ejaculação que se avizinha da distinção entre essência e aparência, sem a qual é impossível falar em ideologia. Se as duas coisas se confundissem, haveria necessidade do divã?

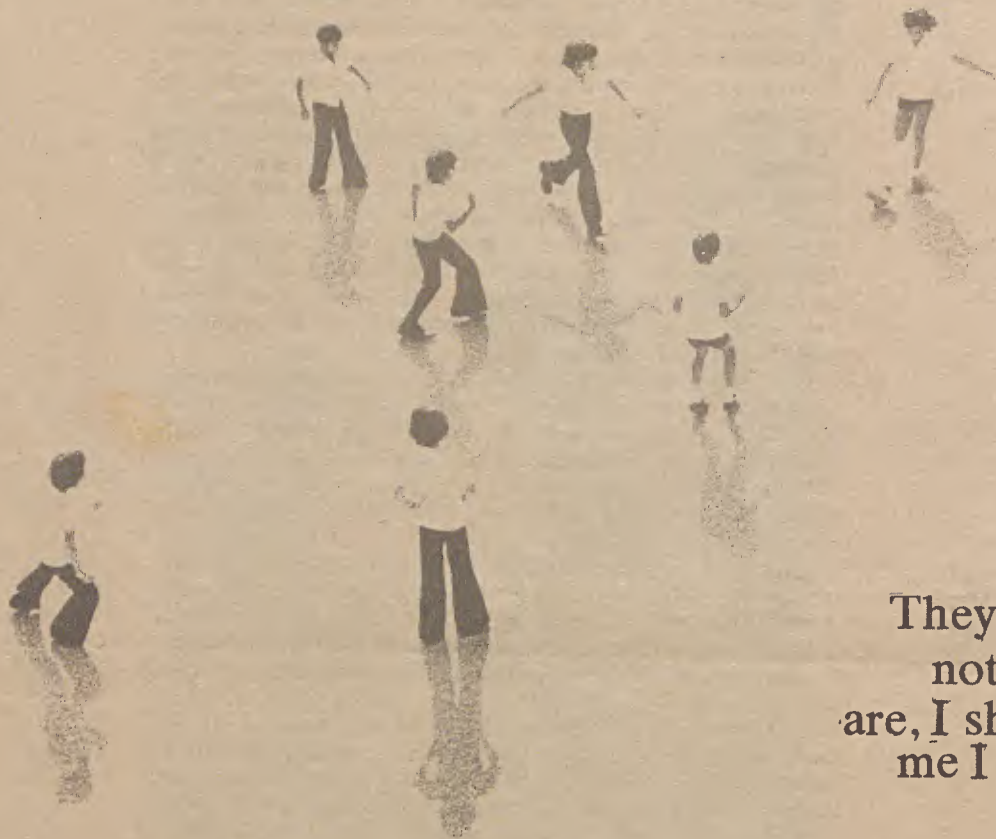
Pode ser redutora e simplista essa perspectiva teórica, mas ela tem o mérito, o grande mérito, de não perder de vista o corpo que padece. Ainda mais quando olhamos para o capitalismo selvagem da América Latina, que nega à maioria da população o direito de um refúgio privado (falta de moradia, por exemplo, ou moradias empilhadas de gente) para transar o sexo. Além de debilitar a capacidade de resistência da classe explorada, a frustração sexual incita o comportamento político irracional: as massas agindo contra seus próprios interesses. Os operários não são deuses, é bom lembrar. Um empertigado estruturalista, para quem a psicanálise esgota-se nas questões epistemológicas, deve possivelmente achar isso tudo "humanista", sentimental, derramado. A psicanálise nada tem a dizer sobre determinada greve, concordo. Mas ela tem a dizer sobre a maneira como as pessoas se comportam na greve. Isso envolve um fato psicológico, que é a um só tempo político.

O problema é que ninguém saca nada sobre a particularidade da interdição sexual no Brasil — o ponto onde esta se mescla com a dominação política — para desmacarar a miséria sexual (séculos de escravidão e semi-escravidão com violenta instrumentalização do corpo) e suas implicações ideológicas do cotidiano das camadas subalternas da população.

Até segundo aviso, acho que a "vontade de saber" sobre a sexualidade, a que alude Foucault como traço da sociedade moderna, parece ter-se eclipsado aqui. As instituições em geral e as ideologias de Estado (vide o atual moralismo censurado Fellini e Picasso) têm tido o costume de recalcar o sexo, ocultando-o e silenciando-o por todos os meios. Que canção, que filme, que livro entre nós mudou os costumes do phallus? A luz difusa do abat-jour lilás é a coisa mais sensual que se escreveu no Brasil. Você não acha, Terezoca? (Gilberto Vasconcelos)

Através do espelho e o que a gente encontrou lá

Flávio Lenz César



They are playing a game. They are playing at/
not playing a game. If I show them I see they
are, I shall break the rules and they will punish/
me I must play their game, of not seeing I see/
the game — R. D. Laing

Quando se investiga a produção de teatro infantil em cartaz a gente (que não é criança, nem pais, nem críticos) encontra um problema: quem é a “criança ideal” a quem se dirige e/ou quem tem por objetivo a maior parte desta produção? A própria existência de um teatro que se diz infantil pressupõe uma relação com uma faixa determinada de público e com um conteúdo que é inteiramente exterior a este público e à sua realidade. Ao mesmo tempo, esta representação se estrutura ideologicamente através de elementos pertencentes ao teatro e às ideologias da sociedade de maneira a permitir que a exterioridade desta relação seja integrada a um aparelho ideológico mais complexo. O teatro “infantil” apresenta uma peculiaridade que é a transparência de um aparato científico, ligado a uma certa psicologia da criança, a uma certa pedagogia, que lhe fornece, não apenas um apelo publicitário, mas também uma garantia da “boa qualidade” do espetáculo. Ao contrário do teatro de adultos, o “infantil” não oculta a existência deste mecanismo, que lhe serve, muitas vezes, de ponto de partida para a criação de um texto e um espetáculo. O espetáculo se vincula ideologicamente a este aparato assegurando a manutenção do circuito de formação da criança, isto é, família-escola — (...) ao mesmo tempo que, sob uma perspectiva adulta da criança, constitui uma identidade onde ela deverá ler-se, passando a espelhar-se numa identidade que lhe era exterior.

O público do teatro “infantil” pertence a uma faixa na qual as diferenças etá-

rias interferem diretamente na relação com o espetáculo, seja pelos interesses diversificados, seja pelas características da fruição. As crianças na platéia ficam sob a vigilância dos pais, de um professor ou de um acompanhante qualquer, que a esta altura já influíram na escolha da peça, já anteciparam alguns dados sobre a mesma. A própria peça é produzida a partir desta situação de vigilância, levando em conta uma espécie de superego familiar que se encontra presente na sala de espetáculos. O teatro dito infantil introjeta este superego em si mesmo, articulando cada elemento do espetáculo (o código teatral: iluminação, marcações, empostação, som, etc.) de tal forma que cria uma relação autoritária palco-platéia. Muito se chama atenção para a importância do teatro, que não só adquira um hábito, mas que progressivamente venha a deter o saber do código teatral. O teatro “infantil” é o missionário desta pedagogia especificamente teatral, simultaneamente que se incumbe de cumprir as propostas educacionais tradicionais. Mas como evitar a imposição do palco e suas convenções sobre a platéia sem cair num teatro comportamental que privilegie as “espontaneidades”, num sensorialismo que mascare ainda mais o significado do produto teatral? A pedagogia possível do teatro infantil deveria, ao mesmo tempo que narra a peça, encenar a produção dos efeitos dramáticos que constroem a própria narração, desconstruindo cada elemento do código teatral para permitir uma aquisição crítica que não esteja baseada na repetitividade

de produtos acabados, mas no conhecimento direto do processo de produção. A relação palco-criança não deve ser considerada apenas por parâmetros bem sucedidos no teatro de adultos, mas ela própria precisa ser estendida para a complexidade da relação teatro-criança. Tomemos uma cena da peça *É Hora de Cirandar*: os três personagens, crianças brincando na sala da casa, imaginam um passeio de automóvel ao centro da cidade, dialogam entre si sobre o movimento das ruas, quando um deles aponta para o fundo da sala mostrando um cachorrão que está do outro lado da rua; de imediato toda a platéia se vira para o local apontado procurando pelo cachorro. O imaginário da situação encenada perpassa a realidade do espaço físico da sala de espetáculo, mostrando a fragilidade das convenções teatrais impostas. A relação teatro-criança deve ser compreendida e problematizada com elementos críticos que abranjam desde o espaço físico do teatro até a preparação da ida ao teatro.

O alcance do teatro "infantil" empresarial produzido no Brasil é restrito a uma certa faixa social, que atinge a classe média pra cima. O próprio público infantil desta faixa ainda não incorporou as suas atividades o hábito de ir ao teatro. Todo mundo sabe das condições precárias de produção: ausência de salas especializadas, dependência de cenários e recursos técnicos do espetáculo noturno, sessões apenas no fim de semana, atores mal remunerados, etc. Além das constantes pressões exercidas por pais, educadores, críticos que obrigam a reviravoltas e concessões, levando o espetáculo muitas vezes a se ressentir e a se intimidar criativamente. Mas num outro nível é que a produção "infantil" sofre as piores distorções: é ao nível do pleno funcionamento de uma estrutura empresarial que necessita assegurar seus vínculos com o público que a legitimará, gerando o fechamento dentro de uma problemática de classe média, com suas soluções típicas. Todas as possibilidades críticas incapazes de subverter os impasses e o movimento deste círculo impedem a saída que a própria produção "infantil" deseja. Várias opções têm sido testadas no sentido de pensar esta procura fora deste círculo fechado. Vejamos duas: uma primeira propõe um circuito alternativo levando peças "infantis" às escolas, às fábricas, etc (ou vice-versa). A validade da proposta está no fato de atingir um público à margem não habituado com o teatro, mas acaba por reduzir-se a uma relação tópica, a festividade de uma visita, onde o diálogo das partes não ultrapassa o meramente formal do encontro social. Já a segunda, faz parte de programas culturais do Estado mais extensos, como por exemplo, o "lazer racionalizado", que para chegar à periferia elabora um esquema de trabalho de fácil mobilidade para um público que não tem acesso ao teatro empresarial dos centros das cidades (como o projeto Carroussel e

Tenda da Cultura). Aqui, se evidencia a superficialidade do contato já apontada na primeira opção, agora sob o patrocínio e participação numa política cultural oficial. Ocorre então, com maior ênfase que os limites da problemática de classe média se delineiam, traçando uma linha de separação entre público e espetáculo, que agora pode ser instrumentalizada para suscitar carências e ideologicamente mascarar as contradições entre um e outro, que vão garantir o sucesso da política cultural a qual pertence.

Quais as principais razões que motivaram a presente fase de agitações do setor empresarial do teatro "infantil"? Como poderíamos, então, entender o movimento das discussões, o sentido das novas propostas em relação à disposição dos interesses empresariais, as requisições de um protecionismo do Estado que vai culminar com a cooptação do teatro "infantil"? Os Encontros Nacionais de Teatro Infantil e os Seminários de Dramaturgia Infantil, realizados em Curitiba desde 1975 serviram para esquentar os debates, dando partida a uma discussão propriamente artística e teatral que servirá de suporte para materializar os projetos empresariais e sua conseqüente política teatral. No último Encontro, em julho do ano passado, foram tiradas onze reivindicações, que visam eliminar os preconceitos referentes ao teatro "infantil", exigindo a participação maciça do Estado neste setor, até agora relegado a uma categoria de menor importância, sem representatividade e sem órgãos especializados. Assim, dez das onze reivindicações são dirigidas ao SNT e a última é um protesto à censura. Em São Paulo, em decorrência deste processo, sob a iniciativa de produtores, foi organizado um seminário de teatro "infantil". Dele partiu uma proposta de associação, que agregue além de produtores, atores, educadores, autores, servindo de centro de contato, permitindo a troca de informações entre diferentes linhas, e sobretudo, constituir uma entidade representativa do teatro "infantil" nas suas relações com o SNT. Dentro do quadro atual do teatro "infantil" no Brasil este

crescimento das relações com o Estado, que já se apresenta em pequena proporção através de verbas e iniciativas esporádicas, assume uma perspectiva iminente de queda em projetos oficiais de política cultural que ironiza o caráter progressista que envolve esta estratégia de diálogo.

Mas como se relaciona com este quadro, seja através de sua circulação com o público, seja através de sua participação dentro de uma política empresarial do teatro "infantil", uma peça que propõe uma ruptura desses limites instaurando, uma relação crítica da criança com a discussão criada no palco? É o caso da peça *É hora de Cirandar*, montada e produzida por seu autor, Plínio Rigon, no Teatro Ciranda, em São Paulo. Aqui fica patente que o fechamento do círculo onde se situa o teatro "infantil" brasileiro, não depende exclusivamente de uma vinculação explícita a uma política cultural do Estado, ou a uma vinculação servil à moral das platéias, mas à própria problematização da ruptura já vem posta em termos que estão inteiramente colados à sua própria incapacidade de romper com o círculo. Quer dizer, esta "incapacidade" se deve antes de mais nada à crença de que uma problematização exterior à sua relação com a platéia, exterior às suas condições de produção, exterior à organização do código teatral, possa resolver uma questão "no palco", quando mais profundamente a questão está sendo protelada e formulada parcialmente.

"Um espetáculo bom é um investimento certo" — está fórmula pronunciada por Plínio Rigon ganha matizes inesperadas. Plínio, autor-produtor-diretor, um dos sócios do Teatro Ciranda, traz à tona as contradições que cercam a atividade empresarial do teatro "infantil", sobretudo por sua peça pretender uma relação crítica precisa com a platéia infantil. Dizer que um padrão-qualidade é garantia dos lucros de um esquema de produção é ter de antemão um modelo eleito de espetáculo de sucesso. Por outro lado, este modelo não diz respeito apenas a um espetáculo de fadinhas, bruxas e sacis, a peça "infantil" tradicional, mas engloba inclusive experimentações temáticas, peças de "conteúdo social" e político. Não cabe aqui justificar a escassez de público que a montagem de *É Hora de Cirandar* teve de enfrentar, mas procurar compreender as possibilidades da proposta se concretizar e atingir o efeito crítico pretendido.

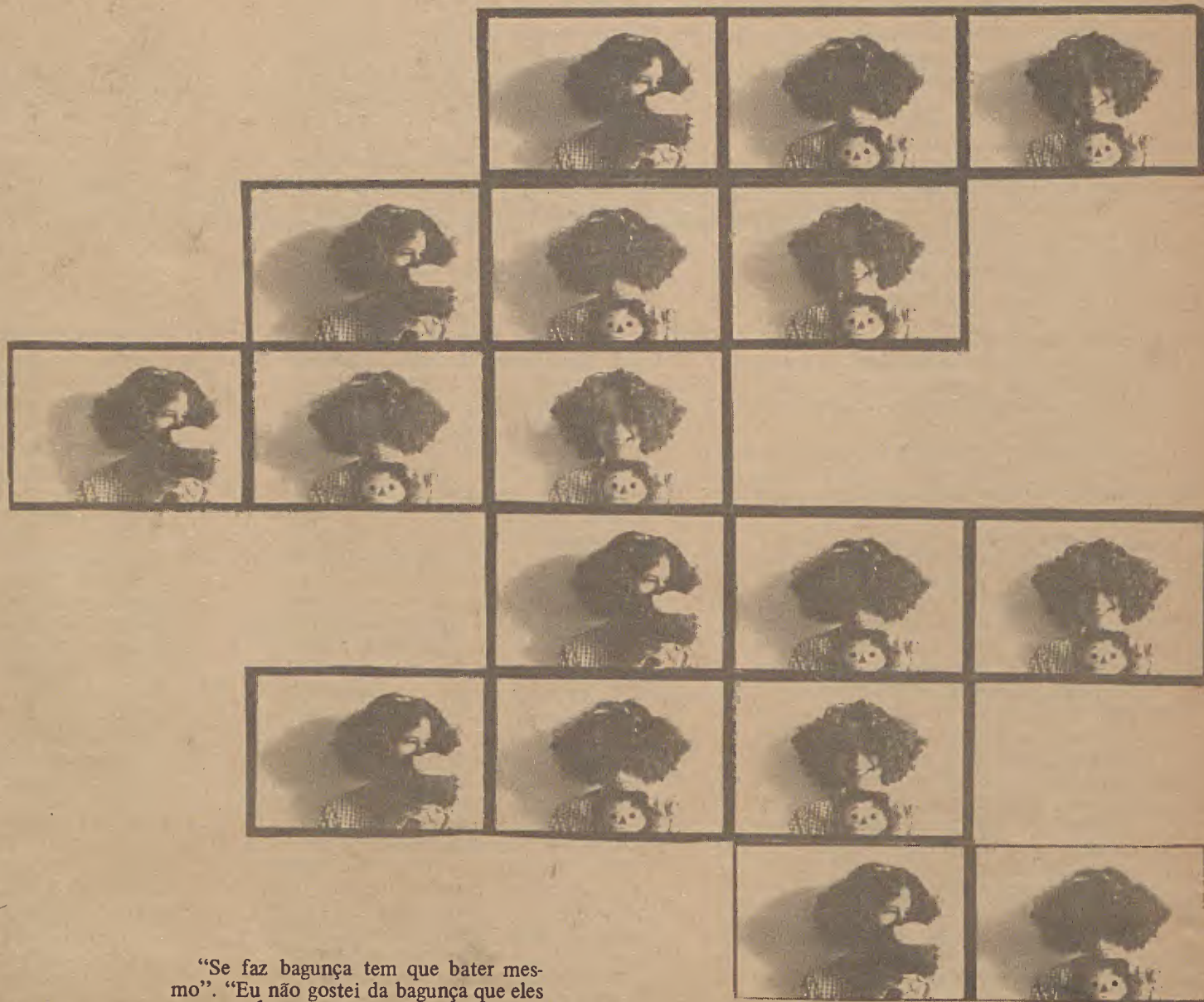
Para articular sua posição Plínio opta por uma linha de teatro realista. Vejamos o que diz Plínio: "A alternativa seria um espetáculo destinado a divertir, estimular a inteligência e vivacidade, sem doutrinar. *Apresentar a criança tal como ela é e não como o adulto e a sociedade desejam e lhe propõem que seja, de modo que ela se divirta e se emocione pela identificação. O espetáculo funcionaria para ela como uma catarse emocional, da mesma forma como funciona para o adulto. Teatro realista para que a criança se veja retratada em sua vivência diária, reconheça seu ambiente, seu comportamento e o dos que com ela convivem. Certamente, não terá senso crítico e capacidade para perceber as limitações que lhe são impostas. Apenas se divertirá e talvez possa começar a aprender a ver a si mesma e reconhecer seus problemas, quando vividos em cena por personagens, que se espera, sejam fictícios (os grifos são nossos). Neste depoimento há o eterno retorno do mecanismo especular do teatro "infantil": ao mesmo tempo que Plínio procura uma alternativa, desviando da identidade que o adulto e a sociedade instituem para a criança, ele na realidade acaba por propor esta identidade, sorrateiramente indo buscar na relação do adulto com o teatro um modelo para o teatro "infantil". Frisando que esta relação criança-teatro não se dá no mesmo grau que a relação adulto-tea-*

Bethy Leirner



tro, mas seu efeito catártico, possível tanto em uma como na outra, permite via um aprendizado (o que subentende a repetição a longo prazo) o "despertar" infantil, ele deduz então "um espetáculo realista que não perdeu o mágico e o maravilhoso que embelezam o mundo infantil". Seu raciocínio dá muitas voltas, neutraliza as contradições para reforçar sua escolha teórica, que no final das contas, não faz mais do que travestir a mesmice do teatro "infantil". Na prática, como vamos ver, o espetáculo se enriquece destas contradições, rendendo além dos equívocos da proposta, atingindo efeitos muito mais críticos do que aqueles negados pela catarse.

A construção deste espetáculo, efetivando na prática o proposto acima, baseou-se a princípio em uma pesquisa que pudesse acrescentar dados empíricos a uma hipótese inicial de trabalho. Pressupondo que a criatividade e a percepção da criança são bloqueadas pelos modelos impostos pela sociedade dos adultos, que a própria organização do espaço doméstico é imposta, juntamente com um conjunto de regras que legislam sobre o permitido e o proibido, Plínio elaborou um corpo de entrevistas sobre a ocupação das crianças em casa, e a partir de desenhos, deixou que elas imaginassem seus quartos e como gostariam que fossem. Os resultados foram integrados à narrativa que já estava esboçada: uma família vive num apartamento com dois filhos; um dia, quando os pais saem para compras, as crianças mais uma amiga do edifício constroem a sala segundo uma ordem lúdica que se opõe totalmente à concepção dos pais. A fase seguinte do trabalho dependeu da relação dos atores com as idéias colocadas. Os atores não vinham de nenhuma experiência conjunta anterior, nem formam um grupo, e foram contratados pela produção recebendo um cachê semanal. A direção passou a orientar a criação dos personagens deixando cada ator responsável pela caracterização de seu tipo. Assim os atores puderam intuir identificações entre os personagens e crianças reais. Através de laboratórios era incitada a improvisação que envolvesse todos os dados já colhidos. Plínio, paralelamente, ia escrevendo o texto final. As músicas foram compostas à medida que a narrativa tomava corpo, se inserindo nela sem provocar maior conflito com a surpresa da aparição musical dentro do realismo. Até as primeiras apresentações a preparação levou um mês e meio, mas o produto final não tomou uma feição definitiva, permaneceu aberto a modificações. A principal mudança ocorreu com a solução do final da peça. A princípio, indeciso, o espetáculo terminava com a chegada dos pais e o assombro das crianças. Era suspensa a problematização do confronto direto das relações de poder entre pais e filhos pela recusa clara da peça. O espetáculo viu-se obrigado a assumir o confronto e se posicionar: as pressões dos pais ("Vocês fazem isso porque não têm filhos", "Se meus filhos fizerem isso em casa nós viremos conversar com vocês", "Bonita lição que vocês estão ensinando para eles") e a expectativa das crianças forçaram uma definição. Esta definição acabou por conceder uma solução conveniente às reações que o espetáculo já tinha causado: à chegada dos pais na cena final são dadas duas versões, ou seja, dois finais. O primeiro é uma violenta manifestação de desagrado e castigo, onde se torna inviável qualquer possibilidade de diálogo entre as crianças e os pais. Esta solução é posta como aquilo que geralmente acontece na realidade, se opondo à segunda solução que funciona como uma fantasia exemplar para esta realidade. Nela aparece uma conciliação açucarada, pois os pais calmamente reconhecem a graça da criatividade das crianças, para logo em seguida, justificando com a vinda de uma visita, pedir a volta da ordem anterior.



Bethy Lairner

"Se faz bagunça tem que bater mesmo". "Eu não gostei da bagunça que eles fizeram. É feio". "Eles usam bem a imaginação deles, mas fazem muita bagunça". Como discutir realisticamente no palco uma situação de repressão para um público de crianças que vivem cotidianamente esta repressão (em casa, na escola, entre si), sendo que a maior parte delas já se familiarizou tanto com o mecanismo ideológico da sociedade dos adultos que é capaz de se ler nas leituras que os adultos fazem dela, praticando o autoritarismo que lhe é imposto. As entrevistas feitas com crianças que assistiram a peça (as frases citadas são, respectivamente, de crianças de 11, 3 e 9 anos) denotam a introjeção desta Lei em consequência da vigilância dos adultos que as obriga a um ajustamento, pela cobrança permanente da "diferença" entre eles. O teatro realista pode arquitetar uma construção teatral que forneça elementos problematizantes desta situação de vigilância, fragmentando sua introjeção. Isso abriria para a criança a possibilidade de lidar com esta "diferença", à medida em que descobre que o antagonismo desta falsa equação é forjado, assumindo sua condição de criança enquanto criança, isto é, sua sensibilidade, sua sexualidade, sua percepção, sua lógica, independente de qualquer comparação em miniatura que tome o adulto como espelho. Mas o teatro "realista" tal como enunciado por Plínio Rigon nega à criança uma maturidade crítica, generosamente lhe atribuindo uma predisposição à catarse equivalente à do adulto. Contudo, sua colocação oferece à criança, uma relação insuspeita: o fato das crianças assistirem uma teatralização de uma temática que lhes diz respeito provoca um distanciamento, um rompimento do convencional do teatro "infantil" (o que é circunstancial a este espetáculo), que funciona como uma guinada crítica para qualquer criança.

Se a gente aproxima o teatro realista tal como proposto em *É Hora de Cirandar* com as experiências do Grips-Theater de

Berlim (que a gente conhece por uns poucos textos) há certos cruzamentos. A linha do Grips é próxima de uma tradição brechtiana, voltada para a discussão de problemas que cercam as relações das crianças com o mundo através de uma teatralidade politizante, motivando a fantasia das crianças para a viabilidade da transformação social. Para isso, o teatro emancipatório procura um sentimento de auto-valorização nas crianças, que consiste em inseri-las, lhes conferindo um papel, em lutas sociais mais amplas. A temática gira em torno de problemas do cotidiano estimulando um estranhamento dos acontecimentos "naturais" do dia-a-dia, um estranhamento que a própria encenação usa na interpretação dos atores adultos em papéis de crianças. Este questionamento ininterrupto vem desde o processo de elaboração da peça, a feitura e discussão coletiva. Mas se existem semelhanças elas se metamorfoseam: a proposta teórica de Plínio Rigon de um teatro realista para crianças acaba se tornando na prática, por sua formulação fechada ao círculo que envolve as relações do teatro "infantil" no Brasil com a empresa com a faixa social que constitui seu público, com um padrão de espetáculo que por mais renovador que seja não vai além do contorno da circunscrição, um teatro naturalista para crianças. A peça não questiona a própria articulação do código teatral nem a narrativa se abre para a discussão do que narra, o "realismo" creditado à encenação a fidelidade da reprodução. E esta reprodução é cifrada nas fronteiras da classe média: o tipo de apartamento com sua decoração, sua televisão, os modulados, seu sofá e suas poltronas, seu vestido de festas e suas cortinas, sua empregada.

A gente se sente dentro de casa "nos declararam alguns dos pais entrevistados: o "realismo" tem por efeito uma descrição cortês dirigida a um público preciso. A marca mais interior destas fronteiras de classe é a fragilidade do tema escolhido para discussão ("a casa não é só dos pais") e a forma como esta discussão se processa (através da desarrumação da casa pelas brincadeiras das crianças). O conflito entre os personagens se dá através dos laços familiares que motivam o autoritarismo dos pais e a repressão das crianças e se limita à questão da organização do espaço da casa. Nada é posto no sentido de quebrar as quatro paredes da discussão. Até o personagem da empregada que poderia problematizar o fechamento, por ser exterior a ele, é neutralizado com uma máscara infantilizante. Em muitos momentos a empregada se confunde com as crianças, entrando na brincadeira e agindo como elas. Não será a construção do personagem modelada ideologicamente pelos próprios limites da abordagem e esta visão da empregada, metade criança metade escravo uma ideologia de classe?

A narrativa ocupa-se das brincadeiras dos personagens infantis durante quase todo o espetáculo, entre uma cena inicial (o café da manhã da família e a saída dos pais) e os dois finais. Brincadeiras de crianças de apartamento são transpostas para o palco: desfile com o vestido da mãe, viagem de carro à cidade, trotes pelo telefone, invasões extra-terrenas interpretadas por super-heróis, a previsão do sucesso de Cida (a empregada) num programa de calouros, a construção de uma casa ideal, etc. As brincadeiras não servem de pretexto para uma desmontagem do que, está sendo brincado, tampouco são utilizadas com uma função crítica de questionar a reprodução das relações miméticas da criança com o "mundo dos adultos". Nada disto acontece, inclusive, a interpretação dos atores, que escapa da estereotipia, dão uma verossimilhança aos personagens, uma espontaneidade gestual e verbal que acabam por negar não só que são adultos fazendo o papel de crianças, mas dados críticos que pudessem desnaturalizar esta relação (crianças imitando adultos). O espetáculo ousa quebrar o naturalismo para instigar uma reflexão somente através de elementos da trilha sonora e no final. "Uma peça nunca tem dois finais. Um mau e um bom", se a construção das cenas finais provoca nas crianças uma indagação, colocando-as em jogo, fissura o processo naturalista para inaugurar uma compreensão do real acompanhada de uma possibilidade de transformação. O que se rompe não é só a lógica de um falso realismo, mas simultaneamente o tipo de interação que a criança vinha mantendo com o espetáculo: o espetáculo é mutável como a realidade. Mas esta possibilidade se nega pela parcialidade de sua solução: à questão se adianta uma solução dirigida que hipnotiza a criança. O primeiro final dá uma solução, à qual a peça fornece uma credibilidade maior, mas é depreciado por sua oposição ao segundo final, sob uma aparência de valorização da criança, acaba por conciliar a ordem da família sob o poder dos pais, o que é uma exaltação da "educação moderna". A hipnose das crianças lhes permite o reconhecimento da veracidade do primeiro final, típico das suas relações familiares e logicamente as leva a preferir a fantasia de uma conciliação, impedindo-as de perceber que as duas soluções são iguais. Uma garotinha, muito sutilmente, sacou este mecanismo e perguntou à gente por que é, já que as coisas estavam tão bem, que os pais não iam arrumar a casa com os meninos? Do outro lado, os pais adoram: "Como mãe serviu de lição prá mim, porque às vezes eu chego e grito. E não é isso... Na realidade não é isso. Deveria ser como foi na peça". Já a trilha sonora interfere na construção naturalista injetando uma irreabilidade através da aparição da



Bethy Leirner

música (conjugada à artificialidade da iluminação dos ruídos, que relevam a oposição entre algumas brincadeiras de imaginar cenas reais e os sons gravados em fita. Embora as canções atenuem o impacto desta oposição, por serem cantadas ao vivo e se integrarem disfarçadamente na narrativa.

Dentro do naturalismo predominante na concepção do espetáculo coexiste uma tensão que persegue toda a trama. Esta tensão oscila entre a fidelidade da reprodução e o anúncio de um teatro da criança no seu sentido radical. As crianças detectam esta ambiguidade, de onde vem a maior riqueza da peça: "A mágica desta peça é transformar a casa no mundo em que eles queriam", "Essa peça tem mais divertimento por causa que eles fazem mais brincadeira assim. Pegam um mundo mais imaginário", "É mais peça de criança". *É Hora de Cirandar* significa enquanto experiência teatral a emergência de uma problemática que está intimamente ligada à vida da criança em casa. Se discute com uma disposição duvidosa em vez de enfrentá-la sem escamoteações, é outra história. As brincadeiras dos personagens subvertem o sentido de organização do espaço doméstico, perguntam silenciosamente se se pode segregá-los a um lugar, se se pode trancar um prazer. Esta pergunta pronunciada levaria a um conhecimento da especificidade do desejo infantil. Um conhecimento que o teatro dito infantil recusa.

A peça de Plínio Rigon ao mesmo tempo que cai num impasse inicia uma discussão que possa dar a palavra à criança. Um impasse que não está só na concepção equívoca do realismo, mas que acompanha toda estratégia alternativa que não questiona o círculo que a limita. Seus limites estão na manutenção do circuito de formação da criança que visa sobretudo roubar da criança sua palavra, para restituí-la anos mais tarde quando estiver bem crescidinha, isto é, para não restituí-la jamais. "Bastaria que as crianças chegassem a fazer escutar seus protestos numa escola maternal, ou mesmo, simplesmente suas questões, para provocar uma explosão no conjunto do sistema de ensino. Na verdade, este sistema em que vivemos não pode suportar nada: de onde sua fragilidade radical em cada ponto, ao mesmo tempo que sua força de repressão global." (Deleuze) (Noemia Mandelbaum e Vincius Dantas,

Sindicato Dos Soldados Holandeses

Transcrevemos a seguir a continuação da exposição oral feita por dois membros do comitê central da VVDM (Sindicato dos Convocados para o Serviço Militar - Holanda) em meados do ano passado, perante um grupo de soldados franceses que tenta organizar o seu sindicato. A primeira parte dessa exposição foi reproduzida no BEIJO 2, do mês passado.

Nessa primeira parte, o membro da organização dos recrutas holandeses fazia um breve relato do histórico da VVDM, desde a sua fundação - com apoio governamental - em 1966, até a mais recente evolução das suas lutas políticas. Nessa segunda parte, publicada abaixo, o soldado Franz fala da organização interna da VVDM nas casernas holandesas. (L.R.M.)

Caros presentes, camaradas, soldados,

Depois do discurso de Lex, tornou-se claro para vocês que a VVDM no curso dos anos converteu-se num sindicato de recrutas poderoso e combativo. Paralelamente a algumas causas internas e externas (por exemplo, a evolução social geral, a atividade leal dos militantes políticos) isso se deve principalmente ao caráter da organização da VVDM. Eu vou falar a vocês da sua organização nacional e da sua organização interna às casernas. E terei que falar da repressão a que estamos submetidos em nosso trabalho sindical. Sem dúvida, uma repressão menos forte do que aqui na França, mas que tem o mesmo caráter e que faz com que, constantemente, quadros do nosso sindicato sejam presos.

O princípio mais importante de organização da VVDM é a democracia interna, a organização de base. O fato dos soldados nas casernas poderem realmente decidir sobre todos os assuntos que lhes dizem respeito e sobre o seu sindicato. Esse princípio, que existe de fato na VVDM, desde 1972, e que é uma consequência lógica da linha "volta às bases", implica, paralelamente a algumas consequências estritamente organizacionais, três pontos de partida essenciais para evitar a tendência à burocratização e à alienação da base ao dirigente sindical - perigos, para os quais se deve estar sempre atento. Esses três pontos básicos são: - a autonomia dos comitês nas casernas (descentralização)

- o direito a uma análise pessoal ou local da situação

- a independência em relação aos sindicatos operários e aos partidos políticos.

Eu tentarei, no curso deste nosso encontro, explicar a vocês, o mais claramente possível esses três pontos. Mas começo pela organização concreta.

Pode-se ser breve à propósito da organização nacional: há um bureau geral composto por sete pessoas que estão dispensadas do serviço militar e que podem, então, empregar todo o seu tempo na tarefa sindical. A sua tarefa é a coordenação do sindicato. Além disso, eles são os quadros do bureau: devem executar as decisões tomadas pelos membros do sindicato; têm também uma função de representação, etc... também mantêm entrevistas regulares com o ministro da defesa e com os oficiais superiores do Exército. Essas entrevistas acontecem duas vezes por mês; numa das vezes, tomam parte também as organizações dos oficiais e sub-oficiais engajados e na outra vez são, unicamente, os representantes do sindicato dos recrutas.

Como os membros do bureau são recrutas (eles não podem, então, ocupar essa função a não ser por um breve período de seis a nove meses) é importante que eles sejam auxiliados por um bureau sindical central composto por voluntários. Esse bureau é constituído por camaradas que já cumpriram o seu serviço militar e que durante esse período se ocuparam ativamente da luta sindical; mas eles não podem ter deixado o serviço há mais de dois anos, isso para que não perder o contato com a base. A sua tarefa é principalmente garantir a continuidade das linhas diretrizes da VVDM.

As decisões importantes são tomadas por todos os membros em reuniões gerais. Assistem essas reuniões, que acontecem mais ou menos uma vez a cada três meses, os representantes dos bureaus locais, quer dizer, de diferentes seções de casernas do país inteiro (mais ou menos de 100 a 200 camaradas munidos de decisões e de mandatos da base). É nessa ocasião que se decide sobre o caminho a ser seguido pela VVDM, e que ele é concretizado por um certo número de decisões oficiais. Além dessas reuniões gerais dos membros, existem reuniões extraordinárias convocadas quando uma decisão importante tem que ser tomada sem demora: em outras palavras, há o que nós chamamos de "hearing" (audições), coordenação de diferentes comitês de caserna, onde se discutem diferentes posições. Os "hearing" são consultativos, eles não têm poder de decisão. Existe um lugar importante, em nossa organização, para os comitês de luta. São os comitês que preparam e organizam as lutas a serem conduzidas e que animam as que estão em curso.

Esses comitês se compõem de um número razoavelmente grande de representantes dos departamentos. O mais importante e o mais conhecido dos comitês é o "comitê nacional da compensação" que organizou toda a

luta pela obtenção da compensação para os serviços do fim de semana; esse comitê, depois de uma trégua, continuou o seu combate. Além disso, a VVDM subdividiu as casernas num certo número de distritos coordenados por um coordenador regional. Sua tarefa principal consiste em acompanhar a situação nas casernas, encorajar as lutas, e colocar em contato as seções de diferentes casernas. É certo que essa organização não se difere essencialmente de outras associações e não garante uma verdadeira democracia interna. Não há nada a não ser a organização na caserna, assim como o combate na própria caserna, que caucione essa democracia. Para que se preserve um funcionamento ótimo, é importante que cada seção possua uma grande autonomia. Essa autonomia é ainda mais importante dado que existe, sob todos os pontos de vista, diferenças notáveis em diversas casernas. Citemos um exemplo entre muitos outros possíveis: É possível que numa caserna existam oficiais militares bem mais tolerantes do que em outra; ou ainda, pode haver reclamações contra restrições que não existem em certas casernas; ou ainda, uma seção da VVDM está enfraquecida por causa da partida de certos camaradas militantes; ou ainda, a combatividade pode não ser muito importante. Se a seção fosse obrigada a se ater muito estritamente às diretivas do bureau quotidiano da VVDM, poderia acontecer dela estar reagindo de maneira inadequada aos desejos expressos pelos camaradas da caserna. Assim, há certamente um perigo real de alienação entre a base dos soldados e o bureau da VVDM, que, se concretizado, representaria exatamente o contrário do objetivo a que nos propusemos no início. Demonstrei isso com a ajuda de um exemplo da prática.

A VVDM NA CASERNA

Antes de responder à questão sobre o modo de organização da VVDM nas casernas, é preciso explicar exatamente o que deseja a VVDM nas casernas. A resposta a essa questão pode ser formulada em 7 pontos. É preciso:

- Através da atividade combativa desenvolvida pela VVDM, exercer influência sobre os interesses do recruta na caserna, isso com a ajuda de camaradas da VVDM já no interior da caserna e que nós chamamos de "camarada de contato".

- Através dos representantes, nos organismos de deliberação (que são pequenos grupos não eleitos que mantêm entendimentos com o comandante);



- Constituir uma sorte de contrapeso ao poder hierárquico na caserna por meio da própria presença da VVDM, apoiada pelos seus membros.

- Formar camaradas soldados habituados a serem ouvidos e a tomar a palavra quando se trata da gestão da caserna.

- Formar camaradas soldados habituados a criticarem não somente o comandante mas também o seu sindicato. A VVDM ao se opor à gestão da caserna local constrói possibilidades de comunicação com a base, o que aumenta o engajamento dos soldados.

- Estruturar o Exército de maneira a que o homem tenha direito à sua individualidade.

- Estimular a reflexão crítica sobre certas questões e indicar as possibilidades de mudanças.

- Dar realidade à presença da VVDM na caserna; a VVDM não é mais uma organização separada aos soldados. Como eu disse um pouco antes, isso aumentará o sentimento de participação no sindicato.

Como foram organizados os comitês de soldados para que isso fosse alcançado?

O camarada contato é o personagem central na organização. Ele é o intermediário entre a VVDM na caserna e os soldados da sua subdivisão (por exemplo) a sua companhia; e, por outro lado, ele é sempre membro ativo da VVDM. Eu explicarei daqui a pouco quais são as suas tarefas.

Por que esse camarada intermediário? Para uma defesa ótima dos interesses dos soldados, é necessário que a VVDM esteja representada na base. Se se parte do princípio de que cada companhia, bateria ou esquadra forma uma unidade independente numa caserna ou num campo, pode-se dizer que em princípio cada subdivisão tem ao menos um representante que discute os problemas da companhia e defende os interesses da sua companhia, ao nível da companhia, ou então quando se trata de assuntos da caserna, ao nível da caserna. Ele decide junto com os seus camaradas intermediários de outras companhias as soluções a propor. Pode-se nomear um comitê cujos membros são escolhidos entre os camaradas intermediários; por exemplo a redação de um jornal de subdivisão, que igualmente se ocupa da propaganda. O comitê de subdivisão

forma um grupo que representa a VVDM junto aos comandantes e outras autoridades. Quando se instala semelhante organização é preciso se reunir todas as semanas. Discute-se a informação vinda de Utrecht onde se encontra o comitê central, assim como as atividades locais, etc... Eis um pequeno esquema:

I - As tarefas do camarada intermediário na companhia:

- ajudar em caso de requerimento, reclamação, petição.

- representar a opinião da VVDM na companhia, informar os soldados.

- manter contatos intensivos com a base; ver os camaradas em seus quartos.

- distribuir o jornal.

- recuperar

- recrutar

- manter contatos com o comandante

- apoiar o comitê de deliberação de maneira crítica, assegurar o contato com os camaradas desse comitê, velar por que a base se pronuncie sobre os assuntos que se discutem nesse comitê.

- afixar as notícias

- pôr em execução as ações locais ou nacionais na companhia.

II - As tarefas do intermediário na subdivisão:

- freqüentar a reunião semanal dos intermediários.

- definir a política nacional e local, baseado naquilo que é apreendido no curso das visitas aos quartos.

- estimular as companhias que não estão ainda representadas por camaradas intermediários.

- tomar decisões a nível local ou nacional.

- auxiliar na preparação de ações.

A tarefa principal do comitê da subdivisão é a coordenação das subdivisões. O mais importante é a visita aos camaradas em seus quartos. É bastante visível que somente um número bem pequeno de soldados freqüenta as reuniões. Para saber exatamente o que dizem os soldados é necessária uma visita intensiva aos quartos. Paralelamente, dessa maneira são freqüentemente encontrados soldados que querem ser membros ativos e pode-se recrutar continuamente novos membros. Enfim, a VVDM não é para os soldados, mas ela PERTENCE aos soldados. Graças a essas atividades a democracia mais completa é assegurada na VVDM.

No começo, eu disse que o direito à tendência é muito importante para essa democracia interna. É preciso reconhecer que entre os camaradas intermediários há caras de todas as posições, desde a direita conservadora até a extrema-esquerda. [Se supuséssemos que certas organizações deveriam ser rejeitadas da VVDM (e isso já foi discutido tempos atrás), perderíamos um grande número de camaradas intermediários ativos. Além disso, em diversas discussões internas sobre a política da VVDM nos faltariam idéias interessantes. Assim, não poderíamos, por exemplo, a não ser precariamente, discutir sobre o senti-

do e a tarefa do Exército holandês na OTAN, caso excluíssemos camaradas que têm idéias explícitas sobre isso. E essa não poderia ser a intenção de um sindicato que pretende politizar os seus membros e torná-los críticos. Além do mais, a VVDM não seria mais o sindicato ao qual todos os militares sem exclusão poderiam aderir. O VVDM causaria uma cisão no movimento militar.

A mesma argumentação é válida em relação à sua independência dos partidos políticos. Exige-se de cada membro a fidelidade aos objetivos da VVDM. Uma mudança desses objetivos deve ser realizada por uma discussão aberta a todos. Cada um deve ter o direito de tomar tais iniciativas.

Podemos dar um exemplo, relatando uma ação concreta, de como esse trabalho nas casernas funciona realmente. Na caserna onde acabei de fazer o meu serviço militar, reclamava-se já há bastante tempo da qualidade das refeições. Reclamava-se constantemente ao comitê responsável, mas isso evidentemente não adiantava nada. Frequentemente, os soldados, no curso das visitas aos quartos ou ao ponto de iniciarem alguma ação, nos pediam para fazer qualquer coisa. Então nós, os camaradas intermediários, decidimos mudar a situação. Duas coisas poderiam ser feitas: formularmos nossas condições nós mesmos, imaginar uma estratégia de ação e incitar os soldados a ela; isso não nos parecia a melhor coisa porque, no fundo, eram os soldados que deveriam conduzir a ação. Eram eles que deveriam formular as condições e que deveriam decidir sobre o tipo de ação a empreender. É por isso que nós fomos ver os camaradas em seus quartos quase que todos os dias, durante três semanas. Essas visitas se compunham de três fases. Na primeira fase, nós informávamos das queixas dos soldados e das ações sugeridas pelos camaradas. Depois de selecionar as sugestões, íamos ver de novo os camaradas para que eles aprovassem nossa seleção e eventualmente as emendassem. A terceira fase consistia no anúncio da ação para um breve prazo e a publicação da escolha final. A data da ação era secreta até o dia certo para evitar eventuais medidas repressivas.

No dia da ação, distribuímos um panfleto contendo o anúncio e um apelo a todos. Fizemos a manifestação recusando comer e fazendo um sit-in (sentar) de 300 soldados no refeitório. A polícia militar tinha sido alarmada mas se manteve à parte. Para ilustrar a importância das seções autônomas, eu preciso que no momento em que nós realizávamos essa manifestação no salão de refeições, a VVDM se ocupava no país inteiro de uma campanha contra o plano de defesa do ministro Uredeling. Se tivéssemos conduzido essa manifestação nesse momento, os soldados não a teriam aceito. Nesse momento eles queriam manifestar-se contra a má alimentação e não discutir outras coisas. Por seu lado, o comitê da VVDM aceitou que não tomássemos parte nessa manifestação.

Finalmente, eu gostaria de falar da repressão que sofremos ao fazer esse trabalho sindical. Talvez vocês não compreendam essa palavra — repressão; não se poderia perseguir um sindicato reconhecido pelo governo, um sindicato que delibera com o ministro e que obteve um certo número de falidades. Além disso, como poderia esse sindicato se tornar maior quando obstado, constantemente? Lex, talvez, lhes tenha tornado muitas coisas mais claras. A tática do governo holandês é frequentemente a da tolerância repressiva. Ele não quer se fazer notar negativamente pelos cidadãos, com medo da publicidade que o faria perder votos nas eleições. Ao mesmo tempo, ele quer manter o controle integrando as novas tendências na estrutura atual. É isso que se nota de maneira bem clara no nascimento da VVDM.

No entanto, essa tática fracassou porque os soldados nas casernas consideravam a VVDM como seu sindicato. Mas como seu sindicato, somente se ele fazia aquilo que eles queriam: saber defender os seus interesses e se bater pela causa, e não, ao contrário, ser o óleo lubrificante do Exército. E foi isso que a VVDM fez.

Ela apresentava as exigências dos soldados ao ministro e à alta cúpula do Exército. Os soldados viram que isso não levava a nada e exigiram ações organizadas pela VVDM. Foi o que a VVDM fez. Assim ela se tornava mais radical e o número de aderentes aumentava. O ministro viu que sua tática falhava.

O exemplo mais claro é a intimidação durante e depois da manifestação nas casernas, em 8 de maio de 1974, quando os soldados exigiram uma compensação para os serviços durante o fim de semana. Os membros da VVDM eram obrigados.

O exemplo mais claro é a intimidação durante e depois da manifestação nas casernas, em 8 de maio de 1974, quando os soldados exigiram uma compensação para os serviços durante o fim de semana. Os membros da VVDM eram obrigados a comparecer diante de seus comandantes e eram detidos imediatamente, ameaçados de longas prisões se não parassem as manifestações. Ocorreram choques durante as manifestações, e a polícia militar prendeu um grande número de pessoas. Cinco soldados foram condenados a duas semanas de prisão e o caso de dois outros não chegou ainda ao fim.

Antes dessa data, no dia 22 de março, um certo número de caras se pôs em greve porque o seu comandante se recusava a ter uma discussão séria com esses camaradas a propósito de um problema que ele tinha com eles. Duas pessoas foram denunciadas como sendo os iniciadores da greve e foram condenadas a três semanas de prisão.

No Surinam, os soldados vestiam suas roupas civis quando tinham licença. No dia 9 de julho, eles se recusaram a colocar as suas vestimentas militares porque na Holanda isso já lhes é permitido há bastante tempo. Sua punição: dois meses de prisão.

Esses não são mais do que alguns exemplos de casos muito sérios. Eu poderia continuar. Nos contrariam ainda de outra maneira mais sutil, menos espetacular, ninguém queima os seus dedos.

Frequentemente se troca de guarnição os membros ativos da VVDM por razões ditas de técnica militar. Frequentemente eles nos retomam facilidades que já conseguimos. Os oficiais empreendem constantemente ações contra a VVDM e se não conseguem interromper as suas atividades enviam os militantes da VVDM a uma caserna próxima da sua casa paterna esperando assim fazer cessar as atividades.

Achamos agora que uma nova técnica foi inventada. Enquanto o ministro e a alta cúpula do Exército se colocam de uma maneira dita leal em relação à VVDM, não se impede de maneira alguma os comandantes inferiores de perseguirem a VVDM. De outro lado, se faz uso, cada vez mais, do juiz militar para tornar impossível o trabalho da VVDM. Dessa forma já foram julgados três jornais de uma caserna, considerados como não adaptados à disciplina militar. Um desses casos se concretizou numa cassação e os dois outros devem ainda ser julgados. Essa é a tática: fazer com que a VVDM se ocupe o mais possível de seus problemas jurídicos, para que ela não seja capaz de mobilizar os soldados.

Nossa caserna tinha problemas com o comandante de uma companhia de escola porque ele não nos permitia entrar nessa escola ou então o fazia somente depois de muito tempo (uma companhia de escola é muito importante para a VVDM, porque a cada dois meses tem novos re-

crutas). Muitas casernas proibem a VVDM de entrar nessas escolas. Eis alguns exemplos de repressão que nós encontramos. Eu espero que vocês tenham tido uma idéia do que se passa.

Assim, é lamentável constatar que os sindicatos operários não nos apoiaram de maneira alguma. Ao contrário, eles frequentemente falam de nós com um ar de desdém e sugerem por exemplo que as ações de recusa à saudação militar e pela compensação dos serviços do fim de semana não seriam sido realizadas caso nós tivéssemos agido sob a sua direção. Essa é para nós a razão de recusarmos a colaboração integral com os sindicatos operários. Eles a recusam igualmente por receio da nossa radicalização. Uma radicalização que não caiu do céu e que não é tampouco seqüência de uma série de ações extremistas de nosso movimento, mas que provém do trabalho intenso dos camaradas intermediários na base, dentro da caserna.

Que isso seja um exemplo para os sindicatos operários.

Enquanto isso nós continuaremos a luta contra os sistemas de poder existentes na sociedade atual e a luta por uma sociedade mais humana.

Eu vos agradeço.

beijo

BEIJO É UMA PUBLICAÇÃO DA EDITORA EDITORA BOCA LTDA

Colaboraram neste número:

Betty Leiner, Cassio Lovadano, Egydio Schwarz, Fernando Mesquita, Flávio César, Genilson Cezar, Gil Brandão, Gilberto Vasconcelos, Luis Renato Martins, Marcos Augusto Gonçalves, Maurício Villela, Noêmia Mandelbaum, Paulo Venancio Filho, Ricardo Azambuja Arnt, Rodrigo F. Naves, Ronaldo Brito, Vera Sayão, Vinicius Dantas, Waltércio Caldas Junior e Wilson Coutinho.

Diretores:

“Ifrado Herkenhoff, Anna Cristina César, Antônio Carlos de Brito, Caio Túlio Vieira Costa, Carlos Henrique Escobar, Demétrio de Oliveira Gomes, Dieter Stein, Genilson Cezar, Gilberto Vasconcelos, Henrique Antoun, Italo Moriconi Jr., Joatan Villela Berber, Julio Carlos de Figueiredo Mariano, Julio Cesar Montenegro, Julius Menezes Rocha, Luís Costa Lima, Luis Renato Martins, Luis dos Santos Mermerstein, Maria Leny Cordeiro, Maria Beatriz de Medeiros, Marcos Maffei Jordan, Marcos Augusto Machado Gonçalves, Mauro Costa, Matheus Sampaio Soares de Azevedo, Matinas Suzuki Jr., Paulo Chaves Fernandes, Paulo Tarso Campos de Andrade, Paulo Venancio Filho, Ronaldo Brito, Roberto Ambinder, Reinaldo Leitão Paes, Ricardo Azambuja Arnt, Ricardo Lins, Roberto Ventura, Rodrigo F. Naves, Sílvia Bregman, Silvano Santiago, Vera Sayão, Vinicius de Ávila Jr., Waltércio Caldas Jr.

Diretor Responsável:

Genilson Cezar

Administração:

Julio Cesar Montenegro

Número atrasados de Beijo:

Em São Paulo: Livraria Avanço (rua Aurora), Cultura (Paulista e Consolação), Diadorim (Galeria Metrô) No Rio: Redação, rua Conselheiro Josino 29/205. Bairro de Fátima Telefones: Rio: 283-07-00, 235-19-53 (Assinaturas) S. Paulo: 256-3239 e 852-3751 (Assinaturas) (Assinaturas)

Redação: Rua Conselheiro Josino, 29/205 — Bairro de Fátima, Rio-RJ. Composto e Impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S/A, Rua do Livramento, 129/203, Rio-RJ. Distribuição: Fernando Chirugli Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907, Rio-RJ. GDC ao. 29740834/0001-15.

ERRATA

Republicamos trecho da matéria A Barra é mais pesada que por erro gráfico ficou ilegível no número anterior.

E no vira e revira a catarse e o medo pelo medo. Não carece pensar. No máximo apontar às elites o já sabido, a denúncia das injustiças sociais e dos excessos praticados que levam os desvalidos ao beco sem saída: às sendas do crime.

“A sociedade do asfalto, que o marginalizou, permanece indiferente em seus apartamentos, sem se dar conta de que essa atitude é que favorece o surgimento de novos Querós.” (in press book do filme “BARRA PESADA”)

A estória identifica um ambiente “delinqüente”, reforçando a separação entre os contaminados e os não contaminados, estigmatizando os primeiros com os rótulos de costume.

Pode-se aplicar aí um pensamento de Foucault a respeito da constituição das prisões: “procura-se constituir no interior mesmo das massas populares um pequeno núcleo de pessoas que seriam, se se pode dizer assim, os titulares exclusivos dos comportamentos ilegais. Pessoas rejeitadas desprezadas e temidas por todo mundo”.

Num certo sentido “Barra Pesada” — não seria exagero dizer — ajuda a manter o mito da marginalidade circunscrito e determinado, a ampliar o sentido “específico” do crime para o espectro da delinqüência em geral.

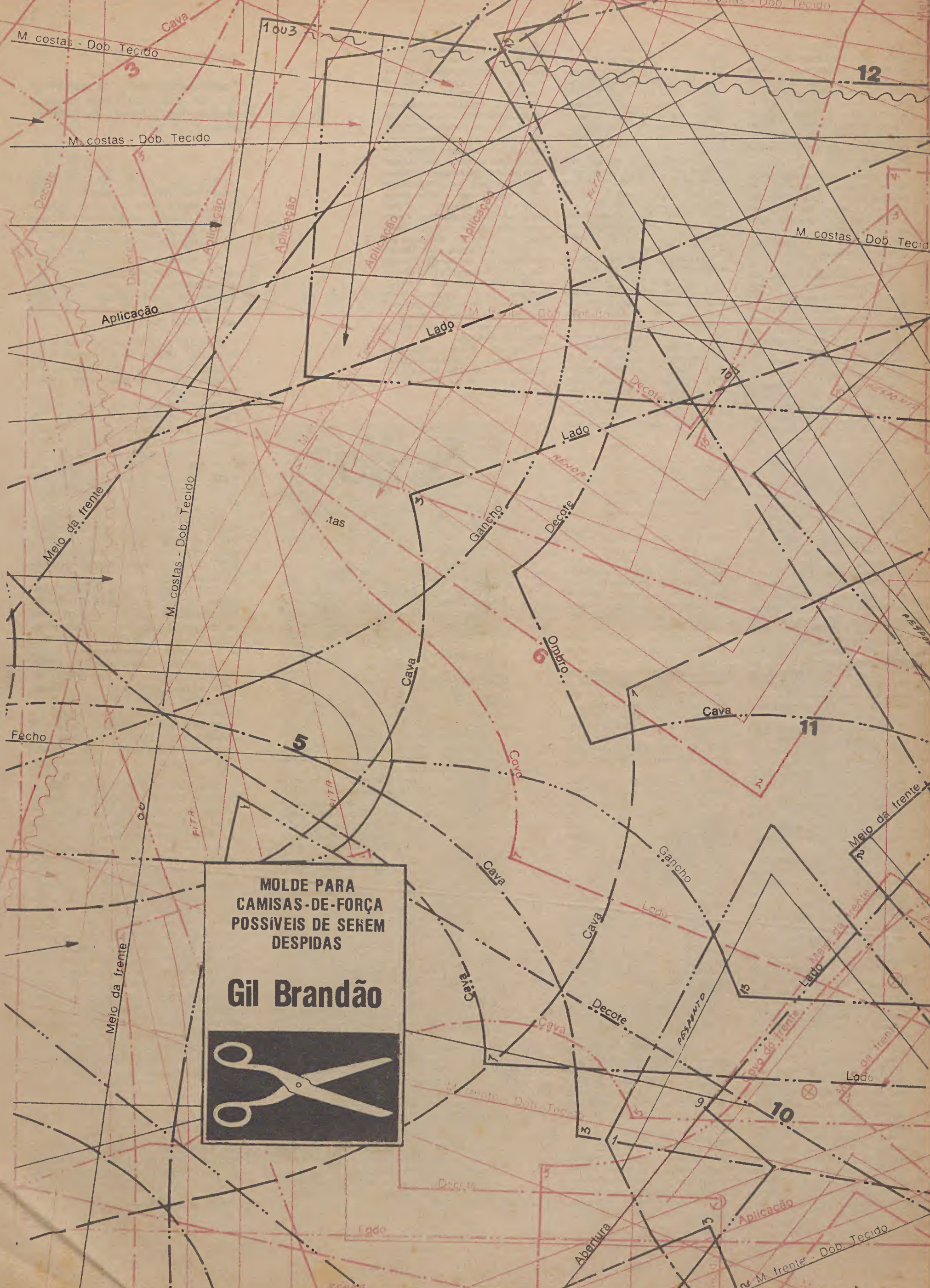
E sob o nome de crime ou delito julgarem-se, também, as paixões e os instintos. Controlarem-se as perversões, vigiarem-se os desejos, repimirem-se as anomalias, curarem-se as enfermidades, recuperarem-se os marginais: Conservarem-se os mitos.

“a cada 10 minutos ocorre um crime. Desde o homicídio a outros menos comuns, como a pornografia proxenetismo, oboenidades etc. Em conseqüência instalou-se na população o medo do crime e a insegurança pública, fazendo com que os cidadãos se tranquem em suas casas e delas não mais saiam após as 20 horas. Ora, é fácil verificar-se que já existe um verdadeiro estado de psico-neurose em quase todos os habitantes desta cidade, com reflexo nos turistas estrangeiros e domésticos que nos visitam, os quais são logo avisados nos próprios hotéis em que se hospedam, do risco que estão correndo...”

O filme procura mostrar a violência da maneira mais “contudente”, mais “visível”. A “verdade” do Cinema Verdade. Toma emprestado as fórmulas mais ingênuas do documentário na intenção de reforçar o realismo e a “Dramaturgia Natural” dos personagens. No fundo, o estilo de filmagem esforça-se em assimilar o tom de uma reportagem de televisão; “naturaliza” os fatos em detrimento da estética americana do gênero (nem tanto). Na tentativa de imitar com maior perfeição o que supõe a visão da realidade a olho-nu, Reginaldo evitou, como regra geral, os excessos de sofisticação tradicionalmente empregados na narração dos filmes de violência importados. Apesar da indefectível perseguição automobilística do “bandido” com as conhecidas quirlandas do déjà vu.”

ERRATA

O título da matéria A infâmia original (no. 2) deveria ser Chega com o coração e a política e não Como unir o coração e a política, como saiu publicado.



**MOLDE PARA
CAMISAS-DE-FORÇA
POSSÍVEIS DE SEREM
DESPIDAS**

Gil Brandão

